

## Capítulo 5: Resistência: Estrutura e Estratégia

<a href="#">Capítulo 5: Resistência: Estrutura e Estratégia</a> .....	1
<a href="#">Capítulo 5: Resistência: Estrutura e Estratégia</a> .....	2
<a href="#">5.1 Introdução</a> .....	2
<a href="#">5.2 A Fretilin e as Bases de Apoio</a> .....	4
<a href="#">Organização civil</a> .....	5
<a href="#">Organização militar</a> .....	7
<a href="#">Programa sociopolítico da Fretilin</a> .....	10
<a href="#">Estratégia</a> .....	15
<a href="#">Guerra popular prolongada</a> .....	18
<a href="#">Conflito interno</a> .....	19
<a href="#">5.3 O Fim das Bases de Apoio</a> .....	24
<a href="#">5.4 1981/1987 Reestruturação da Resistência</a> .....	28
<a href="#">Reorganizando a Resistência para adaptá-la à nova situação</a> .....	29
<a href="#">Estratégia</a> .....	32
<a href="#">5.5 As Falintil após 1987</a> .....	37
<a href="#">5.6 Movimento clandestino de libertação</a> .....	44

# Capítulo 5: Resistência: Estrutura e Estratégia

## 5.1 Introdução

1. A resistência contra a ocupação indonésia de Timor-Leste teve uma evolução complexa. O presente capítulo fornece uma síntese do movimento de resistência, incluindo: o seu aparecimento durante o período de administração da Fretilin, após os acontecimentos de 11 de Agosto de 1975; o efeito gerado pela destruição das bases da Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (Fretilin), levada a cabo pelas forças armadas indonésias em 1978/1979, incluindo a perda de vários líderes da Fretilin/Falintil (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste) e o fim da estratégia de guerra popular prolongada; a regeneração das Falintil, frente armada da resistência, após 1987, e a sua estrutura e estratégias até ao referendo de 1999; e, também, a estrutura e estratégias da frente clandestina ao longo da ocupação. A terceira frente do movimento de resistência, a frente diplomática, é analisada no Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação, e, por isso, não é tratada em pormenor neste. A Comissão faz notar que o presente capítulo é apenas um primeiro passo no sentido de se compreender a história complexa deste aspecto da história timorense, existindo um vasto âmbito para investigações mais aprofundadas no futuro.

2. A Resistência teve as suas origens no conflito armado desencadeado pelos acontecimentos de 11 de Agosto de 1975. Com a acção armada então efectuada, a União Democrática Timorense (UDT) pretendia livrar-se dos chamados elementos “comunistas” da Fretilin, por si considerados perigosos para os interesses nacionais de Timor-Leste. A Fretilin, que conseguiu obter o apoio da maioria dos timorenses e das forças armadas coloniais portuguesas, venceu o conflito em menos de 20 dias. Com a sua vitória sobre a UDT e a partida da administração colonial portuguesa, a Fretilin encontrou-se na contingência de ter de actuar como governo *de facto* de Timor-Leste. Os seus líderes, que antes acreditavam poderem garantir a independência sem conflito armado, viram-se de súbito confrontados com uma nova situação que os obrigava a reorganizarem-se.

3. A invasão levada a efeito pelas poderosas forças armadas indonésias em 7 de Dezembro de 1975 forçou a Fretilin e o seu braço armado, as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste (Falintil), a fugirem para as montanhas para se reorganizarem numa força de resistência armada. A Fretilin viu-se confrontada com muitos problemas durante o processo de reorganização, surgindo divergências de opinião quanto à estrutura – e, mais ainda, quanto à estratégia – a adoptar pela Fretilin/Falintil. As mudanças de estrutura e estratégia verificadas ao longo do tempo não reflectiram apenas mudanças na natureza do conflito, resultando igualmente de conflitos no interior do próprio movimento de resistência.

4. O facto de a maioria da população se ter refugiado na floresta tornou-se também um problema. Vários líderes da resistência acreditavam que a guerra por eles travada não se destinava apenas a expulsar o agressor estrangeiro, tratando-se igualmente de uma revolução pensada para eliminar a antiga ordem social que oprimia o povo, conhecida como “exploração do homem pelo homem”, e criar no seu lugar uma nova estrutura social sem opressão. Para eles, a guerra era uma guerra revolucionária. Após a invasão indonésia, a maioria dos líderes da Fretilin pensava desta maneira. Na floresta, os civis foram organizados de maneira a apoiarem a resistência armada, em termos logísticos e políticos. Através de programas sociais e políticos, as pessoas foram organizadas para criarem novas estruturas sociais.

5. Outros líderes, em especial os que possuíam formação militar, tendiam a encarar a guerra apenas numa perspectiva militar, olhando o povo como um fardo para a Resistência devido aos recursos militares necessários para proteger as vidas dos civis. Perante a ofensiva

inexorável das forças armadas indonésias contra as bases da resistência da Fretilin, os conflitos no seio da Resistência aumentaram. Incapazes de aguentar os ataques, alguns líderes permitiram – ou chegaram mesmo a aconselhar - que o povo se rendesse.

6. Outros líderes tentaram negociar com o inimigo, mas estas acções foram fortemente contrariadas, transformando-se por vezes em fonte de conflito armado no interior da Resistência.

7. A destruição das “zonas libertadas” veio criar uma situação completamente nova. Civis, alguns líderes civis da Fretilin e alguns elementos das Falintil foram capturados, ou renderam--se por não terem capacidade para aguentar os ataques das forças armadas indonésias. Outras unidades das Falintil e um punhado de líderes da Fretilin foram capazes de escapar às operações de “cerco e aniquilamento”, conseguindo sobreviver na floresta por mudarem constantemente de lugar. A separação entre civis e resistência armada obrigou a Resistência a entrar numa nova fase, em que as Falintil da floresta eram apoiadas por civis nas zonas estabilizadas, controladas pelos indonésios. Antes dessa fase, a contrastar, os civis haviam sido organizados pelos quadros da Fretilin em bases de apoio da Resistência, sendo as Falintil responsáveis apenas pela segurança.

8. Os soldados das Falintil reagruparam-se em pequenas unidades independentes sem base fixa, que lançavam ataques de guerrilha contra as forças armadas indonésias. O apoio logístico, outrora recebido dos civis integrados nas bases de apoio da Resistência, tinha agora de ser obtido de civis residentes em território ocupado. Nessa medida, o movimento de resistência armada na floresta teve de desenvolver novos métodos de organizar os civis como sua fonte principal de apoio.

9. As actividades da frente clandestina para apoio à luta armada no mato e a luta diplomática no estrangeiro assumiram uma importância crescente. A princípio, estas actividades foram desenvolvidas na cidade pelos quadros da Fretilin que não se haviam refugiado no mato aquando da invasão indonésia de 7 de Dezembro de 1975. Após a destruição das zonas libertadas, os quadros políticos da Fretilin – e, bem assim, os antigos comandantes e soldados das Falintil – começaram também a desenvolver actividades clandestinas de apoio à luta armada. O seu papel foi crucial, ao disponibilizarem logística e informação às Falintil, para assegurarem a comunicação entre as forças das Falintil que se encontravam separadas umas das outras, assim como a comunicação entre os líderes da resistência armada no mato e os líderes da resistência diplomática no estrangeiro.

10. Em 1981 foi criado o Conselho Revolucionário da Resistência Nacional (CRRN), que assumiu formalmente a liderança da Resistência. Na prática, as Falintil chefiavam a Resistência, por representarem a única liderança da Resistência que funcionava. Embora o Comissário Político Nacional fosse o comandante das Falintil, o verdadeiro poder destas resultava da sua posição como braço mais activo da Resistência. Com efeito, nessa época as actividades políticas desenvolvidas pela população civil limitavam-se à prestação de assistência logística às Falintil.

11. Em 1987 foi fundado o Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM), para substituir o CRRN. O papel desempenhado pela Fretilin na liderança da Resistência tornou-se a partir daí meramente simbólico. Os líderes da Resistência aceitaram então que a independência nunca poderia ser alcançada pela guerra, devido à hegemonia militar do inimigo, preferindo centrar os esforços em prol da independência numa resolução pacífica, dando particular atenção à cena internacional. Foi dada maior ênfase à luta diplomática, lançada antes da invasão indonésia de 1975, procurando-se apoio internacional não só junto dos países não-alinhados e do bloco socialista, mas também junto de países com democracias liberais que, até então, haviam prestado pouca atenção à situação difícil vivida em Timor-Leste.

12. Alguns líderes da Resistência entenderam ser necessário criar um novo foro capaz de abranger todos os partidos e movimentos políticos que apoiavam a independência, de maneira a

acolher as pessoas não pertencentes à Fretilin. O CNRM ambicionava ser um movimento de unidade nacional, lutando contra a ocupação em três frentes: a frente armada na floresta, a frente clandestina nas vilas e cidades de Timor-Leste e da Indonésia e a frente diplomática na cena internacional (para mais informação sobre a frente diplomática, ver o Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação). Nessa época, as Falintil desenvolveram um processo de “despartidarização” face à Fretilin, transformando-se em forças armadas nacionais sob a liderança do CNRM. Este figurino manteve-se mesmo depois da substituição do CNRM pelo Conselho Nacional da Resistência Timorese (CNRT), criado em Abril de 1998 em Peniche, Portugal, que liderou a Resistência até ao termo da ocupação indonésia, em 1999.

## 5.2 A Fretilin e as Bases de Apoio

13. A invasão indonésia fez com que um grande número de civis se deslocasse para as florestas e as montanhas, acompanhando a Fretilin.

14. Assegurar a sobrevivência de um tão grande número de refugiados, providenciando-lhes abrigo, alimentos e satisfazendo outras necessidades de base, transformou-se num enorme problema para a Fretilin. Tendo elaborado um programa político e social logo em Novembro de 1974, a Fretilin aparentava estar bem preparada para organizar o povo. Os quadros organizaram de imediato a administração, desde o nível da aldeia, ao do suco e, mais acima, da região, utilizando as suas estruturas organizativas previamente existentes. A nível da aldeia, os administradores reorganizaram o povo da sua própria aldeia, os administradores do suco reorganizaram o povo do seu suco e assim sucessivamente, até se atingir o governo da Fretilin nas montanhas. Segundo parece, esta reorganização partiu da iniciativa dos quadros de nível hierárquico mais baixo. Eduardo de Jesus Barreto, um quadro da zona de Ermera, declarou:

*Até ao início de 1976, as bases não tinham estrutura formal. No entanto, os militantes das bases da Fretilin foram capazes de organizar o povo, embora não de maneira formal...Individualmente, ou em grupo, as pessoas, desenvolviam igualmente actividades agrícolas – por exemplo, cultivar milho, tubérculos e outras plantas comestíveis.<sup>1</sup>*

15. Esta reestruturação espontânea durou desde o início da guerra até meados de 1976. Nessa época, o exército indonésio só conseguira controlar as cidades, a estrada da costa norte, no sentido este-oeste e o corredor central entre o norte e o sul. Xanana Gusmão testemunhou o seguinte, perante a Comissão:

*O inimigo entrou em Díli, Baucau e Lospalos e as pessoas fugiram. Ainda existia grande confusão. Depois, as coisas começaram a estabilizar...Quando o inimigo conseguiu controlar as estradas principais, a estrada norte e a estrada norte-sul, começou a sentir estabilidade. Esta situação deu ao Comité Central a ideia de criar seis sectores, em Maio de 1976...relacionados com a divisão da administração política, baseada na aldeia, no suco, na zona, na região e no sector.<sup>2</sup>*

## Organização civil

16. A organização civil (e militar) foi discutida na segunda sessão plenária do Comité Central da Fretilin, realizada em Soibada, Manatuto, em Maio de 1976 (Conferência de Soibada).<sup>I</sup> Nesta conferência, foi decidida a formação de estruturas civis e militares nacionais. As zonas libertadas foram divididas em seis sectores.<sup>II</sup> Estes sectores definiam, ao mesmo tempo, zonas militares sob comando das forças armadas e unidades políticas e administrativas sob administração da Fretilin. Em conformidade com o princípio da primazia do poder político sobre o poder militar – “a política comanda o fuzil” – os comandantes militares submetiam-se aos administradores políticos civis.<sup>III</sup> Porém, alguns dos mais altos postos militares, como o chefe do Estado-Maior, além do ministro e de dois ministros-adjuntos da defesa, também eram membros do Comité Central da Fretilin.

17. O Posto de comissário político, dirigente supremo em cada sector, responsável por questões políticas e militares, foi igualmente criado em Soibada. Todos os comissários políticos eram membros do Comité Central da Fretilin.<sup>IV</sup> No quadro abaixo incluído indicam-se os sectores, as regiões que abrangiam e o comissário político responsável por cada sector:

**Table 1 - Quadro 1 - Estrutura regional da Fretilin a partir de Maio 1976**

Sector	Regiões incluídas	Comissário Político
Ponta Leste	Lautém	Juvenal Inácio (Sera Key) <sup>V</sup>
Centro Leste	Baucau e Viqueque	Vicente dos Reis (Sa'he) <sup>VI</sup>
Centro Norte	Manatuto, Aileu e Díli	João Bosco Soares
Centro Sul	Manufahi e Ainaro	Hamis Bassarewan (Hata)
Fronteira Norte	Ermera, Liquiça e algumas zonas de Bobonaro	Hélio Pina (Maukruma)
Fronteira Sul	Covalima e algumas zonas de Bobonaro	César Correia (César Mau Laka)

18. Os comissários eram assistidos, no desempenho das suas funções, por assistente do comissariado,<sup>VII</sup> cada qual responsável por áreas específicas: saúde, agricultura, educação, a organizações femininas e a propaganda política. O *Comissariado* era o secretariado dos

<sup>I</sup> A sessão plenária realizou-se entre 15 de Maio e 2 de Junho de 1976. Na sessão decidiram-se os “três princípios orientadores da Revolução Maubere”: guerra popular, guerra prolongada e auto-dependência. [Fretilin, *Relatório da Delegação do Comité Central da Fretilin em Missão de Serviço no Exterior do País*, p.3].

<sup>II</sup> Supostamente deveriam existir sete sectores, sendo o sétimo sector o enclave de Oecusse; no entanto, as circunstâncias não permitiram a criação do sector de Oecusse. [Entrevistas da CAVR com Jacinto Alves, Díli, 11 de Maio de 2004; e com Francisco Gonçalves, Díli, 14 de Junho de 2003].

<sup>III</sup> Este princípio já se encontrava estabelecido de facto desde a fundação das Falintil, após o Movimento de 11 de Agosto. A partir de então, as Falintil ficaram sob o comando do Comité Central da Fretilin. [Ver, por exemplo, as entrevistas da CAVR com Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004, com Taur Matan Ruak, Díli, 9 de Junho de 2004 e com Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004].

<sup>IV</sup> Segundo Xanana Gusmão, à época membro do Comité Central da Fretilin, os ministérios do governo da República Democrática haviam deixado de funcionar; apenas a Fretilin (o governo da Fretilin) funcionava. [Entrevista da CAVR com Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004]. No Comité Central da Fretilin existia um Comité Permanente, encarregado de tomar decisões quando não era possível convocar uma sessão plenária do Comité Central. [Entrevista da CAVR a Jacinto Alves, Díli, 11 de Maio de 2004].

<sup>V</sup> No Conselho de Ministros da RDTL, Sera Key ocupava o lugar de ministro das finanças. Após a reunião de Aikurus (Remexio, Aileu), algumas zonas de Baucau e de Viqueque, a leste da estrada de ligação entre Baucau e Viqueque, foram incorporadas no sector de Ponta Leste. Esta alteração fez-se porque o controlo daquela estrada pelos indonésios tornava difíceis as comunicações entre os dois territórios. [Entrevista da CAVR com Francisco Gonçalves, Díli, 14 de Junho de 2003; Xanana Gusmão, Sarah Niner (ed.), *To Resist is to Win! The autobiography of Xanana Gusmão*, Victoria: Aurora Books, 2000, p. 49].

<sup>VI</sup> No Conselho de Ministros da RDTL, ocupava o lugar de ministro do Trabalho e Segurança Social.

<sup>VII</sup> No sector de Ponta Leste, o *Delegado Comissariado* era normalmente referido como “DK” (pronunciado “dê-kapa”) [Entrevista da CAVR com Egas da Costa Freitas, 19 de Maio de 2004].

comissários da Fretilin. Os sectores encontravam-se subdivididos em unidades administrativas mais pequenas.<sup>VIII</sup>

---

<sup>VIII</sup> Algumas pessoas referiram-se à existência de unidades denominadas "barracas", mas estas não faziam parte da estrutura administrativa formal.

**Table 2 - Quadro 2 –Estrutura administrativa da Fretilin**

Unidade Administrativa	Área	Direcção
Região	Semelhante à área abrangida por um "concelho" no sistema da administração colonial portuguesa, sendo actualmente denominado Distrito.	Um secretário e um vice-secretário regional
Zona	Semelhante ao território referido como "posto" no sistema da administração colonial portuguesa, sendo actualmente denominado Subdistrito.	Comité de Zona dirigido por um secretário e por um vice-secretário de zona. O Comité de Zona era formado por uma Comissão de Saúde), uma Comissão da Agricultura e uma Comissão da Educação. <sup>3</sup> Associado a cada comissão havia um activista, cuja tarefa consistia em implementar os programas. Havia também um activista responsável pela formação política.
Suco	Equivalente ao suco da actualidade.	Um secretário de suco, assistido por um vice-secretário. Eram responsáveis pelos organismos ao nível do suco, denominados secções, por exemplo: secção de saúde, secção da agricultura, secção da educação e secção da propaganda política.
Aldeia	Equivalente à aldeia da actualidade.	Responsável de aldeia

19. Esta estrutura dava continuidade ao sistema de governo criado pela Fretilin depois de assumir o controlo de Timor-Leste, no seguimento da derrota do Movimento de 11 de Agosto. Por exemplo, ao nível da zona, alguns informadores explicaram à Comissão que o governo era supervisionado por uma direcção, composta por um secretário, um vice-secretário, assistentes, a líder local da OPMT e a organização de juventude Organização Popular de Jovens Timorenses (OPJT),<sup>4</sup> seguindo o modelo estrutural utilizado pela Fretilin ao nível das regiões após 11 de Agosto de 1975 (ver Capítulo 3: História do Conflito).

20. Esta estrutura pouco mudou até à destruição das zonas libertadas. Em 1977, quando as zonas libertadas começaram a ver-se sujeitas à pressão crescente dos ataques lançados pelas forças armadas indonésias, a direcção da Fretilin aboliu o nível administrativo da região e a administração da zona passou a ficar imediatamente abaixo da administração do sector. Foi então criado o novo posto de adjunto. Os adjuntos que, à semelhança dos comissários políticos, eram membros do Comité Central da Fretilin, ajudavam os administradores da zona a implementar os programas político-sociais da Fretilin.<sup>5</sup> Havia dois a três adjuntos em cada sector. Em 1978, a designação activista foi alterada para assistente.<sup>6</sup>

### Organização militar

21. A confusão também se instalou no plano da organização militar após a invasão de Dezembro de 1975. As tropas das Falintil destacadas para as áreas e cidades fronteiriças, que caíram de imediato após a invasão, retiraram para os seus lugares de origem. Nas zonas, as Falintil reagruparam-se em unidades denominadas companhias,<sup>x</sup> lideradas por um comandante

<sup>x</sup> Estas companhias eram constituídas por antigos soldados coloniais e por civis que haviam recebido treino militar do exército após o "Movimento de 11 de Agosto", aderindo à milícia formada pela Fretilin. De início, quando a Fretilin começou a sofrer ataques do exército indonésio junto à fronteira terrestre, em Outubro, alguns membros da milícia juntaram-se a unidades das Falintil destacadas para enfrentar o exército indonésio na área fronteira. [Entrevistas da CAVR com Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004; Adriano João, Díli, 23 de Abril de 2003; Filomeno Paixão de Jesus, Díli, 17 de Junho de 2004; Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004; Agostinho Carvaleira Soares, Cailaco, Bobonaro, 14 de Junho de 2003; Sebastião da Silva, Junho de 2003, Cornélio Gama (também conhecido como Nahak Lekí, L-7), Baucau, 9 de Abril de 2003; ver igualmente Lere Anan Timor, Arquivos do *Projecto de História Oral Tuba Rai Metin*, Documentação disponibilizada à CAVR, CD nº 18].

da zona. A maioria dos comandantes de zona era sargentos das forças armadas coloniais portuguesas.<sup>X</sup> Existiam uma a quatro companhias em cada zona, dependendo da disponibilidade em homens treinados e armas.<sup>7</sup> Cada companhia era composta por quatro pelotões.<sup>8</sup>

22. Em termos teóricos, estas companhias encontravam-se subordinadas ao controlo do Estado-Maior das Falintil. Após a declaração unilateral de independência de 28 de Novembro de 1975, as Falintil passaram a ser tuteladas pelo Ministério da Defesa Nacional, dirigido por um ministro e dois vice-ministros. O ministro era Rogério Lobato, também Comandante das Falintil, e os ministros adjuntos Hermenegildo Alves e Guido Soares. Quando Rogério Lobato partiu de Timor-Leste, para prosseguir a luta no estrangeiro, poucos dias depois do 28 de Novembro, os dois vice-ministros assumiram responsabilidade pelo ministério. O ministério da defesa supervisionava o Estado-Maior das Falintil, comandado pelo chefe do Estado-Maior, Guido Soares, cujo subchefe era José da Silva.<sup>XI</sup>

23. Depois da invasão, considerou-se que esta estrutura não era eficaz. As companhias passaram a ser controladas pelos comandantes de zona, que agiam com relativa independência face ao comando central, preocupando-se sobretudo em defender a sua zona. Esta situação gerava problemas, quando se tratava de levar a efeito operações militares. Filomeno Paixão, comandante de uma companhia em Liquiça, explicou:

*Portanto, numa zona...havia um comandante de zona. O comandante de zona tinha uma a três companhias sob o seu comando. Em Liquiça, por exemplo, havia três companhias com um comandante de zona. Mas cada uma só tomava iniciativa nos seus próprios subdistritos...Em alguns subdistritos havia muitas armas, noutros não havia armas nenhuma.<sup>9</sup>*

24. O problema foi resolvido com a decisão de reorganizar as forças armadas, tomada na Conferência realizada em Soibada (Manatuto). Com a criação de sectores, regiões e zonas para todas as zonas libertadas, criaram-se comandos de sector, comandos de região e comandos de zona.<sup>10</sup> Foi nomeado um comandante para cada sector, região e zona. Além das companhias de combate, foram criadas nos aldeamentos as Forças de Auto-Defesa (Fade). Cada unidade das Fade era composta por habitantes das áreas locais com formação militar elementar. A sua força variava consoante a área local: uma zona podia chegar a ter uma companhia.<sup>11</sup> Algumas unidades encontravam-se equipadas com armas tradicionais, como lanças e flechas, outras com carabinas automáticas. Uma vez que, na sua maioria, não dispunham de armas de fogo, as unidades das Fade também eram conhecidas como “forças brancas” (*armas brancas*, armadas apenas com armas tradicionais). A tarefa principal das Fade consistia em defender os aldeamentos, embora algumas fossem também destacadas para auxiliar as unidades das Falintil na linha da frente.<sup>12</sup>

25. Antes da reorganização, os comandantes de zona tutelavam as companhias do exército, mas actuavam sob a autoridade do comandante da região, enquanto este se encontrava sob o comando do comandante de sector.<sup>XII</sup> Após a reorganização, o Estado-Maior das Falintil passou a tutelar todos os comandos territoriais. A reorganização decidida em Soibada reforçou a

---

<sup>X</sup> Por exemplo, o comandante da zona de Quelicai (Baucau), Aquiles Freitas, que prestara serviço no exército colonial tendo como última patente a de primeiro-sargento, serviu como comandante de uma companhia de cavalaria, em Atabae (Bobonaro). [Entrevista da CAVR com Adriano João, Díli, 10 de Junho de 2003]. O comandante de zona de Cailaco (Bobonaro), José Maria, era segundo-sargento (furriel) no exército português em Timor-Leste. [Entrevista da CAVR com Agostinho Carvaleira Soares, 13 de Agosto de 2003].

<sup>XI</sup> José da Silva foi substituído por Domingos Ribeiro no segundo semestre de 1976, por ter contestado a decisão relativa à reorganização militar, tomada na Conferência de Soibada (Manatuto). Esta reorganização levou-o a entrar em conflito com o comissário político da Fronteira Norte, Maukruma, responsável pela implementação da nova estrutura. [Entrevista da CAVR com Filomeno Paixão de Jesus, Díli, 17 de Junho de 2004].

<sup>XII</sup> Até essa época, a maior unidade do exército era a companhia, não existindo unidade maior, do tipo do batalhão.

capacidade das Falintil para enfrentar o exército indonésio. O território de operações das Falintil alargou-se, porque, a partir de então, passavam a poder operar em áreas mais extensas do que uma zona. Consoante as necessidades militares, os soldados e as armas passavam a poder também ser deslocados de uma zona para outra.<sup>13</sup>

26. Outras alterações à estrutura das forças armadas foram decididas na Conferência de Laline (Lacluta, Viqueque), realizada entre Março e Maio de 1977.<sup>XIII</sup> Os participantes na Conferência de Laline concordaram que a concentração das unidades militares em zonas era outro ponto fraco. Filomeno Paixão, um dos participantes na conferência, recordou:

*Achámos que a estratégia não era boa, porque a região [de Ermera] podia dizer “nós estamos em Ermera e, por isso, pertencemos só a Ermera”, enquanto Liquiça diria que pertencia apenas a Liquiça. Era difícil fornecer armas e munições a outras regiões. Foi por isso que, depois da Conferência de Laline, se formaram companhias de sector para garantir segurança das pessoas, constituindo-se companhias de intervenção que já não podiam agir a partir da retaguarda ou do exterior...Portanto, antes a guerra era travada dentro de cada região e, a partir daí, passou a travar-se dentro de todo o sector.<sup>14</sup>*

27. Assim cada companhia de um sector era colocada sob o comando do comandante de sector.

28. Em meados de 1977, verificaram-se mais alterações, relacionadas com os conflitos no interior da Fretilin. O Comité Central da Fretilin, reunido em Aikurus (Remexio, Aileu), extinguiu o Ministério da Defesa Nacional – incluindo os postos de vice-ministro – depois de uma avaliação se pronunciar sobre a sua falta de eficácia. A liderança das Falintil foi então transferida para o Estado-Maior das Falintil. Os dois vice-ministros foram demitidos dos seus postos como comandantes de sector. Hermenegildo Alves tornou-se comandante do Sector Centro Leste e Guido Soares comandante do Sector Centro Sul. Domingos Ribeiro, anteriormente subchefe do Estado-Maior, tornou-se chefe do Estado-Maior. O posto de subchefe do Estado-Maior foi extinto. No Estado-Maior das Falintil existiam oito postos no quadro de pessoal denominados “colaborador do Estado-Maior”, responsáveis por áreas sob a responsabilidade do Estado-Maior, tais como operações, códigos, informação, logística e formação.<sup>15</sup>

29. Em conformidade com o princípio do controlo do poder militar pelo poder civil, o Presidente de Timor-Leste – e, também, Presidente da Fretilin – Nicolau Lobato, dirigia o Estado-Maior das Falintil. Em simultâneo, Nicolau Lobato tinha o posto de comissário político do Estado-Maior das Falintil, cabendo-lhe as funções de fornecer orientações políticas ao exército.<sup>XIV</sup>

---

<sup>XIII</sup> Tratou-se da sessão do Conselho Superior da Resistência e da Comissão Política do Comité Central da Fretilin, realizada entre 8 e 20 de Março de 1977 [Fretilin, *Relatório da Delegação do Comité Central da Fretilin em Missão de Serviço no Exterior do País*, p. 4]. É possível que o Conselho Superior da Resistência referido neste documento fosse o *Conselho Superior da Luta*, composto pelo Presidente da RDTL (também presidente da Fretilin), pelo Vice-Presidente da RDTL (Vice-Presidente da Fretilin), pelo vice-ministro da defesa, ministro da informação e segurança nacional e pelo Comissário Político Nacional. [Entrevistas da CAVR com Jacinto Alves, Díli, 11 de Maio de 2004 e Egas da Costa Freitas, 19 de Maio de 2004]. Se esta era a sua composição, fica claro que o Conselho era uma estrutura híbrida, entre o partido (Fretilin) e o governo (RDTL).

<sup>XIV</sup> Embora os comissários políticos dos Sectores estivessem subordinados ao comissário político nacional (CPN), o mesmo não se passava com o comissário político do Estado-Maior das Falintil. Isto para não referir que este posto era ocupado pelo Presidente da República e Presidente da Fretilin. Segundo Jacinto Alves, nessa época Nicolau Lobato, que também era Presidente da RDTL, trabalhava todos os dias no Estado-Maior das Falintil [Entrevista da CAVR com Jacinto Alves, Díli, 11 de Maio de 2004].

30. Nessa época, foi criada uma nova unidade denominada *Brigada de Choque*, normalmente referida na forma abreviada por *Brichoq*.<sup>XV</sup> Esta brigada foi formada pelo chefe do Estado-Maior, directamente sob o seu comando e desenvolvia operações em todo o território de Timor-Leste.<sup>16</sup> Guido Soares, anteriormente chefe do Estado-Maior das Falintil, tornou-se comandante da *Brichoq*.<sup>17</sup> Com a criação desta brigada, passou a existir a *Brichoq*, as companhias de sector e de zona e as Fade.

### Programa sociopolítico da Fretilin

31. A organização dos civis nas zonas libertadas era da responsabilidade da administração civil da Fretilin. Após a invasão, a Fretilin concentrou os seus esforços em lançar e apoiar a Resistência. Xanana Gusmão, então membro do Comité Central da Fretilin, afirmou:

*Tínhamos acabado de entrar em guerra e o povo estava entre nós. [Criámos] bases de apoio, com a ideia de que funcionassem como bases fornecedoras de apoio logístico e político\_a que podemos chamar revolução...Em Maio de 1976, o Comité Central da Fretilin pôs em funcionamento as bases de apoio. Assim, foram criados seis sectores...com os quais se definia a base de apoio. Formou-se a estrutura da base de apoio. A base de apoio foi implementada como mecanismo para organizar as pessoas, de maneira que pudessem manter-se a lutar na guerra.*<sup>18</sup>

32. As povoações, de início territórios estrategicamente referidos como “zonas de retaguarda”, acabaram por transformar-se nas “bases de apoio”. Nestas, as pessoas organizavam-se para pôr em prática programas em domínios como a agricultura, a saúde, a educação, a cultura e a libertação da mulher.<sup>19</sup>

### Produção agrícola

33. Para aumentar a produção, o trabalho agrícola era feito por pessoas organizadas em equipas de trabalho.<sup>20</sup> A terra agrícola dividia-se em três tipos de regimes de propriedade: privada, cooperativa e estatal.<sup>XVI</sup> As famílias eram proprietárias de terra privada e, embora todos os membros de um grupo de trabalho trabalhassem nessa terra, o produto pertencia a cada família. A terra cooperativa pertencia a todos os membros de um grupo de trabalho que a trabalhavam, e o produto era equitativamente distribuído entre os seus membros.<sup>XVII</sup> Toda a gente trabalhava nas terras estatais e o produto era utilizado pelo estado para alimentar as Falintil, a administração civil, os idosos e as pessoas com deficiência, sendo constituídas reservas de sementes.<sup>21</sup> Além de plantas comestíveis como o milho, os tubérculos, a batata-doce e as bananas, também se plantava algodão.<sup>22</sup>

34. As mulheres também colaboravam na agricultura, desempenhando actividades como a trituração da palmeira de sagu e o fabrico de produtos entrançados, como os cestos.<sup>23</sup> Se uma mulher tinha filhos para criar, estes eram confiados ao infantário. Algumas pessoas integravam uma equipa destacada para a manutenção do infantário.<sup>24</sup>

---

<sup>XV</sup> Esta Brigada era igualmente conhecida como “Brigada de Intervenção”, “Força de Intervenção” ou “Companhia de Intervenção”.

<sup>XVI</sup> Ou seja, a República Democrática de Timor-Leste.

<sup>XVII</sup> Os comissários da Fretilin também tinham de trabalhar nos grupos de trabalho, embora desempenhassem poucas tarefas agrícolas, uma vez que a maior parte do seu tempo era despendido na actividade política. [Entrevista da CAVR com Virgílio Guterres Silva, Díli, 25 de Maio de 2004].

35. De início, a produção agrícola processava-se sem problemas. No entanto, assim que a grande ofensiva militar começou, em Setembro de 1978, a situação piorou. As colheitas deixaram de se fazer na terra plantada, porque a população era obrigada a deslocar-se constantemente, devido aos ataques do exército indonésio. As pessoas também não conseguiam preparar terrenos novos para o plantio.<sup>25</sup>

## **Saúde**

36. Os quadros da Fretilin responsáveis pela saúde, incluindo os médicos tradicionais, produziam medicamentos a partir de plantas, tais como pílulas de quinino e tratamentos para feridas de armas de fogo.<sup>26</sup> Tratavam também dos feridos e realizavam intervenções de pequena cirurgia. Fez-se investigação para identificar plantas com potencial curativo. Lucas da Costa, director do Hospital Same Manufahi na época da administração portuguesa, recordou as suas experiências na área de Uaimori (Viqueque):

*Em meados de 1976, fiz investigação sobre terapêutica com plantas, medicação baseada nos medicamentos tradicionais...Construímos um hospital. Fizemos estudos sobre medicamentos tradicionais. Reunimos várias pessoas com conhecimentos sobre medicamentos tradicionais, realizámos várias experiências e criámos uma farmácia para fabricar comprimidos e injeções. As injeções não deram resultado, mas os comprimidos para a malária foram um sucesso. Também tivemos sucesso no fabrico de um medicamento para as dores de cabeça e, embora fosse muito rudimentar, era igualmente muito eficaz.<sup>27</sup>*

37. Os antigos alunos participavam em sessões de educação pública sobre modos de vida saudáveis e sobre a construção e utilização de instalações sanitárias públicas. Virgílio da Silva Guterres, da zona de Venilale (Baucau), descreveu as suas experiências:

*[Os rapazes] que já frequentavam o terceiro nível da escola primária recebiam...formação nos domínios da literacia, saúde e política. Após a formação, os participantes eram divididos em grupos denominados Brigadas Dinamizadoras, compostas por cinco pessoas cada. A tarefa dos grupos consistia em ensinar a ler e escrever, saúde e em ajudar as pessoas a construir as suas instalações sanitárias para satisfazerem padrões mínimos de saúde.<sup>28</sup>*

## **Educação e Cultura**

38. A Fretilin dava educação em dois domínios principais: literacia e política. Aparentemente os programas de literacia eram ministrados de forma fragmentada, uma vez que, na época, havia falta de pessoas com formação neste domínio. Em certos lugares, as activistas da OPMT dirigiam os programas e centravam-se sobretudo nas mulheres.<sup>29</sup> Em algumas zonas, havia actividades escolares desenvolvidas para as crianças.<sup>30</sup>

39. A actividade educativa mais comum era a formação política. A Fretilin atribuía muita importância à formação política dos seus quadros, de maneira a aumentar a sua capacidade para organizar as pessoas e os seus conhecimentos políticos e ideológicos. Em cada sector, o Comissariado criou um Centro da Formação Política (Ceforpol). Estes centros eram dirigidos pelos comités de região e de zona, ou pelos administradores de suco e de aldeia. Entre os

tópicos tratados, refiram-se a história de Timor-Leste desde a chegada dos portugueses, as teorias do desenvolvimento social, a filosofia do materialismo dialéctico, a construção do poder popular, os princípios organizativos da “linha de massa” e do centralismo democrático, a emancipação da mulher e a produção colectiva de géneros alimentícios. Temas debatidos eram também a estratégia militar e a libertação nacional, bem como as guerras de libertação nacional noutros países, tais como a Guiné-Bissau, a China e o Vietname. Os instrutores dos Ceforpol eram membros do Comité Central da Fretilin e comandantes das Falintil.<sup>31</sup> Em termos globais, os Ceforpol eram tutelados pelo Departamento da Orientação Política e Ideológica (DOPI), um departamento do Comité Central da Fretilin.<sup>32</sup>

40. Para a população em geral, o objectivo da formação política consistia em estimular o espírito do nacionalismo e apoiar a luta de libertação nacional.<sup>33</sup> Os administradores de zona punham em prática programas de “esclarecimento”. Em certos lugares, eram as brigadas dinamizadoras que se incumbiam do esclarecimento, viajando de povoação em povoação para explicar às pessoas o Manual e Programa Políticos da Fretilin e a necessidade de trabalharem e apoiarem as forças armadas das Falintil na sua luta pela restauração da independência de Timor-Leste.<sup>34</sup> Nos sítios onde não havia qualquer brigada dinamizadora, era o *assistente de zona* que punha em prática o programa. As activistas da OPMT também realizavam formação política.<sup>35</sup> Habitualmente, a formação política popular era levada a efeito juntamente com actividades culturais. Um membro de uma brigada dinamizadora disse à Comissão que:

*Cada brigada era enviada a uma aldeia para ensinar durante o dia. De noite, realizavam-se actividades como danças tradicionais, leitura de poemas tradicionais e interpretação de canções populares...Os versos dos poemas falavam das pessoas pobres e do seu sofrimento, causado pela invasão, e prestavam homenagem às pessoas mortas na luta pela pátria. Quando ouviam estas palavras, as pessoas sentiam-se incentivadas a ser sensíveis aos pobres e a aumentar a sua determinação na luta pela independência da pátria.<sup>36</sup>*

41. As actividades culturais da Fretilin procuravam desenvolver um sentido de nacionalidade, baseado na ideia de que a nação só poderia progredir, se as pessoas lutassem para se libertarem da mentalidade negativa implantada pelo poder colonial. O tema da necessidade de os pobres lutarem pela libertação já se desenvolvera antes da invasão indonésia. A Fretilin recolheu canções tradicionais de muitas regiões e deu à letra um cunho progressista. As canções também eram interpretadas para acompanhar danças tradicionais como o *tebe* e o *dahur*.

42. As actividades culturais eram guiadas pela noção de igualdade entre todos os seres humanos, defendida pela Fretilin. Segundo a Fretilin, o colonialismo era uma forma de desigualdade através da qual uma minoria explorava e oprimia a maioria. A opressão e a exploração não existiam apenas entre o poder colonial e o povo de Timor-Leste, mas também entre a própria população timorense – entre os reis tradicionais (*liurai*) e o povo. Esta última situação manifestava-se através do tributo devido ao *liurai* pelos súbditos, que eram por aquele utilizados como mão-de-obra forçada. A desigualdade tornava-se também aparente na forma de discriminação e violência exercida contra as mulheres, em virtude do seu baixo estatuto entre a sociedade tradicional.<sup>37</sup> A Fretilin introduziu a noção de “camarada”, que considerava todas as pessoas como amigas e iguais. A necessidade de eliminar a desigualdade decorrente da exploração e da opressão, substituindo-a pela igualdade, tornou-se tema de canções e versos, interpretados em acontecimentos culturais e em programas de alfabetização.

## Emancipação da mulher

43. A emancipação da mulher também fazia parte do programa sociopolítico da Fretilin. As mulheres eram estimuladas a participarem em actividades de formação, saúde e produção agrícola, e no fabrico de produtos a serem utilizados pelas forças armadas, tais como cestos (*lafatik, luhu*) e sacos que podiam servir às Falintil. Para que as mulheres pudessem desenvolver estas actividades, foram criados infantários. Nestes infantários, homens e mulheres faziam turnos, revezando-se para tomarem conta das crianças. Os infantários também serviam para formar as crianças como nacionalistas revolucionários, através de canções de luta, poesia e teatro.<sup>38</sup>

44. Em algumas áreas, realizavam-se cursos para preparar as mulheres para o casamento. Por exemplo, a OPMT organizou um curso destes na Zona de Modok, no Sector Centro Norte. Estes cursos tinham por objectivo criar famílias nacionalistas que respeitassem os direitos dos homens e das mulheres. Às futuras noivas era ensinada a noção de emancipação da mulher. A tradição do *barlaque*, que exigia o intercâmbio de bens entre as famílias da noiva e do noivo e que fora anteriormente considerada degradante para as mulheres, foi reafirmada como símbolo que honrava a dignidade da mulher. Através destes cursos, as futuras noivas aprendiam também a contestar as atitudes colonialistas e feudais e os preconceitos relativos às mulheres, bem como a defender a dignidade das mulheres e dos homens.<sup>39</sup>

## Sistema de justiça

45. A Fretilin criou um sistema de justiça para julgar as pessoas que cometiam crimes. As pessoas eram julgadas de acordo com o tipo de crimes cometidos. Para pequenos delitos, como injúrias, assédio a mulheres e furto, seguia-se o processo denominado de autocrítica. Neste processo, o infractor declarava-se culpado em frente de uma pequena audiência, exprimia o seu remorso e prometia não voltar a cometer o delito. Os infractores eram perdoados, depois de receberem uma punição leve – por exemplo, recolher lenha ou acarretar água para a cozinha pública durante dois dias. Este tipo de punição denominava-se “justo correctivo”.

46. Aos crimes graves, aplicava-se o processo da chamada justiça popular. Entre os crimes graves contavam-se: contacto com o inimigo, cooperação com o inimigo, espionagem, denúncia de civis ao inimigo e traição. O arguido era acusado de se opor às políticas da Fretilin e submetido a um julgamento público, muitas vezes na presença de uma grande multidão. O comandante militar responsável pela captura dessa pessoa procedia à leitura das acusações, a multidão pronunciava o veredicto de culpado ou inocente, enquanto o comissário político, por vezes auxiliado pelo comandante do sector, decidia a sentença.<sup>40</sup> As punições iam da morte à reabilitação numa instituição denominada Reabilitação Nacional (Renal), “um local para reabilitar os reaccionários, transformando-os em revolucionários”.<sup>41</sup> As Renal eram tuteladas pelo Comissariado do Sector, variando em número de sector para sector.<sup>XVIII</sup>

47. A reabilitação era a punição decidida para as pessoas que, apesar da gravidade dos seus crimes, se entendia terem capacidade para reconhecer os seus erros e mudar de comportamento.<sup>42</sup> Nas Renal, exigia-se aos prisioneiros que trabalhassem de dia, incluindo esse trabalho a produção agrícola, como o plantio e trabalho nos campos de arroz, além de outras tarefas como recolher lenha e acarretar água. O produto deste trabalho servia para alimentá-los e satisfazer as necessidades das Falintil.<sup>43</sup> De noite, era-lhes exigido que frequentassem aulas de formação política. Numa Renal, eram disponibilizadas aulas para aprender a ler e escrever.<sup>44</sup>

---

<sup>XVIII</sup> As Renal encontravam-se sob a tutela de um adjunto. Por exemplo, a Renal de Nundamar, em Remexio, era dirigida pelo adjunto Sebastião Montalvão (“Lais”) [Entrevistas da CAVR com António Amado de Deus Guterres, 11 de Dezembro de 2003, e Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004 Ver Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos].

48. Havia pelo menos dois tipos de instalações prisionais em cada Renal. O primeiro tipo era um buraco cavado no solo, coberto por barras de madeira, ou por um painel de madeira com uma grande pedra em cima. A dimensão destes buracos era variável: alguns tinham apenas 80 centímetros de altura, forçando as pessoas que lá dentro se encontravam a sentar-se no chão; outros, como o que existia em Nundamar (Remexio, Aileu), podiam ter até três metros de profundidade.<sup>45</sup> O segundo tipo era um recinto cercado acima do solo, rodeado por muros em pedra, com dois a três metros de altura.<sup>46</sup>

49. Em alguns casos, as pessoas presas nas Renal eram privadas de alimentos e água durante vários dias. Por vezes, os familiares eram autorizados a dar-lhes alimentos ou água, mas noutras ocasiões esta prática era proibida. Alexandrino de Jesus, um soldado das Falintil capturado e acusado de tentativa de rendição ao exército indonésio, relatou desta forma as suas experiências numa Renal:

*Fomos levados para a Renal de Sau-kata, na aldeia de Ura hou [Hatulia, Ermera]. Foi-nos mandado que trabalhássemos, embora estivéssemos fisicamente debilitados, e sem nos fornecerem utensílios agrícolas. Ordenaram-nos que arrancássemos as ervas e limpássemos um hectare e meio de terra, para se plantar milho. Durante este trabalho, nunca nos deram de comer. Dividimos o nosso grupo em dois: um grupo trabalhava para arrancar a erva, enquanto o outro, no qual eu me incluía, andava à procura de mandioca. Felizmente, havia muita mandioca nas redondezas. [Enquanto trabalhávamos] éramos vigiados por oito membros das Falintil...Dormíamos no local onde trabalhávamos e, em cada semana, era-nos exigido que nos apresentássemos em Fatubessi [Ermera]. Ninguém do grupo morreu.*

*Passámos um mês e meio na Renal. Depois de termos plantado o milho, o comandante do Sector da Fronteira Norte, Filomeno Paixão, chamou-nos à sua presença. Quando chegámos [ao centro de comando do sector, em Fatubessi Ermera] fomos bem tratados. Disseram-nos que formássemos em linha. Depois, fomos reintegrados como membros das Falintil.<sup>47</sup>*

50. As pessoas a aguardar investigação e julgamento pela *justiça popular* ficavam também detidas nas Renal. O interrogatório era o método principal de investigação. Alguns detidos eram torturados durante o interrogatório, para se obter deles uma confissão.<sup>48</sup> Eduardo de Jesus Barreto, do Sector da Fronteira Norte, depôs o seguinte:

*Vi com os meus olhos o comandante de região Martinho [Soares] ser enterrado até à cintura, de pé, sem roupas e de mãos amarradas. Então deitaram fogo a um pneu de automóvel e deixaram que as gotas de borracha derretida lhe queimassem o corpo. Não consegui olhar mais e fui-me embora.<sup>49</sup>*

51. Nem todos os casos graves eram investigados. Em alguns casos, as pessoas suspeitas de planearem render-se ou eram espiões para os militares indonésios e eram simplesmente acusadas pelo comandante local, sendo a decisão tomada no próprio sítio. Um antigo assistente político disse à Comissão:

*A pessoa culpada era trazida diante do público. Ali, muitas pessoas diziam que ela era culpada. Ninguém contestava, mesmo que estivesse inocente. Nenhum juiz nos defendia. Fui testemunha de três casos desses. Um homem suspeito foi capturado numa zona de guerra e o comandante acusou-o de ser espião. O comandante disse: “Este homem foi capturado na zona de guerrilha. É um espião.” E o povo disse: “Se é espião, tem de morrer.” Estes casos eram normalmente resolvidos por um comandante das Falintil e o povo aceitava a sua decisão, qualquer que ela fosse.<sup>50</sup>*

52. Por consequência, houve pessoas punidas por crimes que não cometeram. Um quadro descreveu um desses casos:

*Algumas pessoas tinham ido à cidade...[e] as suas famílias ficaram sob suspeita. [Os comandantes] faziam-lhes tudo, até torturá-las. Eu opunha-me. E dizia-lhes: “Não façam isso. Só porque uma pessoa vai à cidade, não quer dizer que essa pessoa já não queira saber da luta. Por que haveremos nós de incomodar as suas famílias?” Sempre me opus. Acusaram-me de ter contactos com eles, de trair a luta. Acabei por ser preso sem nenhuma razão. Não fui torturado. Passei alguns meses debaixo do solo.<sup>51</sup>*

## Estratégia

53. A estratégia de resistência adoptada pela Fretilin fundamentava-se na ideia de que a Fretilin estava empenhada numa guerra revolucionária pela independência. O conceito de revolução estava ligado à independência, mas a independência almejada pela Fretilin implicava mais do que a mera partida dos dirigentes coloniais portugueses e sua substituição por um governo timorense. Para a Fretilin, independência sem mudança das estruturas sociais significaria apenas substituir um senhor por outro. Para a Fretilin, independência significava criar igualdade entre as pessoas, “pondo fim à desigualdade da situação colonial, que se baseava na exploração da maioria por uma minoria. A minoria colonial e os ricos exploravam a maioria”.<sup>52</sup> O processo através do qual a Fretilin pretendia eliminar a estrutura social colonial era a revolução.<sup>XIX</sup>

54. Publicado por volta de Setembro de 1975, o *Manual e Programa Políticos* da Fretilin declarava:

---

<sup>XIX</sup> O Artigo 2º da Constituição da RDTL proclamava: “O governo da República Democrática de Timor-Leste baseia-se na orientação política da FRÉTILIN, cujo objectivo consiste em eliminar as estruturas coloniais para criar uma sociedade nova, livre de todos os tipos de ocupação e exploração.” A Fretilin considerava também que o colonialismo poderia assumir uma nova forma, depois de a nação conquistar a independência, quando o capital estrangeiro controlasse a economia de Timor-Leste. Esta situação criaria uma dependência económica denominada “neocolonialismo” que a Fretilin desejava evitar [Fretilin, *Manual e Programa Políticos Fretilin*, ponto nº 5 do Manual].

*[A Fretilin] é chamada revolucionária porque, para o povo timorense viver em prosperidade e alcançar uma verdadeira libertação, o povo precisa de mudar, transformar e REVOLUCIONAR todas as estruturas, que existem há já quinhentos anos. Precisamos de fazer grandes transformações, criando novas estruturas ao serviço do povo timorense. Se não eliminarmos as estruturas opressivas, substituindo-as por novas estruturas, o povo timorense nunca viverá em prosperidade, o povo timorense nunca conquistará a independência; apenas um pequeno número de pessoas viverá em prosperidade, tal como sucedeu até hoje. Muitas pessoas ainda viveriam na miséria.*<sup>53</sup>

55. No entender da Fretilin, a sociedade timorense tradicional também era opressiva. Na estrutura social tradicional, o *liurai* tinha poder sobre as pessoas, forçando-as a trabalhar para ele e cobrando-lhes dízimas. Os dirigentes coloniais aproveitavam-se igualmente do estatuto tradicional dos *liurais* para mobilizar o povo ao trabalho nas plantações que produziam bens de exportação.<sup>xx</sup> A Fretilin considerava a autoridade dos *liurais* feudal e pretendia eliminá-la.

56. O colonialismo e a tradição também eram vistos como opressivos para as mulheres. No entender da Fretilin, as mulheres timorenses estavam sujeitas a uma dupla opressão: a opressão colonial genérica, à qual todos os timorenses se encontravam sujeitos, e uma opressão mais específica que sofriam em virtude das atitudes tradicionais e colonialistas face às mulheres.<sup>54</sup> Enquanto a opressão colonial genérica se traduzia em trabalho forçado, salários inadequados, racismo, etc., a opressão sobre as mulheres manifestava-se na forma como estas eram tratadas como objectos de prazer pelos empregadores coloniais e como bens transaccionáveis nas práticas do *barlaque* e da poligamia. A Fretilin pretendia eliminar esta opressão. No programa revolucionário da Fretilin incluía-se “a libertação das mulheres como criaturas sociais”.<sup>55</sup>

57. Para criar uma nova estrutura social, livre de opressão, a Fretilin pôs em prática programas sociopolíticos a partir de Setembro de 1975. No entender da Fretilin, os programas mais importantes eram desenvolvidos nos sectores da agricultura, saúde, educação e cultura.<sup>56</sup> Para a Fretilin, no sector agrícola o colonialismo havia empobrecido o povo de Timor-Leste, ao dar preferência às culturas de exportação. A população passava fome, devido a escassez de alimentos e a uma variedade limitada dos géneros alimentícios.<sup>57</sup> A Fretilin procurou desenvolver um sector agrícola que servisse os interesses da população e permitisse que “toda a gente pudesse ter acesso a alimentos de boa qualidade para garantir uma boa saúde, para que todos pudessem viver em prosperidade”.<sup>58</sup> Entendeu-se que o sistema de propriedade e organização cooperativa seria o melhor para cumprir este objectivo.<sup>xxi</sup> A Fretilin fez planos para construir cooperativas de produção, distribuição e consumo em todo o país. Quando Timor-Leste ainda se encontrava sob administração portuguesa, a Fretilin pôs em prática esta ideia em vários lugares, nomeadamente Bazartete (Liquiça) e Bucoli (Baucau), respectivamente as aldeias natais de Nicolau Lobato e Sa’he – os pioneiros destes projectos.<sup>59</sup>

58. No sector da educação, a Fretilin levou a efeito programas de alfabetização recorrendo aos métodos desenvolvidos pelo educador brasileiro Paulo Freire.<sup>xxii</sup> A educação era considerada importante porque, para a Fretilin, a verdadeira independência aconteceria apenas

<sup>xx</sup> Este trabalho forçado chamava-se “auxiliar,” palavra pronunciada pelos timorenses como “assuliar.”

<sup>xxi</sup> A Fretilin também propôs um plano de reforma agrária, confiscando as grandes plantações e entregando-as às cooperativas do povo para as trabalharem. [*Manual e Programa Políticos Fretilin*, parte do Programa Político, ponto 2.B.1].

<sup>xxii</sup> Quando o governo português de Timor-Leste, sob a direcção do governador Mário Lemos Pires, criou uma comissão de educação, cuja tarefa consistia em descolonizar o sistema educativo de Timor-Leste, a Fretilin desempenhou um papel importante na alteração da política governamental nesta matéria. [Hill, *Gerakan Pembebasan Nasional*, p. 122.]

quando o povo participasse activamente no governo e esta participação activa só poderia suceder se as pessoas soubessem o que queriam e porquê. Se o povo vivesse na ignorância, seria sempre explorado. No ponto de vista da Fretilin, o sistema educativo implantado sob a administração colonial portuguesa era contrário às suas necessidades.<sup>60</sup> O método de conscientização proposto por Freire era preferível, porque o povo não só aprendia a ler e a escrever como também passava por um processo de consciencialização relativamente à opressão colonial e à forma de a superar. O programa de alfabetização, preparado em Maio de 1974, foi implementado pela primeira vez em Janeiro de 1975.<sup>61</sup>

59. A saúde era analisada em estreita ligação com a educação. No entender da Fretilin, as deficiências da saúde pública eram causadas pelos escassos conhecimentos das pessoas em matéria de saúde e nutrição – o que, por sua vez, se devia ao colonialismo. Por isso, a Fretilin entendia que a educação sobre saúde era a única solução para o problema.<sup>62</sup>

60. As ideias da Fretilin em matéria de cultura ligavam-se estreitamente à necessidade de o povo de Timor-Leste desenvolver uma nova consciência nacional. Durante a era colonial, as pessoas percebiam, regra geral, que pertenciam a determinado suco, ou a um determinado reino, ou a um grupo etnolinguístico particular. Por exemplo, as pessoas olhavam-se a si mesmas como pertencentes ao povo Turiscai (Manufahi), como membros do grupo etnolinguístico Mambai, mas raramente se definiam a si próprias como naturais de Timor-Leste, e consideravam estrangeiros (*maiae*) até os habitantes de Díli.<sup>63</sup> A Fretilin esforçou-se por desenvolver a consciência nacional através de programas de intercâmbio cultural entre as regiões, dando a todos os habitantes de Timor-Leste uma ideia destas formas. Por exemplo, a dança *tebe* de uma região era introduzida nos programas de alfabetização de outras regiões. Da mesma maneira, algumas canções, como a *Kolele Mai*, originária de uma aldeia em Baucau, foram introduzidas em todo o país. Foi também a Fretilin que passou a utilizar o tétum, língua franca em todo o território, nas suas reuniões e programas de alfabetização.

61. A Fretilin entendeu que a revolução poderia desenrolar-se pacificamente, por duas razões.<sup>xxiii</sup> Em primeiro lugar, na época em que a Fretilin elaborou o seu programa, em Novembro de 1974, tornava-se claro ser mais provável que a política de descolonização portuguesa conduzisse à independência. Por isso, a Fretilin sentia garantida a bancarrota política e administrativa do colonialismo.<sup>64</sup> Em segundo lugar, a popularidade da Fretilin aumentava crescentemente, devido aos seus programas sociopolíticos.<sup>65</sup> Por exemplo, durante a eleição local dos chefes de aldeia, em Maio de 1975, em numerosas aldeias de Lospalos (Lautém), uma maioria clara dos chefes de aldeia eleitos eram apoiantes da Fretilin.<sup>66</sup> Segundo Francisco Xavier do Amaral, esta popularidade crescente tornou os líderes da Fretilin confiantes de que a maioria da população desejava a independência e que, por isso, facilmente seriam capazes de, sem luta armada, derrotar a ideia da federação com Portugal defendida pela UDT e a ideia da integração na Indonésia defendida pela Apodeti.<sup>67</sup> Para a Fretilin, a via para lançar a revolução consistia em mobilizar as pessoas para a aceleração dos programas agrícolas, educativos, de saúde e culturais.<sup>xxiv</sup>

62. O programa sociopolítico implementado após a invasão indonésia era uma continuação dos programas implementados antes de 11 de Agosto de 1975. A diferença, após a invasão, é

---

<sup>xxiii</sup> Francisco Xavier do Amaral afirmou ser esperança da Fretilin que Portugal “estivesse disposto a dar [a independência a Timor-Leste] pacificamente”, não tendo por isso a Fretilin feito quaisquer planos para organizar-se para a luta armada. No seu entender, as actividades armadas só tiveram lugar após a acção armada do Movimento de 11 de Agosto. [Entrevista da CAVR com Francisco Xavier do Amaral, Díli, 18 de Junho de 2004]. Terra Maubulak também referiu a criação do Exército de Libertação Maubere entre os timorenses que prestavam serviço militar no exército colonial português, levada a efeito por vários membros do Comité Central da Fretilin por volta de Maio de 1975 [Terra Maubulak, Arquivos do *Projecto de História Oral Tuba Rai Metin*, Documentação disponibilizada à CAVR, CD nº 18]. No entanto, isto foi desmentido por Mari Alkatiri (então comissário político nacional) e por Francisco Xavier do Amaral (então presidente da Fretilin) [Entrevistas da CAVR com Mari Alkatiri, Díli, 25 de Junho de 2004 e com Francisco Xavier do Amaral, Díli, 18 de Junho de 2004].

<sup>xxiv</sup> Helen Hill referiu que a Fretilin procurou alcançar “uma alternativa pacífica à guerra de guerrilha, que se apoiaria na capacidade do povo para combater as estruturas coloniais.” [Helen Hill, *Stirrings of Nationalism in East Timor*, p. 159].

que os programas passaram a ser implementados nas bases de apoio para apoiar a guerra. Durante a guerra, a Fretilin radicalizou-se, dando maior ênfase à eliminação da sociedade com classes e perfilhando o marxismo como ideologia.<sup>xxv</sup>

### Guerra popular prolongada

63. De início, como acima se referiu, a guerra travou-se como reacção espontânea e descentralizada contra os ataques das forças armadas indonésias, sem uma estratégia global bem definida. Na segunda sessão plenária do Comité Central da Fretilin em Soibada (Manatuto), realizada entre 15 de Maio e 2 de Junho de 1976, a Fretilin adoptou a estratégia da guerra popular prolongada.<sup>xxvi</sup> A Fretilin reconheceu que a guerra não seria facilmente nem rapidamente ganha, devido à enorme superioridade económica e militar da Indonésia.<sup>68</sup> Se Timor-Leste quisesse a independência, a guerra teria de ser longa e dura. Com base na sua análise da situação política internacional, a Fretilin acreditava que Timor-Leste não poderia depender da ajuda externa para alcançar a vitória.<sup>xxvii</sup>

64. Os três princípios essenciais aprovados na Conferência de Soibada foram os seguintes: a guerra seria travada pelo povo e para o povo, a guerra seria prolongada e Timor-Leste teria de depender da sua própria força. À luz desta estratégia, a guerra não era um simples conflito militar entre duas forças armadas, sendo igualmente entendida como guerra popular. Dum ponto de vista estritamente militar, seriam decisivos os factores militares e económicos. No entanto, a Fretilin acreditava que a força e determinação do povo constituiriam um factor decisivo e que ambas podiam ser continuamente reforçadas por meio da formação e da mobilização.

65. As bases de apoio desempenharam um papel fundamental na estratégia de guerra popular prolongada. Davam apoio logístico às forças armadas e construíam também o poder popular através da formação e da mobilização.<sup>69</sup> Egas da Costa, assistente de zona na secção de propagação de uma das zonas do Sector Centro Leste, afirmou:

*Uma vez que esta guerra era uma guerra prolongada, as pessoas eram educadas e formadas nas bases, para ganharem uma nova perspectiva sobre a vida.*<sup>70</sup>

66. A Fretilin interpretava os ataques das forças armadas indonésias como ataques contra o povo de Timor-Leste, o qual tentava libertar-se da opressão do homem pelo homem. Ao lançar estes ataques, a Indonésia era considerada cúmplice dos poderes imperialistas mundiais. Num documento emitido pelo DOPI, ratificado na Conferência de Laline de 1977, declarava-se:

---

<sup>xxv</sup> Segundo Xanana Gusmão, o marxismo tornou-se oficialmente a ideologia da Fretilin na Conferência de Laline (Lacluta, Viqueque), realizada em 1977. O Presidente da Fretilin Francisco Xavier do Amaral não esteve presente nesta conferência. Segundo outra fonte, nesta conferência o marxismo não foi confirmado como ideologia oficial devido à ausência de Xavier do Amaral. [Entrevista da CAVR com Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004. Entrevista da CAVR com Jacinto Alves, Díli, 11 de Maio de 2004]. No entanto, os quadros que participaram na formação política do Ceforpol recordavam-se de ter estudado marxismo nas aulas do Ceforpol. [Ver, por exemplo, a entrevista da CAVR com Egas da Costa Freitas, 19 de Maio de 2004; Lere Anan Timor, Arquivos do *Projecto de História Oral Tuba Rai Metin*, Documentação colocada à disposição da CAVR].

<sup>xxvi</sup> Esta estratégia foi formulada por Mao Tsé-Tung, baseando-se na experiência da guerra levada a efeito pela China contra o imperialismo japonês (Mao Tsé-Tung, *Sobre a Guerra Prolongada*, 1938, republicado nas *Obras Escolhidas de Mao Tsé-Tung* [Pequim: Foreign Languages Press, 1965]). Aparentemente, alguns líderes da Fretilin aprenderam esta estratégia em materiais dos movimentos africanos de libertação nacional das colónias portuguesas.

<sup>xxvii</sup> A ideia de pedir ajuda aos países ocidentais foi rejeitada, pelo facto de estes países serem "imperialistas" e efectivamente contrários aos países que desejavam a "verdadeira libertação". A Indonésia, autora da agressão militar, era vista como lacaia dos Estados Unidos da América, líder das potências imperialistas mundiais. Ao mesmo tempo, a ideia de pedir ajuda aos países do bloco socialistas também foi rejeitada, apresentando-se como razão que essa ajuda poderia criar vínculos para o futuro. [Entrevista da CAVR com Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004].

[As] experiências de outros países na luta contra as potências coloniais, bem como a nossa experiência, demonstram que este tipo de movimento é defrontado com violência total pelo poder imperialista e que a única maneira de um movimento verdadeiramente nacionalista proteger o povo do genocídio ou dos assassinios em massa consiste em organizar, mobilizar e formar as pessoas a trabalhar em prol da completa e total expulsão do inimigo e da derrota do imperialismo.<sup>71</sup>

67. A guerra era vista como uma guerra movida pelo povo todo contra as potências inimigas que promoviam os seus interesses imperialistas. A mobilização e a formação das pessoas criariam uma força popular invencível face à agressão imperialista. A relação entre o povo e os soldados era comparável à relação existente entre a água e os peixes.<sup>72</sup>

68. Em termos mais práticos, o povo fornecia géneros alimentícios aos soldados das Falintil e era, assim, a fonte de abastecimento das forças armadas. Por sua vez, as Falintil eram consideradas protectoras do povo, permitindo que as pessoas vivessem a sua vida sem opressão nem exploração nas zonas libertadas.<sup>73</sup> As Falintil eram comandadas pela Fretilin, guia (*matadalan*) da luta de libertação. O princípio que regulava esta relação era o da “primazia do poder político sobre o poder militar” (“a política comanda o fuzil”). Segundo Taur Matan Ruak: “As Falintil eram como a faca, utilizada pelos líderes políticos para cortar”.<sup>74</sup>

### Conflito interno

69. Durante o período das zonas libertadas, começaram a surgir conflitos entre os líderes da Fretilin. Estes conflitos têm sido interpretados, para a fase anterior, como decorrentes da luta entre facções ideológicas no interior da Fretilin. Segundo esta interpretação, existiam grupos nacionalistas, sociais-democratas e marxistas – até mesmo maoístas – dentro da Fretilin, e o conflito entre estas facções foi vencido pelo grupo marxista, ou radical.<sup>75</sup> Segundo os relatos feitos à Comissão, mostra-se uma divergência ideológica de natureza diversa, centrada na estratégia militar.<sup>xxviii</sup> Esta divergência manifestava-se em torno de questões como a maneira de pôr em prática o princípio do controlo do poder militar pelo poder civil, a ideia de “suicídio ideológico” e a presença de civis em territórios controlados pela Fretilin.

### Controlo do poder militar pelo poder civil.

70. O primeiro conflito surgiu em torno da implementação do princípio de que “a política comanda o fuzil”. Segundo o depoimento apresentado por Lucas da Costa à Comissão, a oposição a este princípio já fora aflorada pouco depois de a Fretilin lançar a sua reacção armada ao movimento de 11 de Agosto da UDT e atingira um ponto de crise em Outubro de 1975.<sup>76</sup> Nessa época, pouco depois de a Fretilin assumir controlo sobre a totalidade do território de Timor-Leste, os comandantes militares, na sua maioria antigos soldados portugueses,

---

<sup>xxviii</sup> Egas da Costa Freitas apresentou uma categorização diferente, falando em socialistas, sociais-democratas e uma “direita bastante fascista.” Aparentemente as primeiras pessoas a referirem a existência de “grupos” no interior da Fretilin foram Carmel Budiardjo e Liem Soei Liong, *The War Against East Timor*, London: Zed Books Ltd, 1984. Segundo estes autores, havia quatro “grupos” no interior da Fretilin: o grupo clandestino anticolonial, o grupo da Casa dos Timorenses, o “grupo em torno de Xavier do Amaral” e o “grupo em torno de Alarico Fernandes” (pp. 53-54). Mais tarde, John G. Taylor, *Indonesia's Forgotten War: The Hidden History of East Timor*, London: Zed Books, 1991, propôs um agrupamento diferente: os “grupos sociais-democratas” (representados por José Ramos-Horta, Justino Mota, Alarico Fernandes e Francisco Xavier do Amaral), o grupo “que aliava um nacionalismo anticolonial duro à independência económica e ao progresso político” (Nicolau Lobato, com o apoio de antigos sargentos do exército português) e o grupo “nacionalista-marxista” em torno de Mau Lear e Sa'he [na versão revista de *East Timor: The Price of Freedom*, London and New York, Zed Books, 1999, pp. 46-48].

dispunham de uma autoridade efectiva mais forte do que os líderes políticos.<sup>xxix</sup> A aprovação do princípio “a política comanda o fuzil” viera diminuir-lhes a autoridade. A sua insatisfação era agravada pelo facto de muitos dos líderes políticos terem menos conhecimentos e experiência militares do que os seus. Lucas da Costa (Rama Metan) depôs o seguinte perante a Comissão:

*Quando a Fretilin assumiu o controlo do território, sentiu-se uma fricção entre as forças armadas da Fretilin e vários comandantes, especialmente aqui, em Díli. Essa fricção atingiu o auge em Outubro.*

*A Fretilin seguia o princípio de que “a política comanda o fuzil,” significando que o poder político controlava as forças armadas. [Esse princípio] entrou em vigor a partir do momento em que assumimos o controlo, sendo promulgado pelo Comité Central da Fretilin. Por isso, devido a esse princípio, alguns comandantes de companhia sentiram que a sua autoridade se encontrava comprometida por terem de obedecer aos políticos – quando de facto eram eles que tutelavam realmente as forças armadas, os soldados – e sentiam-se pouco à vontade em lidar com membros do Comité Central da Fretilin que eram jovens ou pouco experientes.<sup>77</sup>*

71. Este problema prolongou-se até ao mato, após a invasão, culminando em incidentes como a morte do subchefe do Estado-Maior das Falintil, José da Silva. José da Silva, antigo sargento das forças armadas coloniais portuguesas, era comandante da primeira companhia das Falintil em Agosto de 1975 e, também, subchefe do Estado-Maior. Após a invasão, combateu em Ermera, região integrada no Sector do Centro Norte. Ocorreram conflitos entre os líderes da Fretilin devido a algumas decisões tomadas na Conferência de Soibada. Hélio Pina (Maukruma), eleito comissário político tendo António Carvalho (Fera Lafaek) como assistente, recebeu a incumbência de reestruturar a relação entre o poder civil e o poder militar, tal como fora proposto na conferência. Recusando-se a aceitar a reestruturação, José da Silva capturou Maukruma e vários dos seus comandantes. Seguiu-se um combate com armas de fogo e José da Silva foi capturado e detido, sendo executado pela Fretilin em meados de 1977.<sup>78</sup>

72. Aparentemente estes conflitos em torno do princípio do controlo do poder militar pelo poder político foram igualmente factores que contribuíram para as execuções de Agostinho Espírito Santo (um comandante do Sector da Fronteira Norte), Aquiles Freitas (um comandante do Sector do Centro Leste) e Martinho Soares.<sup>xxx</sup>

### **Suicídio Ideológico**

73. As concepções da Fretilin sobre a revolução também causaram conflitos. Uma vez que a revolução tinha como objectivo criar uma sociedade sem classes, exigiu-se aos membros das classes superiores, como os *liurai*, que renunciassem ao seu estatuto especial na sociedade cometendo um “suicídio ideológico”. Como Xanana Gusmão declarou:

---

<sup>xxix</sup> Segundo Jill Jolliffe, nessa época a polícia militar instalou barreiras policiais nas estradas em redor de Díli e enviou um delegado aos líderes da Fretilin exigindo a detenção de vários militantes da Fretilin, considerados comunistas. Este incidente resolveu-se após uma discussão de 4 horas ocorrida no dia 4 de Novembro, durante a qual foi possível convencer os soldados de que as suas acusações estavam erradas. [Jill Jolliffe, *East Timor: Nationalism and Colonialism*, pp. 185-186].

<sup>xxx</sup> Segundo Lucas da Costa, o comandante Agostinho Espírito Santo entrava frequentemente em desacordo com o comissário político César Maulaka. [Entrevista da CAVR com Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004].

*A revolução era o comunismo. Não havia classes, não havia ricos, não havia pobres, não havia exploração, toda a gente era igual. A revolução seguia a ideologia comunista...Por isso, não haveria classes, todos seríamos iguais e as classes superiores teriam de cometer suicídio: os de cima teriam de sentar-se ao lado do povo.*<sup>79</sup>

74. Nas zonas libertadas, a oposição à Fretilin era denunciada como “reaccionária” e considerada crime grave.<sup>80</sup> Segundo Xanana Gusmão, quem continuamente desenvolvesse acções reaccionárias seria considerado traidor.<sup>81</sup>

75. A execução de Aquiles Freitas é disto um bom exemplo. Aquiles Freitas era comandante em Atabae (Bobonaro) quando a Indonésia lançou os ataques fronteiriços de Outubro e Novembro de 1975. A sua última patente nas forças armadas portuguesas fora a de primeiro-sargento. Após a invasão de Díli pela Indonésia, no dia 7 de Dezembro de 1975, tornou-se comandante de zona em Quelicai (Baucau), sua terra natal, sendo mais tarde promovido ao posto de segundo comandante da Região de Baucau, tendo como primeiro comandante Reinaldo Correia (Kilik Wae Gae). Aquiles não gostou de ter como superior hierárquico Kilik Wae Gae, que servira como soldado raso no exército português – patente inferior à sua.<sup>82</sup> Um antigo administrador da Fretilin, administrador da zona de Uatu-Carbau (Viqueque), contou à Comissão que Aquiles Freitas não conseguia disfarçar o seu desprezo pela Fretilin e pelas Falintil:

*Um dia fez uma visita à nossa sede de zona, na Zona de Furak Kaun. Eu estava presente. Já era então vice-secretário. Era estranho que este homem contactasse só com certas pessoas, nunca tendo nada a tratar com a zona. Com as suas palavras “O que são as Falintil?!” parecia troçar das Falintil. Por isso, chegámos finalmente à conclusão de que era contra-revolucionário. Enquanto eu era vice-secretário, nunca ele entrou no meu gabinete. Fazia troça de nós por sermos funcionários. Por isso me atrevo a dizer que ele era contra-revolucionário.*

*[Aquiles] visitou Uatu-Carbau [Viqueque] em 1976, se não me engano, por volta de 1976 ou 1977...Eu ainda era o assistente de Uatu-Carbau. Conheci-o lá. Fiquei com a certeza de que ele nunca respeitou a presença do secretário, do vice-secretário, dos administradores e dos assistentes. Nunca. Ouvi-o dizer: “Ahh, mas afinal o que vem a ser isso das Falintil?!”*<sup>83</sup>

76. A execução de Francisco Hornay é outro exemplo deste conflito. Os problemas começaram na época da reestruturação do Sector de Ponta Leste pelo comissário político Sera Key, após a Conferência de Soibada. Francisco Hornay rejeitou a nomeação de Tomás Pinto como secretário da zona de Iliomar (Lautém), por entender que esse posto deveria ser detido por um *liurai*. Tito da Costa (Lere Anan Timor, Lere), à época vice-secretário da zona de Iliomar, contou à Comissão o seguinte:

*Eles não queriam que Tomás Pinto [Lesamau] fosse secretário de zona, por quererem no posto uma pessoa de sangue azul. Ele [Francisco Hornay] queria que fosse eu o secretário da zona, por ser de sangue azul. Opusemo-nos a ele devido à luta, porque nos opúnhamos à exploração.*

*Tomás Pinto e eu elaborámos um relatório dirigido ao Comité Regional e a Sera Key, comissário político da Ponta Leste. Com base nesse relatório, eles [denunciaram] a acção de Hornay como reacção, integrada na reacção nacional liderada por [Francisco] Xavier [do Amaral]. Organizaram uma reunião. Não foi autorizada a entrada a pessoas armadas. [Hornay] teimou na sua opinião, dizendo que Tomás não podia ser secretário. Durante o debate [eles] culpam Hornay. Eles tomaram uma decisão por unanimidade...O comissário político, que tinha consigo um pelotão, ordenou às tropas que os desarmassem.*

*A reacção foi que quase uma companhia inteira foi desarmada. [As tropas do comissário] capturaram cerca de cinco a seis homens e levaram-nos para Belta Três [Irrara, Lospalos, Lautém], onde se encontrava o Comissariado, e mantiveram-nos detidos entre um a sete meses. Depois de o comissário político considerar que estavam mudados, foram libertados. No entanto, mesmo depois da libertação não mudaram, ficaram sempre reacção. Foi-lhes exigido que se apresentassem à zona, o que nunca fizeram. Foram ter directamente com Aquiles, a Quelicai [Baucau].<sup>84</sup>*

77. Segundo Lere, Aquiles Freitas forneceu-lhes armas.<sup>85</sup> Francisco Hornay e dois outros homens foram então capturados de novo em Baguia (Baucau) e mortos em Iliomar.<sup>86</sup>

### **Estratégia militar**

78. O mais grave conflito interno surgido no interior da Fretilin parece ter resultado da discussão em torno da estratégia militar a adoptar contra a Indonésia. Alguns líderes políticos, que acabaram por constituir uma maioria, entendiam que os timorenses deviam confiar nas suas próprias forças, sem contarem com ajuda externa. Outros comandantes militares e líderes civis discordaram, na convicção de que a ajuda externa se tornara necessária devido à superioridade das forças indonésias. Na primeira sessão plenária do Comité Central, realizada em Abril de 1976 em Barique (Manatuto), esta questão foi debatida. O pedido de ajuda aos Estados Unidos da América e seus aliados foi rejeitado, por se considerar que estes países eram imperialistas. O pedido de ajuda à União Soviética foi igualmente rejeitado, por se considerar tratar-se de uma potência social-imperialista.<sup>87</sup> Segundo Xanana Gusmão, nessa reunião Francisco Xavier do Amaral afirmou que não importava de onde viesse a ajuda, desde que viesse depressa. Muitos comandantes militares concordaram, mostrando o seu descontentamento com os líderes políticos.<sup>88</sup>

*Foram recrutados jovens para tornar-se quadros médios. Muitos jovens participavam a este nível, porque a Fretilin entendia que os jovens eram mais fáceis de formar do que a gente mais velha, já familiarizada com as tradições coloniais. Estes jovens transformaram-se nos elos de ligação entre o povo e o Comité Central da Fretilin.<sup>89</sup>*

79. Outro conflito relacionava-se com o papel da população civil. Os civis desempenharam um papel muito importante na estratégia da guerra popular prolongada aprovada na Conferência de Soibada de Maio-Junho de 1976. Nessa época, vieram à superfície mais desacordos entre numerosos líderes civis e comandantes militares, apoiados por Francisco Xavier do Amaral. Para Francisco Xavier do Amaral, a presença de civis poderia causar problemas às Falintil, pois estas

seriam sobrecarregadas com a tarefa de garantir a sua segurança. No seu entender, seria melhor que os civis, em especial as crianças e os idosos, se rendessem ao inimigo, enquanto os que fossem fisicamente fortes permaneceriam no mato, para lutarem ao lado das Falintil.<sup>90</sup> Esta ideia granjeou o apoio dos comandantes militares.<sup>91</sup>

80. Esta divergência de opiniões agudizou-se com as tensões entre os comandantes militares e os líderes civis, devido à diminuição da autoridade dos comandantes militares, ocorrida antes do êxodo para o mato. As tensões avolumaram-se ainda mais devido à animosidade experimentada por alguns dos antigos sargentos do exército português relativamente a comandantes militares que antes tinham sido líderes políticos. Lucas da Costa (Rama Metan) contou à Comissão:

*[Os soldados das Falintil que haviam prestado serviço militar no exército português] sentiam-se pouco à vontade em lidar com membros do Comité Central da Fretilin que eram jovens ou pouco experientes...Havia alguns [membros do CCF], especialmente os jovens, que, só por terem sido suficientemente bravos para apreender armas, logo se intitulavam comandantes. Meno Paixão, por exemplo, conseguiu apreender uma arma o que o transformou em comandante.<sup>92</sup>*

81. Os antigos sargentos, que tinham da guerra uma visão estritamente militar, acreditavam que a guerra popular prolongada não era uma estratégia adequada a Timor-Leste.<sup>xxxI</sup> Consideravam necessário que a ajuda externa fosse recebida e que os civis se rendessem para não se transformarem num fardo para as Falintil. No seu entender, as Falintil dispunham de munições escassas, devido à inexistência de ajuda externa, as quais se esgotariam rapidamente se tivesse de proteger a população civil. Uma vez que a guerra iria prolongar-se durante muito tempo, seria melhor usar as munições atacando o inimigo, do que apenas protegendo a população.<sup>93</sup>

82. No entender dos apoiantes da estratégia de guerra popular prolongada, a ideia da rendição dos civis era uma traição. Pensaram que só com o povo do seu lado seriam capazes de vencer a guerra. Em termos estratégicos, o povo era considerado uma fonte de poder, ao mesmo tempo que, em termos ideológicos, a guerra era vista como guerra revolucionária. O CCF também se preocupava com o apoio do povo à independência.<sup>xxxII</sup> Lucas da Costa contou à Comissão:

*Amigos nossos, sobretudo em Portugal, queriam que as pessoas na floresta recebessem formação e se tornassem revolucionárias. Achavam que se as pessoas se rendessem sem conhecimentos adequados sobre a revolução, reivindicariam seu estatuto social anterior e o mesmo ver-se-ia reforçado de novo, impedindo o sucesso da revolução proletária.<sup>94</sup>*

83. Para as pessoas que viam a guerra em termos militares, o problema consistia em definir de que forma se iria expulsar a Indonésia de Timor-Leste. Para as que viam a guerra como uma

<sup>xxxI</sup> Xanana Gusmão recordou-se de que um antigo sargento, que prestara serviço militar num país africano ocupado pelos portugueses, se opôs à estratégia de Guerra Popular Prolongada, afirmando que a estratégia resultara em África porque as forças de guerrilha possuíam bases fora das fronteiras do seu país, sendo formados e recebendo assistência estrangeira nessas bases. Ora em Timor-Leste não existia esta disponibilidade. [Entrevista da CAVR com Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004].

<sup>xxxII</sup> Francisco Xavier do Amaral referiu igualmente outra razão possível: se o povo se rendesse, o mundo acharia que só a Fretilin desejava a independência e que não beneficiava do apoio do povo. [Entrevista da CAVR com Francisco Xavier do Amaral, parte III, Díli, 18 de Junho de 2004].

revolução, a guerra conseguiria eliminar as classes na sociedade e tinha de ser travada ao lado do povo. Assim sendo, dizer à população civil que se rendesse seria uma traição à luta de libertação nacional.

84. Muitos comandantes que sugeriram (ou permitiram) ao povo a rendição foram capturados, ou, até, executados. Entre outros exemplos, refiram-se a captura de Sebastião Sarmiento e a sua destituição como comandante do Sector da Fronteira Norte,<sup>95</sup> a captura de Francisco Xavier do Amaral e a sua destituição dos cargos de Presidente da Fretilin e de Presidente da República Democrática de Timor-Leste,<sup>96</sup> e as mortes de Agostinho Espírito Santo (comandante militar do Sector da Fronteira Sul)<sup>xxxiii</sup> e de Martinho Soares (um comandante no Sector da Fronteira Norte).<sup>97</sup>

85. O conflito respeitante aos civis não era estritamente ideológico, relacionando-se igualmente com a evolução da situação militar. Com a intensificação dos ataques das forças armadas indonésias, áreas crescentes das zonas libertadas deixavam de poder ser defendidas. Os comandantes militares e líderes civis desenvolveram esforços como medianeiros para negociar a rendição junto do inimigo.<sup>98</sup> Adriano Soares Lemos contou à Comissão:

*Os líderes da Fretilin Ali Alkatiri, Meno Paixão e Pedro Gonçalves, do Sector da Fronteira Norte, concordaram em levar as pessoas a render-se às [ABRI], porque nessa época o povo se encontrava em péssimas condições...Se permanecessem na floresta, todos morreriam de fome ou de doença...Por isso, Ali Alkatiri e Filomeno Paixão desenvolveram contactos com as [ABRI] em Fatubessi [Ermera], para informá-los que as pessoas iriam render-se. As [ABRI] concordaram; por isso, no dia 6 de Fevereiro de 1979, começámos a descer de Fatubessi até à área de Caisoru [Liquiça]. Rendemo-nos ao Batalhão 512 das [ABRI] a 7 de Fevereiro de 1979.<sup>99</sup>*

86. Algumas acções vieram agravar os conflitos entre outros líderes políticos e comandantes militares. Quando Meno Paixão e um grande grupo de líderes políticos e civis se renderam em Fevereiro de 1979, o comissário político do Sector da Fronteira Norte, Maukruma, recusou-se a acompanhá-los e continuou a resistir, até ser morto na companhia de sua mulher em Março de 1979.

87. Estes conflitos nunca se resolveram no seio da própria Resistência, terminando apenas quando a ofensiva militar indonésia de 1978/1979 provocou a destruição das zonas libertadas.

### 5.3 O Fim das Bases de Apoio

88. O período das bases de apoio terminou com a grande ofensiva indonésia de 1978/1979. A ofensiva, baptizada pela Fretilin com o nome de “cerco e aniquilamento”,<sup>xxxiv</sup> começou em meados de 1978 com ataques maciços sobre os territórios ocidentais (Sector da Fronteira Sul e Sector da Fronteira Norte). A ofensiva dirigiu-se então para leste, com ataques contras as bases localizadas em redor do Monte Matebian e da planície de Natarbora (Manatuto), e mais tarde contra a base de Manatuto. Nos primeiros meses de 1979, os ataques foram retomados no oeste

---

<sup>xxxiii</sup> Segundo Maria de Jesus, o comandante Agostinho Espírito Santo teve um conflito com o comissário político César Maulaka sobre estratégias de guerra. [Entrevistas da CAVR com Maria de Fátima Vaz de Jesus, 23 de Setembro de 2004 e com Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004].

<sup>xxxiv</sup> Aparentemente este termo teria sido copiado do termo “cerco e eliminação” utilizado por Mao Tsé-Tung em “Problemas de Guerra e Estratégia” (escrito em 1938), publicado nas Obras Escolhidas de Mao Tsé-Tung, Vol. 2, Pequim, Foreign Languages Press, 1967. O termo figura na página 222 desta compilação de escritos.

e no centro, com o objectivo de destruir as forças que restavam nessas regiões. Esta ofensiva envolveu metralha aérea, bombardeamentos e fogo de artilharia da marinha de guerra, bem como ataques por tropas terrestres (ver Capítulo 3: História do Conflito).

89. As Falintil não conseguiram resistir a estes novos ataques, respondendo-lhes com uma defesa posicional estática.<sup>xxxv</sup> Ao contrário do que sucedera com os chineses durante a guerra contra o Japão, a Fretilin foi incapaz de retirar para uma base distante, inatingível pelo exército indonésio – um dos princípios elementares da estratégia de guerra popular prolongada. As bases das Falintil, como as que se localizavam em redor do Monte Matebian, do Monte Kablaki e de Cailaco (Bobonaro), puderam ser alcançadas pelos soldados indonésios, por terra, ar e/ou mar. Um quadro da Fretilin descreveu desta maneira à Comissão a destruição da base de Manatuto:

*Em Maio de 1978, a situação começou a piorar, com o inimigo a cercar-nos. Em Julho, as forças armadas [indonésias] deram início ao “cerco e aniquilamento” a partir do Sector do Centro Norte. As forças de Manatuto começaram a avançar e, então, [eles] vieram de Aileu e de Laclubar [Manatuto] e nós fomos forçados a retirar de Hatuconan [Laclo, Manatuto] para Remexio [Aileu]. Então cercaram-nos desde Aileu até Hatuconan. Muitas pessoas morreram ali; algumas pessoas com feridas nas pernas, não eram capazes de andar; os bebés recém-nascidos morriam de fome. Limitávamo-nos a cobrir os cadáveres com esteiras e deixávamos que ficassem para trás: não tínhamos tempo para enterrá-los, com o inimigo a perseguir-nos.*

*De noite deslocávamo-nos a pé. De manhã tínhamos de esconder-nos, porque os aviões de combate OV-10 não paravam de seguir-nos e de atirar sobre nós...e as bombas lançadas mataram muitas pessoas.<sup>xxxvi</sup> Houve também alguns que morreram devido ao rebentamento de minas terrestres.*

*Quando os aviões OV-10 disparavam, as pessoas não estavam escondidas no mato nem na floresta, mas em campo aberto, aos milhares: por isso, muitos morreram.*

*Durante o cerco e aniquilamento de Julho de 1978, ninguém se rendeu. Então, escondemo-nos em Ilimanu [Laclo, Manatuto]. Na manhã seguinte, as forças militares indonésias bombardearam-nos em Ilimanu, até não conseguirmos escapar.<sup>100</sup>*

<sup>xxxv</sup> Chamberlain, *The Struggle in Iliomar*, p. 18. Um documento da Fretilin, o *Relatório da Delegação do Comité Central da Fretilin em Missão de Serviço no Exterior do País*, referiu que a ofensiva de “cerco e aniquilamento” lançada contra a base de Fatubessi em 1 de Janeiro de 1978, foi travada pelas Falintil, mas que as batalhas se intensificaram em Fatululik, Díli, Remexio (Aileu), Baucau, Baguia (Baucau) e Bazartete (Liquiça). Travaram-se mais batalhas em Fatululik (Covalima), Fatubessi (Ermera), Fatumean, Suai (Covalima) e Atsabe (Bobonaro) na segunda semana de Março de 1978, durante as quais morreram muitos soldados das Falintil. Em seguida, a ofensiva de “cerco e aniquilamento” foi orientada para os Sectores do Centro Norte, Centro Sul e Centro Leste e, no final de Junho, Remexio (localizada a 15 km de Díli) caiu nas mãos do exército indonésio. [*Relatório da Delegação do Comité Central da Fretilin em Missão de Serviço no Exterior do País*, p. 5].

<sup>xxxvi</sup> Durante os ataques aéreos, além do recurso ao avião OV-10 Bronco, a Comissão recebeu relatos da utilização de aviões bombardeiros *SkyHawk*. [Entrevistas da CAVR com Adriano João, Díli, 21 de Setembro de 2004; Jacinto Alves, Díli, 5 de Agosto de 2004]. De notar que o governo britânico negou que aviões *Skyhawk* fossem utilizados em combate em Timor Leste durante este período [ver Declaração escrita de Pat Walsh disponibilizada à CAVR, baseada no seu depoimento como testemunha pericial na Audiência Pública Nacional sobre Deslocação Forçada e Fome 28 e 29 de Julho de 2003].

90. Maria José da Costa que, nessa época, se encontrava na base do Sector do Centro Sul, em Alas (Manufahi), fez um relato semelhante:

*Em 1978, o inimigo deu início ao cerco estratégico em Dolok [Alas, Manufahi]. Muita gente morreu de fome. Os géneros alimentícios do povo foram queimados na totalidade e algumas pessoas abandonaram as famílias. O cerco processou-se assim: os navios de guerra disparavam a partir do mar, os aviões de combate atacavam-nos a partir do ar, queimando o capim alto e seco, e, depois as tropas atacavam por terra.*

*Estava-se na estação seca [em Agosto]. O exército incendiou o capim alto e o fogo alastrou rapidamente a toda a área, como se a terra estivesse embebida em gasolina. Aqueles de nós que se viram cercado não tiveram hipóteses de escapar, devido à enorme dimensão do fogo. Por causa desta situação desesperada, muita gente não se conseguiu salvar. A estratégia [dos indonésios] impediu que muitas pessoas fugissem.*

*Houve pessoas que conseguiram fugir ao cerco quando, a meio da noite, os soldados indonésios regressaram aos seus acampamentos para descansarem. Quando partimos, ainda éramos alvo da saraivada de balas provenientes dos navios de guerra estacionados no mar. Vi muitas pessoas morrerem queimadas até à morte...Depois de conseguirmos escapar ao cerco, o inimigo rodeou-nos num semicírculo. Apoiado na força marítima, empurrou-nos até uma planície. Isto fez-nos correr em todas as direcções e o inimigo começou a capturar-nos.<sup>101</sup>*

91. A base da região leste, localizada no Monte Matebian, caiu no dia 22 de Novembro de 1978.<sup>102</sup> Os soldados das Falintil dividiram-se em grupos: alguns encaminharam-se para o Sector Centro Leste, para se reunirem às forças nacionais; outros tomaram a direcção do leste, para se tornarem guerrilheiros. Xanana Gusmão, que então era adjunto no Sector da Ponta Leste, disse à Comissão:

*[Em] 22 de Novembro, dividimo-nos em Matebian. Embora estivéssemos cercados, tentámos sempre manter-nos em contacto com o Comité Central no Centro [Leste]. Informámo-los de que não conseguiríamos aguentar mais e eles disseram às pessoas que se rendessem e formassem uma companhia de guerrilheiros no Sector de Ponta Leste.*

*Tivemos contacto com um Raca [operador de rádio] da região. Foi assim que tomámos conhecimento da situação em todo o país. Pensámos que os outros sectores estavam completamente destruídos. Algumas pessoas renderam-se, outras foram capturadas.<sup>103</sup>*

92. A última base a ser destruída foi a de Fatubessi (Ermera), em Fevereiro de 1979. Adriano João, um quadro médio do Sector da Fronteira Sul, contou à Comissão:

*A base de apoio [de Fatubessij] foi destruída em 16 de Fevereiro de 1979. As pessoas renderam-se em massa, por se terem visto cercadas por aviões de guerra indonésios, que destruíam a base de defesa em redor das montanhas de Cailaco [Bobonaro]. Como resultado da campanha militar indonésia, quase todas as pessoas desceram à cidade sob as ordens do adjunto, Rui Fernandes, e do comandante do Sector da Fronteira Norte, Meno Paixão, que nos escreveu nessa ocasião.<sup>104</sup>*

93. Xanana Gusmão declara que, antes de serem destruídas as zonas libertadas, o Comité Central da Fretilin decidira que os civis deviam render-se e que os soldados das Falintil deviam prosseguir a guerra de resistência. As notícias desta decisão espalharam-se por todos os sectores. Jacinto Alves recordou:

*No entanto, quando sucedeu o “cerco e aniquilamento”, o Comité Central apercebeu-se de que seria melhor as pessoas renderem-se...Anunciou-se então ao povo que os idosos com mais de 56 anos, bem como os jovens com menos de 18, podiam render-se e que os restantes podiam ficar [na floresta].<sup>105</sup>*

94. A rendição, condenada como traição antes da grande ofensiva indonésia, foi imposta ao Comité Central da Fretilin.<sup>xxxvii</sup> A decisão não significava que, dali em diante, a luta só fosse travada pelos soldados das Falintil. O Comité Central da Fretilin lembrava às pessoas que continuassem a ajudar as Falintil e que mantivessem a luta pela independência de Timor-Leste, embora não fornecesse indicações específicas sobre a forma como a luta deveria ser continuada.<sup>106</sup> Benvinda Lopes, administradora da OPMT na área de Uatu-Lari (Viqueque), descreveu a sua experiência:

*Em 23 de Dezembro de 1978, chegou uma carta de Baucau a informar o comandante Calisae e Moiseskin: “Agora as pessoas devem render-se, porque esta guerra ainda tem um longo caminho a percorrer.” Nesse mesmo dia, o meu irmão Moiseskin apareceu e explicou-nos: “Agora podem partir, não precisam de ficar aqui, podem morrer por que não há mais comida nem remédios. Estamos a dizer-vos que podem render-se à Indonésia, mas nunca se esqueçam de uma coisa. As vossas mãos poderão dar trabalho à Indonésia, mas vocês sempre se lembrarão de nós. Podem ir para lá, mas é preciso que encontrem uma maneira de nos procurarem, de nos contactarem, não devem ficar com medo.” Nessa noite de 23 de Dezembro de 1978, descemos de Kilobuti [Uatu-Lari, Viqueque] até Matebian. Então, rendemo-nos ao exército indonésio.<sup>107</sup>*

95. A Fretilin sofreu muitas perdas devido à ofensiva militar indonésia. Francisco Xavier do Amaral, o antigo Presidente da Fretilin e Presidente de Timor Leste, foi capturado pelo exército indonésio perto do rio Dilor (Lacluta, Viqueque) em Agosto de 1978.<sup>108</sup> Alarico Fernandes, ministro da informação e segurança interna do governo da Fretilin, rendeu-se juntamente com

---

<sup>xxxvii</sup> Taur Matan Ruak fez a comparação entre duas acções em circunstâncias diferentes: “Em 1976, quando as pessoas se rendiam havia um grande problema!...[Um] grande problema! Agora...em 1979, esta rendição, nós não descemos voluntariamente. Porque fomos forçados...e foi por isso que os líderes aceitaram. Foram forçados a aceitar.” [Entrevista da CAVR com Taur Matan Ruak, parte II, Díli, 14 de Junho de 2004].

alguns membros do Comité Central.<sup>xxxviii</sup> Talvez a maior perda fosse a morte de Nicolau Lobato, Presidente da Fretilin e da RDTL, no campo de batalha, em 31 de Dezembro de 1978.<sup>109</sup> Outros líderes importantes como Mau Lear (vice-presidente da Fretilin e da RDTL) e Vicente Sa'he (comissário político nacional) foram mortos em Fevereiro de 1979.<sup>110</sup> Mau Kruma, o comissário político da Fronteira Norte, morreu no campo de batalha por volta de Março de 1979.<sup>111</sup> Terminada a ofensiva, só restavam três membros do Comité Central da Fretilin para continuar a luta a partir do mato: todos os outros morreram em batalha, foram capturados, ou renderam-se às forças armadas indonésias.<sup>xxxix</sup> Muitos dos que foram capturados ou se renderam foram mais tarde executados, ou desapareceram.

96. A queda das bases de apoio em 1978/1979 marcou o fim das zonas libertadas e da estratégia de guerra popular prolongada. Deixara de haver quaisquer esperanças em levar por diante uma estratégia de defesa de qualquer área em especial, com pessoas no seu interior.<sup>xl</sup> Foi também abandonado o projecto de criar uma nova sociedade sem opressão nem exploração. As pessoas renderam-se ao exército indonésio e, depois, levaram a sua vida sob a potência ocupante. Vários líderes civis da Fretilin, bem como comandantes e soldados das Falintil, que conseguiram escapar formaram pequenas unidades e prosseguiram a guerra de guerrilha.

## 5.4 1981/1987 Reestruturação da Resistência

97. Nos primeiros dois anos que se seguiram à queda das bases de apoio nas zonas libertadas, os líderes sobreviventes da Fretilin no Sector da Ponta Leste andaram em busca dos membros do Comité Central da Fretilin e dos militares das Falintil que ainda existiam noutros lugares. Tentaram também entrar em contacto com os activistas da Fretilin e comandantes das Falintil que haviam sido capturados e que viviam em áreas ocupadas pelo exército indonésio. Procuraram aqueles em quem podiam confiar, para retomarem a luta de uma nova forma. Tentaram igualmente reunir informação sobre as condições de vida da população nas áreas ocupadas, bem como sobre a estratégia de posicionamento das unidades das *ABRI*. A sua capacidade para desenvolver estas actividades foi constantemente perturbada pelas forças indonésias, cuja acção culminou com a *Operasi Keamanan* (Operação Segurança) em meados

---

<sup>xxxviii</sup> Ainda não se sabe bem por que razão Alarico Fernandes se rendeu ao exército indonésio. Segundo a fonte oficial da Fretilin, foi uma "traição" motivada pela descrença na sua própria força, além da esperança continuada na ajuda estrangeira, que levou Alarico Fernandes a procurar um compromisso com a Indonésia e a separar-se do Comité Central da Fretilin, traíndo-os. [Fretilin, *Relatório da Delegação do Comité Central da Fretilin em Missão de Serviço no Exterior do País* p. 6]. Disse-se ter participado naquele que ficou conhecida como a operação "Skylight," levada a efeito pelas forças armadas indonésias com o objectivo de capturar os líderes mais importantes da Fretilin. [Entrevista da CAVR com Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004; "Six Years of Heroic Armed Resistance," East Timor News, Winter 1982, pp. 10-12]. Mari Alkatiri referiu a possibilidade de Alarico Fernandes se sentir desiludido porque, depois da exoneração de Francisco Xavier do Amaral como Presidente da Fretilin e da RDTL, foi Mau Lear (e não ele) a pessoa nomeada para substituir Nicolau Lobato como vice-presidente da Fretilin e primeiro-ministro da RDTL (Entrevista de Mari Alkatiri, Díli, 25 de Junho de 2003). Alkatiri declarou também que Alarico Fernandes "não tinha uma ideologia": capturou Xavier na esperança de ser nomeado vice-presidente da Fretilin e primeiro-ministro da RDTL e, ao verificar que isso não ia acontecer, acusou Nicolau Lobato de "ter dado cobertura a comunistas" e lançou propaganda anticomunista [Entrevista da CAVR com Mari Alkatiri, Díli, 25 de Junho de 2004]. Pelo seu lado, Xanana Gusmão disse que Alarico Fernandes era uma pessoa que "joga sala, joga ba joga mai" (se comportava sem lealdade, mudando de um lado para o outro?): em 1976, na Conferência de Soibada, proclamou-se subitamente marxista-leninista, em 1977 capturou e torturou Xavier do Amaral e, por fim, rendeu-se e apareceu na operação "Skylight". Xanana Gusmão descreveu o Skylight com o "movimento do Alarico", e que os líderes da Resistência na zona do Matebian souberam deste movimento depois de Alarico Fernandes se ter rendido em Setembro, e na mesma altura em que a Indonésia se preparava para lançar ofensivas incessantes no final de 1978 [Entrevista da CAVR com Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004. Ver também Capítulo 3: História do Conflito].

<sup>xxxix</sup> Esses três membros do Comité Central da Fretilin eram: Xanana Gusmão, Fernando Txay e António Manuel Gomes da Costa (Mau Hunu).

<sup>xl</sup> Segundo Ernest Chamberlain, quando a base de Matebian caiu, as Falintil estavam a reconverter a sua estratégia de defesa, trocando as "bases de posições" por uma estratégia "móvel", que exigia uma reorganização das tropas em unidades móveis juntamente com a força de 11 mil pessoas [Chamberlain, *The Struggle in Iliomar*, p. 19, versão traduzida em indonésio, *Perjuangan di Iliomar*, p. 20]. Ainda não se sabe ao certo por que razão esta estratégia foi implementada só nos finais de 1978, quando a decisão de lançar a guerra popular prolongada fora tomada em Maio de 1976, decisão essa que significava que a guerra de posições seria lançada com tropas móveis e de guerrilha.

de 1981, obrigando os timorenses a acções constantemente evasivas para evitar o combate directo.

98. Após a queda das bases de apoio nas zonas libertadas, as forças das Falintil dividiram-se em pequenas unidades de três a quatro pessoas. Anteriormente a unidade mais pequena era a secção, composta por sete pessoas. Quando entravam em aldeias nas áreas ocupadas para estabelecer contacto com os civis, as unidades militares das Falintil não traziam armas nem envergavam uniformes. Por vezes, as Falintil conseguiam formar unidades de maior dimensão com objectivos precisos. Xanana Gusmão recorda que, em Maio de 1980, conduziu uma companhia (com cerca de 60 elementos) até à distante região ocidental do Monte Kablaki, em busca de forças da Resistência ainda escondidas no mato.<sup>XLi</sup> O comandante militar, Kilik Wae Gae, tentou construir uma base fixa capaz de sustentar um batalhão inteiro.<sup>XLii</sup> Um informador contou à Comissão que, no início de 1979, Xanana Gusmão e Kilik Wae Gae conseguiram formar uma “brigada” composta por quatro companhias.<sup>XLiii</sup>

### Reorganizando a Resistência para adaptá-la à nova situação

99. Em Março de 1981, após uma reunião dos comandantes militares e quadros políticos sobreviventes, começou a emergir uma estrutura organizativa para a Resistência. A primeira “Conferência de Reorganização Nacional” após a queda das zonas libertadas teve lugar na região de Maubai, no Monte Aitana, Subdistrito de Lacluta (Viqueque) entre 1 e 8 de Março de 1981. A conferência foi organizada pelos únicos dois membros do Comité Central da Fretilin que então ainda desenvolviam luta activa a partir do mato: Xanana Gusmão e Mau Hunu Bulerek Karataianu. O primeiro ponto da ordem de trabalhos foi a nomeação de nove novos membros do Comité Central: José da Costa (Mau Hodu Ran Kadalak), Bere Malae Laka, Reinaldo Correia (Kilik Wae Gae), Dinis Carvalho (Nelo Kadomi Timor), Sakin Nere Ulas Timor Lemo Rai, Holly Natxa, Tito da Costa (Lere Anan Timor), Hari Nere e Paulino Gama (Mauk Moruk Teki Timor Ran Nakali Lemo Rai).<sup>112</sup> Juntamente com os restantes membros do Comité Central, Xanana Gusmão e Mau Hunu Bolerek Karataianu tornaram-se líderes da luta interna. Os membros do Comité Central que viviam no estrangeiro mantiveram os seus lugares: Abílio Abrantes Araújo, Mari Alkatiri, Roque Rodrigues, José Luís Guterres, Guilhermina Araújo, José Ramos-Horta e Rogério Lobato. Abílio Araújo foi também nomeado Secretário-Geral, enquanto Xanana Gusmão recebia a nomeação como Comissário Político Nacional.<sup>113</sup> Tornaram-se os líderes oficiais da Resistência.

100. Durante a conferência, os membros do Comité Central decidiram criar o Partido Marxista-Leninista Fretilin (PMLF) e o Conselho Revolucionário de Resistência Nacional (CRRN), formando novas estruturas para as Falintil.<sup>114</sup> A razão que os levou a alterar o nome da Fretilin para PMLF não é evidente.<sup>XLiv</sup> Xanana Gusmão disse que não fizeram mais do que “ratificar” a decisão tomada pelos “pioneiros” na Conferência de Laline em 1977, quando, seguindo indicações do Departamento de Orientação Política e Ideologia (DOPI) do Comité Central, o marxismo-leninismo foi oficialmente declarado como ideologia do partido.<sup>115</sup> A Comissão não

---

<sup>XLi</sup> Xanana Gusmão disse ter feito uma busca à procura de membros do Comité Central, indo até Díli com uma companhia militar. [Xanana Gusmão, Niner (ed.) *To Resist is To Win!*, p. 64].

<sup>XLii</sup> Lere Anan Timor, na época um quadro médio no Sector de Ponta Leste, disse ter sido Kilik Wae Gae, comandante do sector antes da queda das zonas libertadas, quem dirigiu este esforço [Lere Anan Timor, Arquivos do *Projecto de História Oral Tuba Rai Metin*, Documentação colocada à disposição da CAVR, CD nº 18].

<sup>XLiii</sup> Segundo relato de uma fonte, “depois de Nicolau Lobato ter sido abatido a tiro”, Xanana Gusmão e Kilik Wae Gae formaram uma “brigada” composta por quatro companhias: Lospalos, Laga (e Quelicai), Sul e Ponta Leste ocidental [Entrevista da CAVR com Sebastião da Silva, Viqueque, Junho de 2003].

<sup>XLiv</sup> Segundo vários depoimentos, esta mudança de nome deveu-se a razões de ordem táctica, sendo feita no intuito de obter ajuda dos países do Bloco Socialista. José da Conceição relatou à Comissão que, depois de participar na Conferência de Reorganização Nacional, o membro do Comité Central da Fretilin Mau Hunu lhe explicou que a alteração era necessária para obterem o apoio político e diplomático dos países do bloco socialista à sua luta pela libertação nacional. Justo Talenta deu uma explicação semelhante. [Entrevista da CAVR com José da Conceição, Díli, 20 de Outubro de 2004; Entrevista da CAVR com Justo Talenta, Díli, 3 de Novembro de 2002].

conseguiu obter qualquer informação sobre as estruturas partidárias abaixo do Comité Central. É possível que o PMLF fosse constituído apenas pelo Comité Central, sem quaisquer órgãos subordinados a funcionar abaixo de si.

101. O CRRN foi criado como veículo organizativo para todos os que quisessem aderir à luta para pôr termo à ocupação indonésia de Timor-Leste. O CRRN era, de facto, um convite dirigido pelo PMLF a todos os timorenses, independentemente do seu partido ou outra filiação, para aderirem à resistência contra a ocupação indonésia. Não se encontra tampouco disponível informação certa sobre as estruturas do CRRN.<sup>XLV</sup> Segundo depoimento de uma fonte, a liderança do CRRN a nível nacional era composta por activistas políticos da Fretilin, comandantes militares das Falintil e “representantes do povo [residentes] em territórios ocupados pelos indonésios”.<sup>116</sup> As Comissões Regionais de Resistência deveriam funcionar como braço do CRRN nos distritos e, abaixo deles, a nível dos subdistritos, existiriam os Centros de Resistência Nacional (Cernac), além dos Núcleos de Resistência Popular (Nurep) a nível das aldeias.<sup>117</sup> Porém, estas estruturas funcionaram de maneira desigual no território. Um activista da frente clandestina dessa época, apresentou o seguinte depoimento à Comissão:

*Nessa época, a estrutura do CRRN funcionava apenas a nível de topo, ou na floresta, enquanto que nas cidades não existia qualquer estrutura ou base. Tratou-se apenas de uma tática, destinada a assinalar que uma frente armada [da] resistência continuava determinada a manter a luta e ainda existia. A estrutura existia apenas a nível do comando das Falintil. O mais alto funcionário era Xanana Gusmão. Apenas os membros das Falintil conheciam a estrutura. Nós próprios não sabíamos exactamente o que era a estrutura.*<sup>118</sup>

102. O CRRN tinha o seu quartel-general na floresta. Alguns dos órgãos de nível distrital e subdistrital também funcionavam a partir da floresta. Outros funcionavam clandestinamente no território sob controlo indonésio – nas cidades, aldeias e novas povoações (*pemukiman baru*).

103. As mais altas autoridades militares das Falintil eram o Comandante-em-Chefe e o chefe do Estado-Maior, postos respectivamente detidos por Xanana Gusmão e Reinaldo Correia (Kilik Wae Gae). Eram responsáveis por quatro companhias das Falintil posicionadas em cada uma das regiões onde os guerrilheiros actuavam. Ao contrário do que acontecera durante o período das zonas libertadas, estas companhias não tinham uma base fixa, funcionando como unidades de guerrilha de elevada mobilidade. Após a Conferência de Reorganização Nacional, foi criada uma *Brigada Vermelha* tendo por primeiro comandante Mauk Moruk e por segundo comandante Ologari Assuwain. Não se sabe ao certo se a *Brigada Vermelha* era uma das unidades das Falintil, ou se os militares das Falintil se reorganizaram nessa *Brigada Vermelha*.<sup>XLVI</sup>

---

<sup>XLV</sup> Segundo o relato de António Aitahan Matak, o CRRN era constituído por Xanana Gusmão, Mau Hodu Ran Kadalak (José da Costa), Mau Hunu Bulerek Karataianu, Bere Malae Laka, Kilik Wae Gae, Nelo Kadomi Timur (Dinis Carvalho), Mauk Moruk Teki Timor Ran Nakali Lemo Rai, Ologari Assuwain, Lere Anan Timor, Konis Santana, Venâncio Ferraz, Merak, Okan e Taur Matan Ruak [Entrevista da CAVR com António Aitahan Matak, Díli, 18 de Dezembro de 2003]. Seis dessas pessoas não eram membros do Comité Central do PMLF, a saber, Venâncio Ferraz, Ologari Assuwain, Konis Santana, Merak, Okan e Taur Matan Ruak) mas eram quadros médios da Fretilin ou comandantes das Falintil.

<sup>XLVI</sup> Aparentemente a *Brigada Vermelha* desempenhava a mesma função anteriormente confiada à *Brigada de Choque*, antes da destruição das zonas libertadas. Os seus membros não se encontravam estacionados num lugar fixo, mantendo-se móveis e lançando ataques surpresa contra o exército indonésio. Jacinto Alves, um antigo colaborador do Estado-Maior das Falintil (1977-1978), afirmou que, em 1977, o Estado-Maior das Falintil concebeu uma estratégia de guerra móvel concentrada numa linha central que se estendia da ponta leste até à fronteira ocidental. Nessa época, a Resistência retirara-se da área costeira setentrional e um grande número de pessoas tinham-se transferido para as terras férteis do sul. A linha central que se estendia de leste a oeste transformou-se, portanto, num campo de batalha móvel para as tropas da *Brigada de Choque* das Falintil. Várias companhias da *Brigada de Choque* foram formadas e treinadas sob supervisão do antigo comandante do Sector da Fronteira Norte, Sebastião Sarmento. Ernest Chamberlain afirmou

104. Os líderes do CRRN, antes da queda das zonas libertadas, eram quadros superiores e quadros médios da Fretilin e comandantes das Falintil, o que indica que o CRRN era dominado pela Fretilin.<sup>XLVII</sup>

105. A divisão militar do território alterou-se por completo. Antes, o país fora dividido em seis sectores, mas a Conferência de Reorganização Nacional dividiu-o de novo em três regiões:

Região	Distritos abrangidos	Comandante
Região da Ponta Leste, também conhecida como <i>Funu Sei Nafatin</i>	Lospalos, Viqueque, Baucau e Manatuto	Kroasu e Lemorai
Região Centro, também conhecida como <i>Nakroman</i>	Díli, Aileu, Same, Ermera e Liquiça	Fera Lafaek
Região da Fronteira, ou <i>Haksolok</i>	Suai, Ainaro e Maliana	Venâncio Ferraz <sup>119</sup>

106. Foram também criadas zonas de nível distrital, dirigidas por três adjuntos – um dos quais se tornou responsável principal. Os adjuntos de cada zona supervisionavam várias células, compostas por assistentes e activistas.<sup>120</sup>

107. Estas divisões territoriais eram completamente diferentes das existentes no período das zonas libertadas. Nessa época, o território encontrava-se dividido em unidades políticas e administrativas, bem como em unidades militares. Em cada nível dessa estrutura, havia activistas políticos responsáveis pela gestão da produção agrícola, da educação para a saúde e dos programas culturais. Após a queda das zonas libertadas, as regiões assumiram uma natureza exclusivamente militar, baseando-se em operações de guerrilha. Não restando qualquer grupo numeroso de pessoas nas três regiões, as unidades de administração civil e as actividades de apoio a elas associadas tornaram-se redundantes. O trabalho principal dos quadros políticos – adjuntos, assistentes e activistas – consistia em formar células clandestinas nas aldeias ocupadas pelo exército indonésio, a fim de criar e divulgar propaganda de maneira a manter o povo empenhado na independência e fornecer apoio logístico e informações aos guerrilheiros na floresta. Para cumprir estes objectivos, organizou-se em cada zona um sistema de *caixas* (no sentido literal do termo), formado por um responsável de caixa e por ligações.<sup>XLVIII</sup>

108. Sem civis no seu seio, a resistência interna então lançada pela Fretilin preocupava-se apenas com a luta armada. Os quadros políticos mantinham-se em contacto com a população, não para organizá-la de forma a “construir novas estruturas ao serviço do povo”, mas para fornecer informações e apoio logístico às unidades de guerrilha das Falintil.<sup>121</sup> O seu papel alterara-se, funcionando agora como ligação entre os guerrilheiros na floresta e os habitantes das aldeias e cidades sob ocupação indonésia.

109. Uma vez que a resistência armada se encontrava sediada na floresta, o centro operacional da Resistência eram agora as Falintil, e não a Fretilin ou o CRRN. A Fretilin, na qualidade de “guia” (*matadalan* em tétum) da luta, ainda definia formalmente a linha política; no entanto, uma vez que agora a luta era essencialmente armada, a política era sobretudo a política da luta armada. No período anterior, era o Comité Central da Fretilin, através de sessões plenárias ou, caso o Comité Central não pudesse reunir-se, através do Comité Permanente, que tomava as decisões sobre grandes questões de política, às quais se subordinavam as decisões

---

que, antes da queda da base de Matebian, existia um plano para formar unidades de guerra móveis num total de 11 mil efectivos. [Entrevista da CAVR com Jacinto Alves, Díli, 16 de Maio de 2004; Chamberlain, *The Struggle in Iliomar*, p. 19].

<sup>XLVII</sup> Xanana Gusmão e Mau Hunu eram membros do Comité Central, o que significa que eram quadros superiores. Bere Malae Laka, Lere Anan Timor, Mau Hodu e Konis Santana eram quadros responsáveis por regiões e por zonas: eram quadros médios. Kilik Wae Gae e Nelo Kadomi Timor eram antigos comandantes das Falintil responsáveis por regiões, enquanto Taur Matan Ruak era comandante de companhia. Não há informação sobre os membros do CRRN que não pertenciam à Fretilin.

<sup>XLVIII</sup> O termo ‘ligações’ foi então substituído por ‘vias de canais’ e, a partir de 1986, a função tornou-se mais conhecida pelo termo ‘estafeta’ [Entrevista da CAVR com Vasco da Gama, Díli, 18 de Maio de 2004]. Actuavam como correios, transportando correio, informações e mercadorias de um centro de ligação (‘caixa’) para outro, consoante as necessidades das Falintil.

sobre estratégia militar. Após a queda das zonas libertadas, as decisões a tomar diziam principalmente respeito à luta armada, e, como tal, cabiam ao Comandante das Falintil – por vezes, mas nem sempre, agindo em articulação com o chefe do Estado-Maior.<sup>XLIX</sup> Isto pode-se inferir da declaração de Xanana Gusmão referente à reestruturação de 1984, que não foi aceite por vários dos comandantes reposicionados:

*Eu disse que, como Comandante-em-Chefe, nas forças armadas não existe democracia. Ou se faz a guerra, ou não se faz. Eu fiz uma reestruturação.*

*Porém, quando se tratou do problema da reestruturação das forças armadas, eu dei novas instruções por minha própria iniciativa...Quando se trata de um problema político, pode-se ter uma discussão inteligente. Quando o problema é militar, em guerra é o comandante que dá ordens.<sup>122</sup>*

110. A Resistência transformara-se totalmente em luta armada, com as Falintil a desempenharem o papel principal. A estrutura civil da Fretilin encontrava-se subordinada às Falintil. Os adjuntos da Fretilin evoluíram, transformando-se em agentes de logística e informações dos comandantes de companhia das Falintil. Como partido revolucionário, o PMLF parece ter existido apenas no papel. Deixara de existir mobilização das massas para “construir novas estruturas ao serviço do povo” ou para “eliminar completamente todas as formas de exploração”. Os activistas do PMLF pegaram em armas e lutaram como guerrilheiros, ou tornaram-se mensageiros entre os guerrilheiros e o povo, para obterem géneros alimentícios, medicamentos, roupas e informações sobre os movimentos do inimigo.

## Estratégia

111. A nova realidade resultante da queda das zonas libertadas exigiu que se repensasse a Resistência noutros termos. A estratégia de guerra popular prolongada deixara de ser sustentável. Os incessantes ataques do exército indonésio haviam forçado as Falintil a dividirem-se em pequenas unidades.<sup>L</sup> Depois de reflexão séria sobre a estratégia militar, os comandantes e activistas políticos ainda existentes decidiram que a guerra de resistência contra a Indonésia assumiria doravante a forma de uma guerra de guerrilha. Por todo o país seriam lançados ataques por pequenas unidades com elevada mobilidade, sem base fixa. As informações seriam obtidas dos civis, organizados em células clandestinas nos territórios ocupados.

112. Os ataques dos guerrilheiros das Falintil tinham por objectivo destruir tropas indonésias escolhidas como alvo, embora ao mesmo tempo as Falintil reconhecessem que nunca poderiam derrotar os indonésios em termos militares. A guerra de resistência afastara-se do seu objectivo inicial de expulsar os agressores indonésios, passando a provar à comunidade internacional que as Falintil ainda tinham capacidade para manter uma guerra de resistência contra a ocupação indonésia e que o povo timorense desejava a independência.<sup>LI</sup>

---

<sup>XLIX</sup> Em 1982, a função do comissário político nacional foi eliminada com o *Reajustamento Estrutural*. Isto significou que Xanana Gusmão prescindiu do seu alto posto político interno na Fretilin, passando a partir daí a actuar apenas como Comandante das Falintil. [*Timor Leste - Um Povo, Uma Pátria*, p.98; e Budiardjo and Liem, pp. xii e pp.67-70].

<sup>L</sup> Xanana Gusmão e Taur Matan Ruak declararam que, a princípio, dividiram as tropas em pequenas unidades como reacção à situação criada pelo exército indonésio; não se tratou de uma estratégia aprovada pela Resistência, por escolha. [Entrevista da CAVR com Xanana Gusmão, Díli, 10 de Agosto de 2004 e com Taur Matan Ruak, parte II, Díli, 14 de Junho de 2004].

<sup>LI</sup> Em 1983, o exército indonésio elaborou um resumo da estratégia da Resistência. No seu entender, os objectivos da guerra prolongada lançada pela Fretilin eram: (a) sobreviver evitando combates decisivos, de maneira a ter tempo para recuperar forças e, ao mesmo tempo, cultivar um elevado espírito de motivação e de forte disciplina; (b) preservar e desenvolver redes de apoio nas áreas de novo povoamento e nas cidades; (c) mostrar a sua presença ou existência, em

113. Esta estratégia militar era compatível com a nova perspectiva da Resistência sobre as negociações. Durante o período das zonas libertadas, a Fretilin recusou-se categoricamente a negociar com a Indonésia. Nessa época, uma das palavras de ordem era “Negociação – Não e Nunca”. Com o fracasso da guerra popular prolongada, os líderes começaram lentamente a considerar a negociação como um meio para pôr fim à ocupação indonésia. As reuniões entre os líderes da Resistência e os chefes do exército indonésio tiveram início em Timor-Leste, em Março-Abril de 1983. Ficaram conhecidas como “*Kontak Dame*” (contactos de paz). Taur Matan Ruak recorda:

*Procurámos oportunidades para a paz. Por isso, em 1983 Xanana aceitou a oferta de contactos com a Indonésia...O maior objectivo deles era aproveitar a oportunidade para nos atacar...Em contrapartida, nós pensávamos sobre a melhor maneira de a utilizar para alcançarmos uma resolução pacífica para o conflito.*<sup>123</sup>

114. No decurso de sucessivos *Kontak Dame*, as Falintil propuseram um plano para resolução do conflito, através de negociações entre a resistência armada e a Indonésia, sob supervisão da ONU. Algumas das propostas da Resistência, tal como a que previa a retirada incondicional das tropas indonésias, ainda se pautavam pela tradição de recusa de compromissos característica da Fretilin das zonas libertadas. Outras previam a criação de uma força de manutenção da paz da ONU para supervisionar a retirada do exército indonésio, a criação de garantias ao governo de transição e a manutenção das tropas das Falintil “para proteger o povo de pressões”. A Resistência propôs igualmente a realização de um referendo para decidir o futuro político de Timor-Leste.<sup>124</sup> Tratava-se evidentemente de uma posição mais branda do que a assumida em 1975. Nessa época, a Fretilin afirmara que os habitantes de Timor-Leste tinham o direito à independência e que o povo exprimira a sua vontade através da Proclamação da Independência feita em 28 de Novembro de 1975 pelo Comité Central da Fretilin. Ao propor um referendo como meio de pôr termo à ocupação indonésia de Timor-Leste, a Fretilin estava de facto a apoiar a posição há muito defendida pela frente diplomática: uma vez que a Proclamação da Independência feita pela Fretilin não fora reconhecida por mais do que um punhado de estados, a única via aberta ao movimento em prol da independência consistia em conquistar o apoio internacional a favor do direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação (ver Subcapítulo 7.1: Direito à Autodeterminação). No passado, os esforços diplomáticos tinham-se centrado sobretudo na conquista do apoio dos países do bloco socialista e do movimento dos não-alinhados; agora, porém, os países do bloco ocidental tornavam-se importantes, em particular devido à sua influência na ONU, incluindo o Conselho de Segurança da organização (ver secção sobre a Frente Clandestina, mais abaixo). A ideia do primado da luta na frente diplomática foi ganhando força no pensamento da Resistência, até que, pelos finais de 1984, era o entendimento dominante entre os seus líderes. José da Costa (Mau Hodu Ran Kadalak), um membro destacado do Comité Central do PMLF, afirmou que os líderes da Resistência passaram então a centrar a sua estratégia no diálogo e mudaram o seu enfoque para a frente diplomática, de preferência à luta armada – embora as operações armadas devam continuar, sempre que possível e necessário.<sup>125</sup>

115. Ao mesmo tempo, estava em curso outra mudança. Durante vários anos, o ponto de vista dominante entre a Resistência fora que a Fretilin era o único verdadeiro paladino da independência e que os únicos verdadeiros patriotas se encontravam nas fileiras da Fretilin. Após 1982, começou a ganhar força a ideia de que outros partidos e agrupamentos sociais podiam também tomar parte na luta de libertação nacional. Um marco importante neste processo foi a reunião entre o Comandante das Falintil e Comissário Político Nacional, Xanana Gusmão, e

---

especial nos meses anteriores à realização da Assembleia Geral da ONU; (d) criar condições que façam as *ABRI* sentir-se inseguras em qualquer parte do território; (e) estabelecer bases móveis em muitas regiões, em especial nas aldeias outrora férteis e actualmente abandonadas pelos seus habitantes. [Documento Anexo nº 3, in Budiardjo and Liem, *The War Against East Timor*, p. 197].

o Administrador Apostólico, Monsenhor Martinho da Costa Lopes, realizada na aldeia de Mehara, Tutuala, Distrito de Lautém. Nessa reunião, Dom Martinho disse que a unidade nacional entre Fretilin e a UDT era necessária, para que a luta pela independência pudesse ser bem-sucedida. A princípio, Xanana Gusmão rejeitou a ideia,<sup>126</sup> mas esta foi-se tornando pouco a pouco mais aceitável até que, em 1983, o Comité Central do PMLF afirmou a *Unidade Nacional* como sua política oficial.<sup>126</sup>

116. A política da Unidade Nacional e a ideia de um fim negociado, sob patrocínio da ONU; da ocupação indonésia de Timor-Leste, representavam uma mudança radical na ideologia da Resistência, tendo igualmente implicações organizativas. As esperanças de conseguir a cooperação de entidades como a UDT, em especial dos seus líderes no estrangeiro, que rejeitavam a integração de Timor-Leste na Indonésia, podiam facilmente soçobrar na repugnância da UDT pela política revolucionária da Fretilin. A Igreja Católica era outra entidade cuja colaboração se afigurava essencial. Vários sacerdotes, incluindo Monsenhor Martinho da Costa Lopes, tinham mostrado simpatia pela situação difícil da Resistência, mas não pela sua ideologia. A Igreja protegeu muitas vezes as pessoas que fugiam do exército indonésio, enviando informação para o exterior do país. No passado, as relações entre a Fretilin e a Igreja Católica haviam sido tensas, uma vez que a Igreja conservadora não conseguia aceitar vários aspectos da ideologia da Fretilin.<sup>127</sup> Para conquistar o apoio explícito da UDT e da Igreja Católica, o PMLF precisava de prescindir da sua política revolucionária. Monsenhor Martinho da Costa Lopes abordou este assunto durante a reunião secreta havida com Xanana Gusmão em Mehara, em 1982.<sup>128</sup>

117. A dissolução do PMLF teve lugar durante uma reunião do Comité Central realizada em Abril de 1984.<sup>129</sup> A partir de então o marxismo-leninismo deixou de ser a ideologia da Fretilin, a política revolucionária foi abandonada, o princípio da "Negociação – Não e Nunca" aprovado na Conferência de Laline de 1977 foi posto de lado e o PMLF voltou a ser apenas Fretilin.<sup>130</sup>

118. Após estas mudanças, a política de Unidade Nacional e a negociação como meio para derrotar a Indonésia tornaram-se decisivos para a luta. A nova situação fez com que o CRRN se tornasse crescentemente mais visível do que a Fretilin. Embora fosse a Fretilin, ainda como PMLF, quem formulou as políticas de Unidade Nacional, a sua implementação coube ao CRRN, que lhes atribuiu um papel mais importante. Uma vez que, na realidade, a luta era a luta da guerrilha armada, foram as Falintil que levaram essas políticas à prática. Por esta razão, o papel das Falintil tornou-se também mais proeminente, o mesmo acontecendo à posição de Xanana Gusmão como líder militar. Um sinal do que se passava foi a extinção do posto de Comissário Político Nacional em 1982.<sup>131</sup>

119. No entanto, estas mudanças não se deram sem contestação. Vários membros do Comité Central, incluindo o chefe do Estado-Maior das Falintil, Kilik Wae Gae, e o Comandante da Brigada Vermelha, Mauk Moruk, opuseram-se à decisão de extinguir o PMLF, opondo-se igualmente à política de Unidade Nacional aprovada no ano anterior.<sup>132</sup> Este conflito provocou uma crise na liderança da Resistência. Kilik Wae Gae e os seus amigos levaram a efeito uma tentativa de golpe contra Xanana Gusmão, o líder máximo da luta.<sup>133</sup>

120. Segundo Xanana Gusmão, este diferendo nada teve realmente a ver com política nem ideologia, mas com a decisão por si tomada de reestruturar as forças armadas. Várias unidades lideradas por Kilik Wae Gae, Mauk Moruk e Ologari, operando no Sector do Centro, não estavam a desencadear ofensivas contra o exército indonésio, enquanto as tropas das Falintil no Sector Leste enfrentavam ataques repetidos dos indonésios. Xanana Gusmão reestruturou vários postos de comando, despromovendo os comandantes recalcitrantes ao nível de operacionais. Kilik Wae Gae foi despromovido de chefe do Estado-Maior a Comandante da Brigada Vermelha

---

<sup>126</sup> José da Conceição, então *adjunto*, afirmou que, a princípio, Xanana não concordou com o conceito, na convicção de que a unificação entre a Fretilin e a UDT era como um "casamento entre a rã e o crocodilo". [Entrevista da CAVR com José da Conceição, Díli, 20 de Outubro de 2004].

e Mauk Moruk foi despromovido de Comandante da Brigada Vermelha a Comandante de Companhia, assim como o vice de Mauk Moruk, Ologari Assuwain. No seu depoimento à Comissão, Xanana Gusmão afirmou:

*Eu fiz uma reestruturação. Mauk Moruk não tinha propriamente planos para liderar a companhia [na acção]. Limitava-se a permanecer quieto nas montanhas. As tropas que o rodeavam [mantinham-no] seguro. Eu disse-lhe: “Se queres chefiar uma companhia, então vais fazê-lo.” Ologari, que então era Vice-Comandante, limitava-se a não fazer nada. Eu disse-lhe: “Tu também vais ser comandante de companhia.” Devido a isto [esta mudança] chamaram-me traidor, dizendo que eu já não era marxista. Mantiveram-se agarrados à ideologia, transformando-a num problema. Mas o [verdadeiro] problema era a reestruturação militar. Eu dei novas instruções, novas orientações às companhias, ordenando-lhes: “Agora descubram o inimigo e matem-no”.<sup>134</sup>*

121. Segundo outros depoimentos, a reestruturação causou problemas.<sup>135</sup> Cornélio Gama (Leki Nahak Foho Rai Boot), então comandante de companhia, apresentou o seguinte depoimento à Comissão:<sup>136</sup>

*[Houve] divergências quanto ao PMLF [à dissolução do PMLF]. Houve também um problema sobre não serem atribuídos postos aos comandantes mais antigos. Com efeito, a maior parte deles foi despromovida. Por exemplo, Mauk Moruk, que antes era o Comandante da Brigada Vermelha [sic] e Ologari Assuwain, que antes era o Vice-Comandante da Brigada [sic.] e Kilik Wae Gae, que antes era o chefe do Estado-Maior. Kilik tornou-se Comandante da Brigada Vermelha [sic.], enquanto Mauk Moruk e Ologari se tornaram ambos Comandantes de Região.*

122. Taur Matan Ruak, que nessa época pertencia aos quadros do Estado-Maior das Falintil, sugeriu que o movimento de Kilik e dos seus aliados era “estranho”. Eis as reflexões de Taur Matan Ruak:<sup>137</sup>

*Sempre que o Presidente [Xanana Gusmão] se referia ao Partido Marxista-Leninista, eles diziam: “o Partido Marxista-Leninista é a política errada, a política social-democrata é melhor.” Então, quando o Presidente mudou para a política social-democrata, eles disseram: “Isto não é bom, Partido Marxista-Leninista é melhor.” Nunca estava nada bem, o que queriam eles?...*

*Basicamente, quando um homem defende uma ideologia, uma teoria ou um ponto de vista, deve ser capaz de defendê-los, deve ser capaz de estar pronto para defender os seus pontos de vista em termos intelectuais. Mas ele não os defendia, andava de um lado para o outro. Foi o que nos aconteceu. Não sabíamos o que havíamos de chamar [ao partido], que nome lhe havíamos de pôr...percebi que se estava a passar alguma coisa estranha.*

123. Porém, Mauk Moruk afirmou que a causa da oposição movida por Kilik e pelos seus aliados foi a proposta feita por Xanana Gusmão de separar as Falintil da Fretilin.<sup>138</sup> Fosse qual fosse a causa do conflito, a verdade é que vários dos comandantes e líderes políticos que entraram em desacordo com Xanana Gusmão morreram ou renderam-se com as suas tropas. O grupo dissidente separou-se do corpo principal do grupo da Resistência. Kilik Wae Gae e Okan morreram em combate com o exército indonésio. Mauk Moruk<sup>LIII</sup> e Ologari Assuwain acabaram por render-se ao exército indonésio.<sup>139</sup>

124. As mortes e rendição dos opositores à política de Unidade Nacional reforçaram a posição de Xanana Gusmão como líder da Resistência. O Comité Central expulsou Kilik e Mauk Moruk. O Comandante-em-Chefe das Falintil assumiu o posto de chefe do Estado-Maior deixado vago pela expulsão de Kilik.<sup>140</sup> A morte das pessoas que se opunham à Unidade Nacional não fez com que o CRRN se transformasse imediatamente um veículo eficaz de unidade nacional. Especialmente a UDT continuava a recusar-se a cooperar com o CRRN. Eis as reflexões de Taur Matan Ruak:

*Havia interpretações divergentes sobre o CRRN...Por exemplo, a UDT afirmava que [no nome] “Conselho Revolucionário”...[o termo] “Revolucionário” fora escolhido pelos que eram marxistas-leninistas...Por isso preferiam a sua própria definição. Quanto ao importante tema da estratégia, a estratégia para resolver o conflito...exigia um consenso...Consenso só existia na resistência armada. Mas a nível político, os que estavam no estrangeiro, os que estavam estreitamente associados, como a Delegação [Externa] da Fretilin, aceitaram-na, mas a UDT e os outros não a aceitaram.<sup>141</sup>*

125. Foi provavelmente por esta razão que os líderes do CRRN continuaram a ser escolhidos entre os membros da Fretilin. Um representante da Resistência na Austrália afirmou que o CRRN não era eficaz devido aos conflitos internos no interior da liderança da Resistência e “à falta de recursos para resistir aos ataques da Indonésia e afastá-los”.<sup>142</sup> Apesar de tudo, em Março de 1986 registaram-se alguns progressos no sentido da Unidade Nacional quando líderes da Fretilin e da UDT chegaram a um acordo em Lisboa para se unirem na luta diplomática em prol da independência de Timor-Leste. Este acordo ficou conhecido como *Convergência Nacionalista*.<sup>143</sup> No entanto, veio a dar provas de fragilidade, devido à persistência de suspeitas recíprocas e de atitudes sectárias entre os representantes da Fretilin e da UDT no estrangeiro. Reflectindo sobre esse período, Xanana Gusmão observaria mais tarde:

*Em 1986, formou-se a Convergência Nacionalista, numa tentativa de dissipar o clima de suspeição existente entre os partidos políticos. Porém, mais uma vez as boas intenções não foram suficientes para criar harmonia entre os nossos objectivos separados.<sup>144</sup>*

---

<sup>LIII</sup> Vale a pena referir que Aleixo Ximenes contou à Comissão que, antes da sua rendição, Mauk Moruk lhe enviou uma carta dizendo que Xanana Gusmão o mataria se descobrisse que Mauk Moruk escrevera uma carta de rendição. Quando se encontrou com Aleixo Ximenes, Mauk Moruk disse-lhe que, após entrar em ruptura com a liderança das Falintil, Kilik enfrentava a possibilidade de morrer às mãos de Xanana Gusmão ou das ABRI – qual dos dois o encontrasse primeiro. [Entrevista da CAVR com Aleixo Ximenes, Díli, 2 de Fevereiro de 2004.]

## 5.5 As Falintil após 1987

126. Em 1987, o Comandante-em-Chefe das Falintil, Xanana Gusmão, tomou a importante medida de transformar as Falintil num movimento não-partidário, retirando a ala militar da estrutura da Fretilin. Esta decisão, conhecida como “Reajustamento Estrutural da Resistência”, foi tomada durante uma reunião em Aitana (Lacluta, Viqueque), onde ficou igualmente decidido que a liderança da Resistência permaneceria no interior do país e Xanana, enquanto comandante das Falintil, se demitiria da Fretilin.<sup>145</sup> Ao separar as Falintil das suas raízes políticas partidárias, pretendia-se transformar a frente armada numa verdadeira força nacional e consolidar o seu papel na liderança da Resistência. Antes disso, a luta contra a ocupação indonésia fora oficialmente conduzida pelo CRRN, com a Fretilin na vanguarda. À medida que a política de “unidade nacional” dos dirigentes da Resistência se evidenciava de maneira cada vez mais notória, o CRRN ficou associado aos interesses nacionais mais amplos. Pelo contrário, a Fretilin era vista como partidária e com uma visão mais estreita. Uma vez que a única resistência efectiva contra a ocupação indonésia existia sob a forma de luta armada, as Falintil tornaram-se a força dominante dentro do CRRN, com os seus comandantes a liderarem a luta. Por consequência, as Falintil eram consideradas a única organização que combatia verdadeiramente em prol dos interesses nacionais.

127. A desvinculação das Falintil relativamente à Fretilin foi um exemplo típico da nova política de “unidade nacional” seguida por Xanana Gusmão. A abordagem anterior consistira em tentar unificar os partidos políticos da Fretilin e da UDT sob a égide do CRRN, tendo-se revelado mal sucedida devido às profundas divergências existentes entre os dois partidos e no interior dos mesmos. O alegado “radicalismo” da Delegação da Fretilin em Serviço no Exterior (DFSE) era uma dessas dificuldades insuperáveis.<sup>146</sup> A ênfase dada pela nova abordagem às Falintil como organização não partidária empenhada no combate contra a ocupação indonésia de Timor-Leste foi alvo de alguma resistência inicial. Eis as reflexões de Lere, nessa época comandante das Falintil:

*As Falintil abandonaram a Fretilin a 7 de Dezembro de 1987, com uma mensagem do Comandante Xanana...Nessa época, eu andava com Mau Hodu...Mau Hodu perguntou: “O Comandante Xanana falou sobre o assunto...sobre a saída do partido...sobre a dissolução do Partido Marxista-Leninista? O que pensamos nós? Como explicamos tudo isto?” Eu disse: “Explica tu. Tu tens de explicar [porque] és o comissário político. Eu não sei como explicar.” Foi um grande problema...*

*Retirámos para um lugar perto de Vemasse [Baucau] e, de noite, fizemos uma reunião. [Mau Hodu] chamou-me [mas] eu recusei-me [a ir]. A reunião teve lugar ali perto [por isso consegui ouvir o que se passava]. Começaram a discutir. Muitos comandantes não queriam aceitar aquilo. [Disseram]: “Muitas pessoas morreram, nós sofremos, perdemos as famílias...Porque disse ele aquilo? Agora o líder anda a fazer jogos!”*

*Não queriam que as Falintil se separassem da Fretilin, não queriam que o Partido Marxista-Leninista fosse extinto. No entanto, lentamente, à medida que a situação ia evoluindo, eles acabaram [finalmente] por aceitar as razões.<sup>147</sup>*

128. A fase seguinte da campanha em prol da unidade nacional, em Dezembro de 1988, foi a criação do Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM)<sup>LIV</sup>, para substituir o CRRN. O CNRM era constituído por dez membros: três comandantes das Falintil, cinco representantes da frente clandestina da Resistência e dois representantes da Fretilin.<sup>148</sup> O Comandante-em-Chefe das Falintil, Xanana Gusmão, tornou-se líder máximo do CNRM, com o título de “responsável principal”. A este cargo eram atribuídos poderes amplos, incluindo “plena autoridade sobre todos os assuntos respeitantes à luta em Timor-Leste, incluindo o combate diplomático internacional”.<sup>149</sup>

129. Ao mesmo tempo que era confirmada a decisão de manter a liderança da Resistência dentro do país, formava-se a Delegação da Resistência em Serviço no Exterior (DRSE) para desenvolver as actividades da Resistência no estrangeiro. Abílio de Araújo (secretário-geral da Fretilin), Moisés Amaral e o antigo Administrador Apostólico de Díli, Dom Martinho Costa Lopes, este com a sua franqueza habitual, foram nomeados zeladores da DRSE. A nova estrutura substituiu a DFSE.<sup>150</sup> Esta mudança destinou-se a reforçar a nova abordagem não-partidária e a combater a aparente ineficácia da DFSE, então atribuída a conflitos internos no interior da sua liderança. A DFSE resistiu à mudança e, como resposta, transformou-se em Delegação Externa da Fretilin (DEF).<sup>151</sup>

130. No documento “Reajustamento Estrutural da Resistência e Proposta de Paz” definia-se a estrutura do CNRM, incluindo o novo relacionamento entre a DRSE e as Falintil. Às Falintil era atribuída a responsabilidade da gestão interna do CNRM, enquanto a DRSE deveria actuar no estrangeiro através de representações diplomáticas, divulgação de informação, actividades culturais e contribuições de ajuda aos refugiados timorenses no exterior.<sup>152</sup>

131. Em 1989, Xanana Gusmão nomeou José Ramos-Horta representante especial do CNRM e seu representante pessoal no estrangeiro.<sup>153</sup> José Ramos-Horta renunciaria posteriormente ao seu cargo na DEF, dedicando-se a representar o CNRM na ONU e noutros lugares.<sup>LIV</sup> A partir de então, a luta da Resistência a nível internacional passaria a ser conduzida apenas pelo CNRM, desaparecendo praticamente o papel desempenhado pela Fretilin na luta a nível internacional. A consolidação da liderança do CNRM a nível internacional viu-se ainda mais reforçada pela nomeação de representantes não político-partidários para cargos chave em vários países.<sup>LVI</sup>

132. A nomeação de José Ramos-Horta como representante especial do CNRM no estrangeiro, e a posterior consolidação da liderança do CNRM a nível internacional, permitiram realizar progressos na luta diplomática. Graças aos esforços dos representantes do CNRM no estrangeiro, foi possível forjar um certo nível de unidade entre a Fretilin e a UDT, que desenvolveram colaboração bem-sucedida no âmbito de iniciativas diplomáticas conjuntas. Por exemplo, em Março de 1995, durante os preparativos para o Diálogo Inclusivo Intra-Timorense (AIETD), os líderes do CNRM, da Fretilin e da UDT fizeram uma reunião oficial para definirem uma estratégia conjunta.<sup>154</sup> Em Setembro de 1996, uma delegação conjunta das três organizações visitou a África do Sul e reuniu-se com o Congresso Nacional Africano (ANC), com sindicatos e com parlamentares para obter apoio para a luta de independência de Timor-Leste.<sup>LVII</sup> Reconhecendo estes esforços, Xanana Gusmão declarou, numa mensagem de 1994, que a Fretilin e a UDT eram “parceiros” do CNRM.<sup>155</sup>

---

<sup>LIV</sup> “Maubere” é um nome masculino vulgar em Timor, utilizado pela primeira vez por José Ramos-Horta para se referir ao cidadão comum timorense. Numa fase posterior seria utilizado pela Fretilin [ver Capítulo 3: História do Conflito].

<sup>LV</sup> Segundo uma fonte, Ramos-Horta demitiu-se da Fretilin porque “nem todos os membros da Delegação Exterior [da Fretilin] participavam activamente na luta.” [“Fretilin: Roots of Friction,” in *Fitun*, London, nº 11, Setembro de 1993].

<sup>LVI</sup> Por exemplo, na década iniciada em 1990, o representante do CNRM na Austrália e na Nova Zelândia era Abel Guterres, nos Estados Unidos da América Constâncio Pinto, no Canadá Abe Barreto, na Europa José Amorim Dias e em Portugal Luís Cardoso [“East Timorese in the Diaspora,” <http://www.uc.pt/timor/diaspora.htm>].

<sup>LVII</sup> A delegação era composta por José Ramos-Horta (Representante Especial do CNRM), João Carrascalão (Presidente da UDT), e Roque Rodrigues (Embaixador de Timor-Leste em Luanda).

133. Apesar dos esforços feitos no sentido de transformar o CNRM numa ampla frente nacional não-partidária, continuava a existir resistência política quanto à liderança da luta pelo CNRM. Xanana Gusmão observou:

Assumimos com o nosso povo o compromisso de defender firmemente o princípio de que “Unidos seremos capazes de resistir melhor!” Ao lado do nosso povo, que facilmente compreendeu os objectivos do CNRM, estávamos prontos a aguentar todas as consequências. Porém, houve quem tivesse perspectivas distorcidas sobre o CNRM: era visto como um partido, e incorrectamente considerado mais outro actor em cena. Teria sido melhor que isto não tivesse sucedido assim.<sup>156</sup>

134. Embora Xanana Gusmão não dissesse abertamente os nomes das pessoas que, no seu entender, tinham “perspectivas distorcidas” sobre o CNRM, ele estava claramente a referir-se à UDT. Nessa época, a UDT ainda considerava que o CNRM era apenas a Fretilin disfarçada e não estava disposta a aceitar Xanana Gusmão como líder máximo da Resistência. Francisco Guterres (Lú-Olo), nessa época vice-secretário da Fretilin, recorda:<sup>157</sup>

*Durante mais de dez anos, o CNRM promoveu continuamente a unidade nacional, mas a unidade nacional ainda não existia. Aqueles de nós que se mantinham na floresta, iam morrendo: o inimigo matava-nos todos os dias. Mas, o que queriam ao certo as gentes da cidade? Finalmente, compreendemos que [a palavra] “Maubere” era pior do que marxista-leninista. Por isso o nome do Conselho foi mudado para CNRT em Peniche.*<sup>158</sup>

135. Os progressos na construção da unidade só seriam confirmados na Convenção Nacional sobre Timor, realizada em Peniche, Portugal, em Abril de 1998. Nesta reunião foram conseguidos avanços políticos decisivos. Em primeiro lugar, foi criado o Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), composto não só pela Fretilin e pela UDT, mas também por outros partidos políticos como o KOTA e a Apodeti (Pró-Referendo) e por organizações não-políticas como a Igreja. Em segundo lugar, Xanana Gusmão foi eleito líder máximo e posteriormente nomeado Presidente do CNRT, tendo sido nomeados dois vice-presidentes, José Ramos-Horta e um vice-presidente “silencioso” (secreto) no interior de Timor-Leste, Mário Carrascalão. Por fim, o termo “Maubere” contido na denominação do CNRM, considerado sinónimo de Fretilin pela UDT e contendo matizes revolucionários, foi substituído pela palavra Timorense.

136. O recém-criado CNRT era composto por três órgãos: a Comissão Política Nacional, o Conselho Executivo, e a Comissão de Jurisdição e Controle. Xanana Gusmão foi nomeado líder da Comissão Política Nacional, José Ramos-Horta presidente do Conselho Executivo. Na Comissão Política Nacional tinham assento representantes dos partidos, membros não partidários e um sacerdote, o Conselho Executivo era formado por representantes dos partidos políticos e por grupos não políticos, e a Comissão de Jurisdição e Controle por técnicos.<sup>159</sup> Na Convenção de Peniche foram seleccionados 22 representantes para a composição destes três órgãos, todos pertencentes à diáspora. Fazendo uso das prerrogativas concedidas na

---

[African National Congress, “East Timorese Visit,” in the African National Congress homepage: <http://www.anc.org.za/ancdocs/pr/1996/pr0910b.html>].

Convenção de Peniche, em Portugal, em Setembro de 1998, o Presidente do CNRT, seleccionou 12 membros do interior, para constituir a estrutura do CNRT dentro de Timor-Leste.<sup>LVIII</sup>

137. A desvinculação das Falintil relativamente à Fretilin e a criação do CNRM confirmaram as Falintil como líder político e militar da luta. Esta situação foi reforçada no documento “Reajustamento Estrutural da Resistência e Proposta de Paz”, que definiu como responsabilidades chave do Comando Supremo das Falintil as seguintes:

- Decisão sobre estratégia geral
- Fornecimento da orientação política geral
- Tomada das medidas necessárias.<sup>160</sup>

138. Revestido desta autoridade, o Comando Supremo das Falintil começou a encarregar-se dos aspectos políticos e militares da luta, desenvolvendo uma estratégia geral para a direcção política dos esforços diplomáticos no estrangeiro e para o lançamento de uma resistência armada contínua pelas Falintil contra o exército de ocupação indonésio. O papel desempenhado pelas Falintil na luta global encontra-se descrito por Taur Matan Ruak: “Havia três frentes: a Frente Diplomática e a Frente Clandestina recebiam ordens da Frente Armada.”<sup>LIX</sup> Num discurso proferido em Uaimori (Viqueque), por ocasião do aniversário das Falintil, em Agosto de 2003, Xanana Gusmão confirmou o papel de liderança das Falintil após 1987.

*Decidiu-se em 1987 transformar as Falintil num organismo não-partidário, que se tornasse base fundamental de reforço para todo o movimento de resistência, que então poderia liderar a nossa luta até à vitória final.*<sup>161</sup>

---

<sup>LVIII</sup> Os membros da Comissão Política Nacional seleccionados em Peniche foram Xanana Gusmão, José Ramos-Horta, João Carrascalão, padre Francisco Fernandes, Mari Alkatiri, Ana Pessoa, Alberto Araújo e Domingos Oliveira e quatro membros suplentes: Estanislau da Silva, Agio Pereira, Vicente Guterres e Zacarias Costa. Os 12 membros da Comissão Política Nacional, no interior de Timor-Leste eram: Abel da Costa Belo, David Dias Ximenes, Domingos F.J. Sousa, Leandro Isaac, João Baptista Fernandes Alves, Leão P. dos Reis Amaral, Lú-Olo, Manuel Viegas Carrascalão, Paulo Freitas da Silva, Taur Matan Ruak, Francisco Lopes Carvalho, Lucas da Costa (sediado na Indonésia). Os membros da Comissão Executiva eram José Ramos-Horta, José Luís Guterres (responsável pelo Departamento de Relações Externas), Manuel Tilman (responsável pelo Departamento de Administração e Recursos), Roque Rodrigues (Serviços Centrais), Emília Pires (Serviços Regionais), Pascoela Barreto (Finanças e Recursos) e Lucas da Costa, Rama Metan (Departamento da Juventude). Os membros da Comissão de Justiça eram Carlos Alberto Barbosa, Jerónimo Henriques, Alfredo Borges Ferreira e Filomeno Andrade. [CNRT – Conselho Nacional de Resistência Timorense, <http://www.labyrinth.net.au/~ftimor/cnrt.html>].

<sup>LIX</sup> Taur Matan Ruak, entrevista, parte II, 14 de Junho de 2004. José da Conceição (antes exercendo funções de adjunto e também depois da queda das “zonas libertadas”) disse: “Após a separação, os militares tornaram-se dominantes. O papel dos activistas civis consistia em apoiar os militares, embora partilhando o mesmo objectivo, que era a independência.” [Entrevista da CAVR com José da Conceição, Díli, 20 de Outubro de 2004].

## Estruturas das Falintil, 1987 a 1999

O Comando Supremo das Falintil era liderado por Xanana Gusmão, como Comandante-em-Chefe, que também acumulava as funções de chefe do Estado-Maior, supervisionando o subchefe do Estado-Maior Taur Matan Ruak, o conselheiro político Mau Hodu e o conselheiro militar Mau Hunu Bolerek Karataianu.<sup>162</sup> Sob o seu comando, os guerrilheiros funcionavam em pequenas unidades de quatro a oito pessoas. Durante o período do CNRM, a estrutura territorial da resistência armada foi idêntica à anteriormente existente, no período do CRRN. O território dividia-se em três regiões, Ponta Leste, Centro e Fronteira. Várias unidades de guerrilha actuavam em cada região, sob o comando de um comandante regional.<sup>LX</sup>

Os finais da década de 1980, e o início da de 1990 foram períodos difíceis para as Falintil. O Comandante-em-Chefe Xanana Gusmão, afirmou mais tarde que as Falintil estavam reduzidas a menos de uma centena de guerrilheiros.<sup>163</sup> Segundo relatórios do exército indonésio, da mesma altura, havia 67 guerrilheiros em Ponta Leste, armadas com 45 carabinas, actuando em unidades de seis pessoas.<sup>164</sup> Porém, após o massacre de Santa Cruz, em 12 de Novembro de 1991, o número de guerrilheiros das Falintil aumentou de 143, armados com 100 carabinas, para 245, armados com 130 carabinas.<sup>165</sup>

Na década iniciada em 1990, houve mudanças sucessivas no Comando Supremo das Falintil, em virtude da captura de vários seus membros pelo exército indonésio. Mau Hodu, conselheiro político do chefe do Estado-Maior, foi capturado em Janeiro de 1992. Após a captura de Xanana Gusmão, em Novembro de 1992, o conselheiro militar do CNRM, Mau Hunu, assumiu o comando das Falintil durante um breve período, até ter sido, também ele, capturado pelo exército indonésio em 3 de Abril de 1993. Konis Santana (secretário da Comissão Directiva da Fretilin, órgão mais alto da Fretilin no país) assumiu então o comando das Falintil, até à sua morte em Março de 1998. Apesar destas alterações, o cargo de Comandante-em-Chefe e presidente do CNRM continuava a pertencer a Xanana Gusmão, embora encarcerado em Jacarta.

Em 1998, a estrutura territorial foi revista. O país foi dividido em quatro regiões: a Região 1, abrangendo Lautém e a maioria dos distritos de Baucau; a Região 2, abrangendo partes de Baucau, Viqueque e partes de Manatuto; a Região 3, abrangendo Díli, Aileu, Ainaro e partes de Manatuto; e a Região 4, abrangendo Ermera, Liquiça, Bobonaro e Covalima.<sup>LXI</sup>

O efectivo das Falintil, composto por apenas 300 guerrilheiros no início de 1998, aumentara para cerca de 1500 nos finais de Agosto de 1999.<sup>166</sup> A partir de meados de 1998, o número de guerrilheiros aumentou rapidamente por várias razões, à medida que os antigos guerrilheiros regressavam às suas unidades, os jovens activistas da frente clandestina fugiam para a floresta para escaparem à captura pelo exército indonésio e à violência das milícias anti-independentistas e os militares originários de Timor-Leste desertavam do exército indonésio.

139. Embora a Frente Armada fosse responsável pela liderança da Resistência, a estratégia das Falintil, orientada para a vitória da luta, não era primordialmente militar. Os comandantes e líderes políticos das Falintil compreenderam que não tinham capacidade para derrotar o exército indonésio, muito mais avançado em termos de armamento e pessoal. Para a liderança das Falintil, o elemento chave para garantir a vitória era diplomático. A invasão de Timor-Leste pela Indonésia violava o direito internacional e, logo, a integração de Timor-Leste na Indonésia não era internacionalmente reconhecida.

<sup>LX</sup> O comandante da Região de Ponta Leste era David Alex, o da Região Centro era Lere Anan Timor e o da Região da Fronteira era Ernesto (Dudu).

<sup>LXI</sup> O comandante da Região 1 era Lere Anan Timor, o comandante da Região 2 era Sabica Besi Kulit, o comandante da Região 3 era Falur Rate Laek (Domingos Raul) e o comandante da Região 4 Ular Reik (Virgílio dos Anjos).

140. Em 1989, o CNRM propôs um plano de paz onde se previa um processo patrocinado pela ONU - que acabaria por conduzir à realização de um referendo através do qual o povo de Timor-Leste exerceria o seu direito à autodeterminação. Este processo desenrolar-se-ia nas seguintes fases:

- Retirada das tropas indonésias.
- Desarmamento simultâneo dos grupos paramilitares armados pelos indonésios e dos guerrilheiros das Falintil.
- Criação de um governo de transição, a quem caberia determinar uma data para se votar o estatuto político de Timor-Leste.
- Acordo de cooperação, assinado pelo governo de transição e pela Indonésia, com a Austrália, a União Europeia e outros países, para garantir o desenvolvimento rápido e pacífico de Timor-Leste.
- Criação de um governo de Unidade Nacional durante um período de 5-15 anos, findo o qual se realizaria um referendo e, dependendo do resultado, se procederia à transferência de soberania.<sup>167</sup>

141. O CNRM acreditava que, através do diálogo, todas as partes envolvidas no conflito se convenceriam da necessidade de realizar um referendo sobre a autodeterminação. Os esforços em prol do apoio internacional acabaram por ser considerados mais importantes do que as vitórias no campo de batalha.<sup>LXII</sup> A resistência armada prosseguiria, embora o seu propósito já tivesse deixado de ser a vitória na guerra, mas apenas dar mais peso às exigências da resistência alargada. Agio Pereira descreveu o papel da luta armada nos seguintes termos:

*Dentro de Timor Leste, a Frente Armada mobilizaria o povo para manter a luta durante o tempo que fosse necessário, para pelo menos manter uma situação embaraçosa no campo de batalha, a fim de que a frente diplomática conseguisse exercer pressões em prol de uma solução satisfatória para as aspirações do povo timorense e que fosse internacionalmente aceitável.*<sup>168</sup>

142. O antigo vice-secretário da Fretilin/Falintil, Lú-Olo, explicou à Comissão a sua estratégia:

*Assim se definia a estratégia concreta de resolver o conflito através de negociações...Resolver através de negociações não significa que não utilizássemos as forças armadas para vencer a guerra, apenas que as forças armadas sozinhas não conseguiriam [vencer]. Era tarefa das tropas defender [a existência d]o exército. No que respeitava ao exército indonésio, podia-se dizer que estávamos prontos para atacar, assumindo uma atitude defensiva. Mas não podíamos comparar o nosso exército [com o do inimigo] quanto à realização de operações em bases militares. Passámos à guerra de guerrilha e criámos uma situação objectiva, bem como uma realidade político-militar que cumpriria o objectivo de libertar a nossa terra.*<sup>169</sup>

143. Os ataques dos guerrilheiros das Falintil contra alvos indonésios eram lançados sobretudo por razões táticas, a fim de se obterem armas e outro equipamento necessários para

---

<sup>LXII</sup> Uma das premissas da criação do CNRM foi que a resolução do problema de Timor-Leste dependia mais da capacidade de transpor a luta para a cena internacional, do que mantê-la apenas pela via da luta armada. [Agio Pereira "The National Council of Maubere Resistance (CNRM), Overview of the History of the Struggle of East Timor", comunicação apresentada numa reunião de solidariedade, Sydney, Agosto de 1994].

assegurar a existência das Falintil. Outro objectivo consistia em esgotar psicologicamente o exército indonésio. Em termos estratégicos, porém, os objectivos principais dos guerrilheiros das Falintil não eram militares, mas políticos. O último chefe do Estado-Maior das Falintil, Taur Matan Ruak, contou à Comissão:

*Todos os dias avaliávamos a situação...na cena internacional. Avaliávamos em especial os acontecimentos importantes, as eleições parlamentares [na Indonésia], a eleição presidencial [na Indonésia], o 20 de Maio [aniversário da fundação do partido político ASDT], as retiradas de tropas. Nessas ocasiões, realizávamos pequenas acções que tivessem um grande impacto. Era por esse motivo que, normalmente, a nossa avaliação se baseava nesses acontecimentos. Assim, não se dava às pessoas a impressão de que a situação estava calma. Por isso tínhamos de criar distúrbios, por isso tínhamos sempre de fazer qualquer coisa, mesmo insignificante.*

*Podíamos considerar isto como contra-campanha à campanha por eles lançada para convencer as pessoas de que a situação era estável. Mas o objectivo era mais desestabilizar a situação. Era por isso que as operações tinham normalmente um objectivo específico. Podia ser um objectivo económico – roubar-lhes alimentos, dinheiro, papel, roupas para nosso uso...Podia ter um objectivo diplomático, se tivesse repercussões internacionais. Tinha sempre repercussões de alguma natureza. As repercussões podiam ser sobretudo de natureza militar, se lhes roubássemos armas e equipamento. Por vezes, havia ocasiões em que o impacto era estritamente diplomático, quando criávamos uma situação de segurança que dava ao povo a impressão de que a guerra iria durar para sempre.<sup>170</sup>*

144. As Falintil lançavam os seus ataques de forma precisa, tendo em vista o seu impacto na luta diplomática, para obrigar o mundo a lembrar-se de que Timor-Leste continuava a combater e que a comunidade internacional precisava tomar medidas para resolver a situação. A partir da época do cessar-fogo, em 1983, o CRRN – e, posteriormente, o CNRM – afirmou que desarmaria os seus homens se pudesse ser encontrada uma solução pacífica, que comportasse a realização de um referendo sobre a autodeterminação. Quando a solução diplomática deu os seus frutos e o Presidente Habibie propôs um referendo para determinar o futuro estatuto de Timor-Leste, os ataques das Falintil praticamente cessaram, a Resistência voltou a sua atenção para a preparação pacífica do referendo e, em Agosto de 1999, as Falintil tomaram a decisão unilateral de acantonar as suas forças, tal como definido nos Acordos de 5 de Maio de 1999 sobre a implementação do referendo.<sup>LXIII</sup>

---

<sup>LXIII</sup> O acantonamento voluntário das forças das Falintil estava completado a 12 de Agosto, antes da Consulta Popular de 30 de Agosto. Na Região 1, o acantonamento realizou-se em Atelari (Laga, distrito de Baucau), na Região 2 e na Região 3 em Uaimori (distrito de Manatuto) e na Região 4 em Poetete (distrito de Ermera) e em Odelgomo (aldeia de Aiassa, distrito de Bobonaro). Segundo a informação fornecida pelas Falintil à UNAMET, 187 guerrilheiros ficaram acantonados em Aiassa, 153 em Poetete, 260 em Uaimori e 70 em Atelari, perfazendo um total de 670 pessoas. [D. Greenless and R. Garran, *Deliverance: The Inside Story of East Timor's Fight for Freedom*, Allen & Unwin, Crows Nest, 2002, p. 182; Martin, *Self-Determination for East Timor*, 2001, pp. 72-73; Ver Capítulo 3: História do Conflito].

## 5.6 Movimento clandestino de libertação

145. A história do movimento clandestino durante a ocupação indonésia é altamente complexa e, devido à natureza do movimento, pouca coisa se tem escrito sobre as suas estruturas e estratégias. A síntese que adiante se apresenta foi compilada a partir de entrevistas com antigos membros da Resistência, mas a Comissão observa que existe ainda muito espaço para investigações futuras sobre este aspecto fascinante da história timorense.

146. A Comissão ouviu dizer que as actividades clandestinas começaram nos primeiros anos após a invasão indonésia. Os activistas da Fretilin e as suas famílias em Díli e noutros pontos do país organizaram-se em pequenos grupos e ajudavam os guerrilheiros, fornecendo-lhes géneros alimentícios, medicamentos, vestuário e informações sobre a situação nas cidades. Estes pequenos grupos evoluíram de forma espontânea, sem uma estratégia comum e trabalhando de forma independente, e estabeleceram contactos cada um por si mesmo com os comandantes das Falintil no mato.<sup>171</sup>

147. Após a destruição das zonas libertadas, estes grupos assumiram uma importância cada vez maior. As comunicações via rádio nos dois sentidos entre as unidades da guerrilha, que se viram interrompidas nessa época, foram substituídas pela comunicação através de correios.<sup>LXIV</sup> Os líderes da guerrilha na selva estabeleceram redes clandestinas, formando organizações como o Comité Democrático Revolucionário (CDR) e a Milícia Popular de Libertação Nacional (Miplin).<sup>172</sup> O seu principal objectivo consistia em criar novas bases de apoio para a luta armada, uma vez que as Falintil se viram obrigadas a combater sem apoio logístico na floresta. Ao longo dos anos, após a destruição das zonas libertadas, a rede foi-se alargando e conseguiu apoiar a luta armada das Falintil, tornando desnecessária a existência de uma base permanente no mato. Por isso, os líderes da Resistência puderam reivindicar que a sua base de apoio se havia transferido para os aldeamentos urbanos e rurais controlados pelas forças armadas indonésias.<sup>173</sup>

148. A liderança da resistência das Falintil nas montanhas tentou orientar a luta clandestina, formando a Miplin. Ao contrário da maioria dos grupos clandestinos, a Miplin tinha uma estrutura de tipo militar. Os recrutas eram organizados em equipas e pelotões desarmados. Taur Matan Ruak, colaborador do chefe do Estado-Maior na região Centro, em 1981, mais tarde comandante das operações na região leste, entre 1982 e 1984, explicou à Comissão o papel da Miplin:

*A missão das pessoas conhecidas como milícia consistia normalmente em fornecer informação, sobre espões existentes entre si e impedir que [os espões] causassem algum mal e sobre as movimentações do exército indonésio. Em princípio era a isto que chamávamos a milícia. Mas não era necessário que andassem armados, porque não tínhamos armas [para lhes dar].*

*Miplin é um conceito que criámos e é difícil compará-lo com a noção clássica do termo [milícia]. Por vezes, os estrangeiros ficavam surpreendidos porque resolviam compará-la com a noção clássica...[risos]...As suas milícias clássicas andavam armadas e tinham treino no uso de armas. Nós não tínhamos armas...servíamo-nos delas [das milícias] para encorajar a população a manter-se vigilante.<sup>174</sup>*

---

<sup>LXIV</sup> As pessoas que, no início, eram chamadas 'ligação', 'vias de canais' e que, a partir de meados da década de 1980, passaram a ser conhecidas como 'estafeta'. [Entrevista da CAVR com Vasco da Gama (Criado), Díli, 18 de Maio de 2004].

149. Apesar dos esforços inicialmente desenvolvidos pela liderança no sentido de formalizar a estrutura clandestina, os grupos ainda funcionavam de maneira independente. Começaram a surgir grupos formados por activistas políticos, ou por guerrilheiros. A princípio, limitavam-se a trocar informações sobre a situação. Mais tarde, começaram a contactar com os guerrilheiros das Falintil e a recolher géneros alimentícios, medicamentos e vestuário para levar aos guerrilheiros. Estes grupos funcionavam em células de três a cinco pessoas, conhecidas como “núcleos”. Os membros destes grupos faziam a ligação entre os guerrilheiros e, por vezes, com outros núcleos. Alguns grupos estavam organizados em redes, controladas por pessoas nomeadas pela liderança da Resistência no mato. Outros grupos clandestinos eram independentes, mas tinham ligações directas aos comandantes das Falintil.<sup>175</sup>

150. Em 1986, o CRRN reforçou a eficácia da rede clandestina, pondo-a sob a coordenação da Organização Coordenadora Inter-Regional (OCR).<sup>LXV</sup> A OCR era o braço regional do CRRN e actuava através da população civil. Manteve-se eficaz até por volta de 1988. Embora os seus líderes desenvolvessem grandes esforços em todas as regiões para criarem redes, não era possível pôr todos os grupos sob a alçada da OCR porque o número de grupos clandestinos não parava de aumentar e porque a presença encoberta das forças armadas indonésias e da sua rede de serviços de informação lhes restringia a capacidade de funcionamento.

151. Um importante passo na evolução do movimento clandestino foi a formação das células estudantis urbanas nos estabelecimentos de ensino secundário. Estas células conseguiram infiltrar-se em organizações legais e controlá-las: foi o caso dos Escuteiros católicos e da Organização Estudantil Inter-Escolas (*Organisasi Siswa Intra-Sekolah, OSIS*) o organismo estudantil criado pelo governo indonésio em cada estabelecimento de ensino secundário. Por exemplo, os membros de uma célula clandestina denominada 007, em Díli, Constâncio Pinto e José Manuel Fernandes, eram chefes dos escuteiros.<sup>176</sup> Ricardo Ribeiro, um activista da Sagrada Família, que em 1988 se tornou a ligação entre a frente clandestina e as Falintil na zona leste, também se tornou organizador da *OSIS*, acabando por atingir o cargo de presidente da associação na sua escola secundária em Díli, chamada *Hati Kudus*.<sup>177</sup>

152. Com a criação da Universidade de Timor Leste (*Universitas Timor Timur, Untim*) pelo governo indonésio, em 1986, a actividade organizativa da Resistência definiu como alvos os estudantes universitários. No início de 1991, os membros de várias células clandestinas, incluindo aqueles que antigamente tinham a sua base secreta no Externato de São José, criaram a Associação dos Jovens e Estudantes Anti-Integração (*Himpunan Pemuda, Pelajar, dan Mahasiswa Anti-Integrasi, HPPMAI*).<sup>LXVI</sup>

153. No início da década de 1980, registava-se uma evolução paralela fora de Timor-Leste, quando o governo da Indonésia começou a enviar estudantes timorenses para fazer estudos em universidades de Java, Bali e outras regiões da Indonésia. Entre eles havia pessoas que tinham sido activistas da Fretilin durante o período das zonas libertadas. Na Indonésia, eles prosseguiram o seu activismo, numa organização denominada Organização dos Estudantes e Jovens de Timor-Leste (*Ikatan Mahasiswa, Pemuda, dan Pelajar Timor Timur, IMPPETTU*), que fora criada pelas forças armadas e governo da Indonésia numa tentativa de controlá-los. Os estudantes activistas conseguiram utilizar a organização para servir as necessidades da continuação da luta em Timor-Leste.<sup>LXVII</sup> Em 1988, a Resistência Nacional dos Estudantes de

---

<sup>LXV</sup> Segundo Vasco da Gama, Aitahan Matak e Paulo Assis Belo desenvolveram actividade neste organismo. [Entrevista da CAVR com Vasco da Gama, Díli, 18 de Maio de 2004].

<sup>LXVI</sup> O Presidente desta organização era Augusto Gama (proveniente de uma célula clandestina do Externato e, na época, membro do Comité Executivo), sendo Vasco da Gama o vice-presidente. Antes disso, Vasco da Gama desenvolvera actividade na célula clandestina de Raculima. [Entrevista da CAVR com Vasco da Gama, Díli, 18 de Maio de 2004].

<sup>LXVII</sup> Por exemplo, João Freitas da Câmara, assistente político em Bobonaro, depois da sua detenção pelas forças armadas indonésias, obteve emprego na administração do subdistrito de Same e, em 1981, ganhou uma bolsa para estudar na Atmajaya University, em Jacarta. Deu apoio activo à resistência clandestina dentro da Indonésia até ser detido e condenado a prisão por organizar a primeira manifestação feita em Jacarta, a 19 de Novembro de 1991, para

Timor-Leste (Renetil) era criada em Bali, alargando-se nos dois anos seguintes a Java e a outras ilhas. Mais ou menos pela mesma época formava-se a Comissão Secreta da Resistência Nacional dos Estudantes Timorenses (CSRNET). Entre os estudantes que prosseguiram a sua formação em Bali e em Java havia igualmente activistas da Organização de Juventude e Estudante Católica de Timor-Leste (OJECTIL), enquanto outros alunos organizaram grupos clandestinos como a Frente Estudantil Clandestina de Timor Leste (FECLETIL) nos seus próprios locais de estudo.<sup>178</sup>

154. Também nessa época, em Timor-Leste, as manifestações e actos de desobediência civil aumentavam em número e intensidade, juntamente com outras acções políticas de oposição contra a ocupação indonésia. Entre elas, refiram-se o hastear da bandeira nacional da República Democrática de Timor-Leste, a escrita em segredo de mensagens nos muros a condenar a ocupação indonésia e a apoiar a independência e a colagem e distribuição de panfletos com as mesmas mensagens. Na Indonésia, além das manifestações, os estudantes saltaram as vedações para dentro de embaixadas estrangeiras, para pedir asilo político e atrair a atenção da comunidade internacional.

155. Perante esta proliferação de organizações e actividades políticas, e devido à necessidade de preparar a visita prevista de uma delegação parlamentar portuguesa, em 1991, a liderança da Resistência procurou criar uma coordenação entre todos os grupos clandestinos que desenvolviam operações no território. Em Junho de 1990, o conselheiro político do CNRM, José da Costa (Mau Hodu Ran Kadalak), convocou uma reunião em Baucau onde participaram os líderes dos movimentos clandestinos. Como resultado desta reunião, vários líderes clandestinos formaram em Díli o Comité Executivo do CNRM na Frente Clandestina. Este tornou-se o órgão oficial do CNRM para a coordenação de todos os grupos clandestinos.<sup>LXVIII</sup> Constâncio Pinto, nessa época a trabalhar como professor e activista do grupo clandestino Órgão 8, foi eleito secretário do Comité Executivo, tendo como vice-secretários Donaciano Gomes e José Manuel Fernandes.<sup>179</sup> António Tomás Amaral da Costa (Aitahan Matak) foi mais tarde acrescentado ao executivo.<sup>LXIX</sup>

156. A decisão de formar o Comité Executivo também esteve associada a uma nova estratégia adoptada pelo CNRM.<sup>180</sup> Esta estratégia, que visava a conquista da independência através dos canais diplomáticos, de preferência à luta armada, exigia que a Resistência reforçasse a sua visibilidade internacional. Quando certas acções políticas como a invasão das embaixadas estrangeiras pelos estudantes atraíram a atenção da comunidade internacional, os líderes da Resistência começaram a perceber que a acção combinada entre actividade clandestina e desobediência civil poderia satisfazer este objectivo. Avelino Coelho, um dos activistas clandestinos dessa época, disse:

---

protestar contra o Massacre de Santa Cruz, na semana anterior. [Entrevista da CAVR com João Freitas da Câmara, Díli, 5 de Junho de 2004].

<sup>LXVIII</sup> Segundo Constâncio Pinto, o comité foi criado sob a égide do CNRM porque, com a crescente adesão à luta clandestina de membros da UDT e da Apodeti e dos seus filhos, temeu-se que a criação do comité no âmbito da Fretilin causasse um cisma. [Constâncio Pinto e Matthew Jardine, *East Timor's Unfinished Struggle*, 1997, p. 123].

<sup>LXIX</sup> Avelino Coelho Silva, um dos fundadores da OJECTIL, disse que Aitahan Matak foi posto na liderança do Comité Executivo por Mau Hodu, após protesto. [Entrevista da CAVR com Avelino Coelho Silva, Díli, 17 de Julho de 2004; ver também a entrevista da CAVR com Vasco da Gama, Díli, 18 de Maio de 2004].

*Depois de pedirmos asilo [e] após a manifestação em Tacitolu [Díli], as acções começaram a ser coordenadas. Os estudantes pediram asilo nas embaixadas do Vaticano e do Japão [e] então [o papa] João [Paulo II] veio em visita e houve uma manifestação no dia 12...de Outubro [de 1989] em Tacitolu. Xanana também mudou de estratégia,...[ao aperceber-se] do enorme poder do movimento de juventude. É verdade que existia ainda um movimento de guerrilha mas não [era] activo no sentido militar, sendo mais activo no sentido político, como fonte de inspiração para a luta, mas não utilizando as Falintil como movimento militar por não ter munições e por outras razões. E também para proteger o próprio movimento. Por isso, em 1989 a estratégia da luta começou a reorientar-se para os pedidos de asilo e [para a realização de] manifestações. Neste período...as iniciativas dos estudantes começaram a alterar a forma de pensar de Xanana, a alterar a maneira como dirigia o movimento.*<sup>181</sup>

157. O Comité Executivo foi posto directamente sob o comando de Xanana Gusmão, presidente do CNRM e Comandante-em-Chefe das Falintil. O papel do Comité Executivo consistia em vigiar, orientar e coordenar todos os movimentos clandestinos.<sup>182</sup> Era constituído por diversas secções, entre elas as de Juventude e Mobilização de Massas, Agitação e Propaganda, Estudo e Análise, Informação e Segurança e Finanças. Embora o Comité Executivo se encontrasse formalmente sob a tutela da liderança do CNRM, isso não significa que todas as organizações e grupos da clandestinidade estivessem sob a sua autoridade. Algumas organizações activas na Indonésia colaboravam com o Comité, mas continuaram a desenvolver operações de forma independente. De igual modo, em Timor-Leste havia muitos grupos clandestinos que mantinham um relacionamento individualizado com os comandantes das Falintil no mato.<sup>LXX</sup> Gregório Saldanha, responsável pela secção da Juventude e Mobilização de Massas, relatou à Comissão um incidente exemplificativo desta problemática:

*Por vezes havia teimosia. Por exemplo, Constâncio Pinto trouxe uma carta de Motael para Julião Mausiri acerca da visita dos parlamentares portugueses. Constâncio disse: “Esta é uma carta com instruções de Xanana.”*

*Nesse momento [Mausiri] disse: “Quero receber todas as ordens de Xanana directamente e não através de intermediários.” Pergunto a Constâncio: “Onde está a carta com as instruções?” Ou seja, formalmente ele estava a recusá-la porque não queria reconhecer o Comité Executivo. No entanto, de forma independente ele pediu ao seu correio que solicitasse essa informação.*<sup>183</sup>

158. António Tomás Amaral da Costa (Aitahan Matak), à época, um dos vice-secretários do Comité Executivo, recorda:<sup>184</sup>

---

<sup>LXX</sup> Por exemplo, a organização de juventude Fitun, criada depois da formação do Comité Executivo, funcionava de forma independente e mantinha relações directas com o presidente do CNRM/Comandante-em-chefe das Falintil Xanana Gusmão. [Entrevista da CAVR com um fundador da Fitun, Armando José Dourado da Silva, Díli, 10 de Junho de 2004]. Gregório Saldanha reconheceu que o CE “não conseguia controlar” todos os grupos clandestinos por estes serem muito numerosos e porque alguns “não queriam reconhecer o seu envolvimento na luta” [Entrevista da CAVR com Gregório Saldanha, Díli, 5 de Junho de 2004].

*Organizações como o 3-3, o 5-5 e o 7-7 encontravam-se todas sob a tutela da estrutura do CNRM, mas lutavam pela independência. A Ojetil e a Renetil faziam parte da estrutura do CNRM.*

*Todas as organizações enquadradas pelo Órgão 8 [aderiram ao CNRM]. Por vezes [havia organizações que] tinham uma rede com comandantes específicos, como David Alex, Konis [Santana], Venâncio Ferraz, Merak e outros. Eram redes especiais que não se articulavam com o Órgão 8.*

159. Com o tempo, a importância do movimento clandestino para a luta global pela libertação de Timor-Leste relativamente à ocupação indonésia foi aumentando. As Falintil, que não recebiam qualquer apoio logístico nem armas do estrangeiro, contavam com os activistas clandestinos para obterem géneros alimentícios, munições, informações e apoio das populações locais. A própria sobrevivência das Falintil dependia do movimento clandestino. A liderança das Falintil também contava com o movimento clandestino para este enviar informação sobre o país aos activistas que desempenhavam funções na Frente Diplomática. Estes, sem informação proveniente do interior do país, teriam tido as maiores dificuldades para convencerem a comunidade internacional a manter-se interessada na questão de Timor-Leste.

160. Apesar da sua importância, dentro da estrutura do CNRM ninguém fazia qualquer referência ao movimento clandestino. No documento “Reajustamento Estrutural da Resistência e Proposta de Paz”, elaborado pela liderança do CNRM, apenas se mencionava a existência de dois órgãos tutelados pelo Conselho: o comando das Falintil e a DRSE. Isto indica que, segundo o entendimento da época, o movimento estava sob o comando das Falintil, actuando como canal de comunicação entre estas, por um lado, e a base de apoio interna e a Frente Diplomática, por outro, no apoio à resistência armada.

161. O Comité Executivo atravessou grandes dificuldades quando alguns líderes tiveram de se esconder, para fugirem às forças de segurança que os perseguiram após o incidente na Escola Secundária Paulo VI, em Outubro de 1990. Um dos líderes fugiu para o mato, reunindo-se às Falintil.<sup>185</sup> Esta dificuldade foi superada com a inclusão na organização de gente com experiência em trabalho clandestino. Uma dessas pessoas que então entraram para o Comité Executivo recorda:

*Quando começaram a procurar-nos, após o incidente na Escola Paulo VI, conseguimos fugir-lhes, incluindo eu. Mantive-me escondido e, mais tarde, voltei à superfície. Alguns dos meus amigos esconderam-se e só voltaram a aparecer depois de a Indonésia sair de Timor-Leste. Alguns deixaram mesmo o país. Outros esconderam-se e, quando a situação melhorou, regressaram para retomar as suas actividades. Nessa época, Constâncio Pinto continuou a trabalhar. José Manuel Fernandes fugiu para a selva e Donaciano [Gomes] deixou o país. Portanto, os programas do Comité Executivo foram interrompidos. Eu escondi-me em Balibar [Dili] e, quando as condições melhoraram, regressei e entrei em contacto com Constâncio Pinto e outros amigos—por exemplo, Juvêncio Martins, Jacinto Alves, Francisco Branco e Filomeno da Silva. Então reanimámos e reactivámos o Executivo, cujo auge se atingiu quando fomos detidos de novo em 12 de Novembro de 1991 [após Santa Cruz].<sup>186</sup>*

162. O Comité Executivo sofreu um duro golpe com a repressão que se seguiu ao massacre de Santa Cruz de 12 de Novembro de 1991. Alguns membros do Comité Executivo, como Filomeno da Silva, Francisco Branco, Jacinto Alves, Juvêncio Martins e Gregório Saldanha foram detidos, julgados e condenados a pesadas penas de prisão. O secretário do Comité Executivo, Constâncio Pinto, conseguiu escapar para o estrangeiro. O golpe seguinte foi desferido com a detenção em Díli, em Novembro de 1992, do presidente do CNRM e Comandante-em-Chefe das Falintil, Xanana Gusmão.<sup>187</sup>

163. Em 1993, para reconstruir as suas ligações ao movimento clandestino e para retomar o seu controlo das actividades, o CNRM, então sob a liderança de Konis Santana, criou o Comité Executivo da Luta/Frente Clandestina (CEL/FC). O CEL/FC foi formado como uma ala do CNRM cuja tarefa específica consistia em coordenar o movimento clandestino. O Comité Executivo da Luta/Frente Armada (CEL/FA) foi criado ao mesmo tempo para conduzir a luta armada a partir do mato.<sup>188</sup> Com a formação do CEL/FC, a posição da resistência clandestina no interior da estrutura do CNRM continuou a ganhar força. Foi provavelmente nesta época que as três formas de luta – luta armada no mato, luta clandestina dos civis nas aldeias e cidades e luta diplomática na cena internacional – se “tornaram oficiais” sob os nomes de Frente Armada, Frente Clandestina e Frente Diplomática, embora a liderança das Falintil continuasse a ter grande visibilidade. No que respeita ao papel das Falintil, o último líder da Frente Clandestina, Francisco Guterres (Lú-Olo), contou à CAVR:

*Para poderem controlar o trabalho da Frente Clandestina, todos os grupos se mantinham em contacto com a Frente Armada. Mas a Frente Armada também criou as suas próprias “clandestinas”. A estrutura prática da Frente Clandestina funcionava em Díli, mas era sobretudo a Frente Armada que coordenava as “clandestinas”. Assim, a Frente Clandestina aqui em Díli tinha de articular-se connosco [a Frente Armada], para que as actividades das “clandestinas” pudessem ser desenvolvidas com vários comandantes.<sup>189</sup>*

164. Depois da captura de Xanana Gusmão pelas forças armadas indonésias, sugeriu-se que a liderança fosse substituída por uma *troika* composta pelo líder da luta armada, pelo líder da resistência clandestina e pelo líder da resistência diplomática. Konis Santana, chefe do Estado-Maior das Falintil, e Xanana Gusmão rejeitaram essa ideia. Xanana manteve o seu posto de Comandante-em-Chefe das Falintil e presidente do CNRM, apesar de se encontrar em Jacarta a cumprir uma sentença de 20 anos de prisão. No entanto, segundo Agio Pereira, as operações do quotidiano estavam nas mãos de Taur Matan Ruak, Konis Santana e José Ramos-Horta, respectivamente responsáveis pela Frente Armada, pela Frente Clandestina e pela Frente Diplomática.<sup>190</sup>

165. O CEL/FC foi dirigido por Keri Laran Sabalae (Pedro Nunes), como secretário, tendo David Dias Ximenes como vice-secretário. Eram assistidos por três adjuntos, Paulo Alves (Tubir Loke Dalan), Paulo Assis (Funu Matak) e Virgílio Simith (Kranek).<sup>191</sup> Os adjuntos receberam a incumbência de organizar o movimento clandestino em todo o país. O CEL/FC formou o Órgão Directivo Regional (ODIR), responsável pela organização do movimento clandestino nos distritos. Havia três ODIR que abrangiam a totalidade de Timor-Leste: a região leste (Paulo Assis), a região centro (Paulo Alves) e a região oeste (Aquilino Fraga Guterres, Ete Uco). Em teoria, as ODIR encabeçavam uma estrutura composta pelo Comité Executivo de Zona (Cezo), actuando a nível subdistrital, pelos Núcleos de Resistência Popular (Nurep), a nível do suco, e pelas Célula de Comunidade (Celcom), a nível da aldeia. Na prática, esta estrutura não funcionava a todos os níveis na totalidade do país.<sup>192</sup>

166. Com o desaparecimento de Sabalae, a 1 de Junho de 1995, Konis Santana, que liderava o CNRM no interior, assumiu a liderança da Frente Clandestina.<sup>193</sup> Com a formação do CNRT,

em substituição do CNRM, em Abril de 1998, o CEL/FC foi substituído pela Frente Política Interna (FPI).<sup>194</sup> Konis Santana manteve a liderança do movimento clandestino até à sua morte, por doença, em 11 de Março de 1998. Francisco Guterres (Lú-Olo), que até à morte de Konis Santana fora vice-secretário da Comissão Directiva da Fretilin (órgão mais alto da Fretilin no país) tornou-se secretário da FPI, mantendo-se David Dias Ximenes no posto de vice-secretário.<sup>195</sup>

167. À formação do CNRT seguiram-se profundas mudanças organizativas no movimento clandestino. Este foi reestruturado de forma a corresponder à estrutura das Falintil, em quatro regiões, à qual se acrescentou uma região suplementar, a Região Autónoma de Díli, que abrangia a capital e o seu distrito. Os executivos do CNRT nas regiões foram recrutados na Frente Clandestina e na Frente Armada. De acordo com activistas clandestinos, o executivo do CNRT unificou as estruturas da Frente Clandestina e da Frente Armada.<sup>196</sup>

168. Os cargos de topo em cada região eram os de secretário e vice-secretário.<sup>LXXI</sup> O secretário da Região 1 era Renan Selac e o secretário da Região 2 era Sabica Bessi Kulit (comandante das Falintil naquela região), tendo Marito Reis como vice-secretário. O secretário da Região 3 era Falur Rate Laek (igualmente comandante das Falintil na região), tendo Virgílio Simith (Kranek) como seu vice-secretário. O secretário da Região 4 era Riak Leman, tendo Aquilino Fraga Guterres (Eteuco) como vice-secretário. O secretário da Região Autónoma de Díli era José da Silva (Fo Laran).<sup>197</sup>

169. Os órgãos clandestinos então existentes, do nível subdistrital ao nível da aldeia, tornaram-se órgãos do CNRT, embora mantendo os nomes antigos (Cezo, Nurep e Celcom). Porém, acrescentou-se um novo escalão, para funcionar a nível da sub-região.

170. Pouco depois da formação do CNRT, Suharto deixou a presidência e a Indonésia deu início a um processo de democratização. Os activistas clandestinos ficaram assim com mais espaço de manobra. O novo presidente indonésio, B.J. Habibie, criou ainda mais espaço de operações ao movimento quando, em Junho de 1998, ofereceu a Timor-Leste uma “ampla autonomia”. Em 1999, o presidente foi ainda mais longe e ofereceu duas opções: ampla autonomia ou independência. Embora em 1998 as milícias apoiadas pelo *TNI* começassem a formar-se para espalhar o terror entre os activistas favoráveis à independência, isso em nada abalou a determinação das “clandestinas”. Os órgãos do movimento clandestino, desde a aldeia à região, reforçaram as suas actividades e a população sentiu-se incentivada pelas suas exigências de independência. Com a chegada da UNAMET, encarregada de levar a efeito a consulta popular, o trabalho do CNRT passou a centrar-se em preparar a população para votar pela independência na Consulta Popular de 30 de Agosto de 1999. Com a conquista da independência através do referendo, terminou a tarefa principal do movimento clandestino.

---

<sup>LXXI</sup> Marito Reis, vice-secretário da Região 2, afirmou que, ao ser criada a estrutura do CNRT, decidiu-se que o secretário tinha de ser um comandante militar, enquanto o vice-secretário devia ser “um activista político que residisse na cidade”. [Entrevista da CAVR com Marito Reis, Baucau, 17 de Novembro de 2002].

- 
- <sup>1</sup> Entrevista da CAVR a Eduardo de Deus Barreto, Gleno (Ermera), 12 de Agosto de 2003.
- <sup>2</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.
- <sup>3</sup> Entrevistas da CAVR a Adriano João, Díli, 23 de Abril de 2004; Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004; e com Jacinto Alves, Díli, 11 de Maio de 2004.
- <sup>4</sup> Entrevistas da CAVR a Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004 e com Adriano João, Díli, 23 de Abril de 2004.
- <sup>5</sup> Entrevistas da CAVR a Jacinto Alves, Díli, 11 de Maio de 2004; Adriano João, Díli, 23 de Abril de 2004; e com Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004. Ver também a Entrevista da CAVR a Francisco Gonçalves, Díli, 14 de Junho de 2003.
- <sup>6</sup> Entrevista da CAVR a Adriano João, Díli, 23 de Abril de 2004.
- <sup>7</sup> Entrevistas da CAVR a Júlio Maria de Jesus (activista da Unetim na Ponta Leste), 29 de Maio de 2004; Filomeno Paixão de Jesus Díli, 17 de Junho de 2004; Tomás Araújo, 14 de Outubro de 2003; e com Agostinho Carvaleira Soares, Cailaco (Bobonaro), 14 de Junho de 2003. Ver também Lere Anan Timor, Arquivos do *Projecto de História Oral de Tuba Rai Metin*, Documentação colocada à disposição da CAVR, CD nº 18.
- <sup>8</sup> Entrevista da CAVR a Agostinho Carvaleira Soares (antigo comandante de companhia na Fronteira Norte), Cailaco (Bobonaro), 14 de Junho de 2003.
- <sup>9</sup> Entrevista da CAVR a Filomeno Paixão de Jesus, Díli, 17 de Junho de 2004.
- <sup>10</sup> Entrevista da CAVR a Jacinto Alves (quadro do Estado-Maior das Falintil, depois de 1977), Díli, 11 de Maio de 2004. Ver também as Entrevistas da CAVR a Filomeno Paixão de Jesus, Díli, 17 de Junho de 2004; Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004; e com Taur Matan Ruak, Díli, 9 de Junho de 2004.
- <sup>11</sup> Entrevista da CAVR a Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004.
- <sup>12</sup> Entrevistas da CAVR a Sebastião da Silva (“Mendeo”), Junho de 2003; Agostinho Carvaleira Soares, Cailaco (Bobonaro), 14 de Junho de 2003; e com Eduardo de Deus Barreto, Gleno (Ermera), 12 de Agosto de 2003.
- <sup>13</sup> Entrevista da CAVR a Filomeno Paixão de Jesus, Díli, 17 de Junho de 2004.
- <sup>14</sup> *Ibid.*
- <sup>15</sup> Entrevista da CAVR a Jacinto Alves, Díli, 11 de Maio de 2004.
- <sup>16</sup> *Ibid.*
- <sup>17</sup> Entrevista da CAVR a Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004.
- <sup>18</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.
- <sup>19</sup> Entrevistas da CAVR a Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004; Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004; e com Filomeno Paixão de Jesus, Díli, 17 de Junho de 2004.
- <sup>20</sup> Entrevistas da CAVR a Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004;
- <sup>21</sup> Entrevistas da CAVR a Jacinto Alves, Díli, 11 de Maio de 2004 (excerto das notas do investigador); Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004; António da Silva, Díli, 10 de Junho de 2003; José Francisco Silva, Díli, 12 de Janeiro de 2004; Fausto do Carmo Mendonça, Díli, 16 de Outubro de 2003; e com Fernando Amaral, Díli, 28 de Maio de 2003.
- <sup>22</sup> Entrevista da CAVR a Eduardo de Deus Barreto, Gleno (Ermera), 12 de Agosto de 2003.
- <sup>23</sup> Entrevista da CAVR a Umbelina Pires, Manumera, (Turiscaí, Manufahi), (sem data)

- 
- <sup>24</sup> Entrevistas da CAVR a Jacinto Alves, Díli, 11 de Maio de 2004; António Amado de Deus Ramos Guterres, Manatuto, 11 de Dezembro 2003; Gabinete para a Promoção da Igualdade; Gabinete do primeiro-ministro da República Democrática de Timor-Leste, *Written with Blood*, Díli, 2004, pp. 18-19.
- <sup>25</sup> Entrevista da CAVR a Virgílio da Silva Guterres, Díli, 25 de Maio de 2004.
- <sup>26</sup> Entrevistas da CAVR a Eduardo de Deus Barreto, Gleno (Ermera), 12 de Agosto de 2003; e com Fausto do Carmo Mendonça, Díli, 16 de Outubro de 2003.
- <sup>27</sup> Entrevista da CAVR a Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004.
- <sup>28</sup> Entrevista da CAVR a Virgílio da Silva Guterres, Díli, 25 de Maio de 2004.
- <sup>29</sup> Gabinete para a Promoção da Igualdade, *Written with Blood*, p. 19.
- <sup>30</sup> *Ibid.*, p. 23, menciona esta actividade na Zona de Modok, Sector do Centro Norte.
- <sup>31</sup> Entrevistas da CAVR a Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004; e com Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004; ver também Gabinete para a Promoção da Igualdade, *Written with Blood*, p. 20.
- <sup>32</sup> Entrevista da CAVR a Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004.
- <sup>33</sup> Entrevista da CAVR a Taur Matan Ruak, Díli, 9 de Junho de 2004.
- <sup>34</sup> Entrevista da CAVR a Virgílio da Silva Guterres, Díli, 25 de Maio de 2004.
- <sup>35</sup> Gabinete para a Promoção da Igualdade, *Written with Blood*, p. 23.
- <sup>36</sup> Entrevista da CAVR a Virgílio da Silva Guterres, Díli, 25 de Maio de 2004.
- <sup>37</sup> “Timorese Women ‘Are Fighting on All Fronts’”, *East Timor News*, Australia, nº 14, 25 de Agosto de 1977. Este artigo foi escrito pela primeira secretária da OPMT, Rosa Bonaparte “Muki”, tendo sido traduzido e um pouco abreviado pelo editor do East Timor News.
- <sup>38</sup> Entrevista da CAVR a Jacinto Alves, Díli, 11 de Maio de 2004; ver também Gabinete para a Promoção da Igualdade, *Written with Blood*, pp. 18-19.
- <sup>39</sup> Gabinete para a Promoção da Igualdade, *Written with Blood*, p. 21.
- <sup>40</sup> Entrevista da CAVR a Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004.
- <sup>41</sup> Entrevista da CAVR a Jacinto Alves, Díli, 5 de Agosto de 2004.
- <sup>42</sup> Entrevista da CAVR a Gaspar Seixas, Iliomar (Lautém), 29 de Maio de 2003.
- <sup>43</sup> Entrevista da CAVR a Eduardo Jesus Barreto, Gleno (Ermera), 12 de Agosto de 2003.
- <sup>44</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.
- <sup>45</sup> Entrevista da CAVR a António Amado de Jesus Ramos Guterres, Manatuto, 11 de Dezembro de 2003.
- <sup>46</sup> Entrevistas da CAVR a António da Silva e Raquel da Silva, Díli, 10 de Junho de 2003; Bernardo Quintão, Díli, 4 de Junho de 2003.
- <sup>47</sup> Entrevista da CAVR a Alexandrino de Jesus, Hatulia (Ermera), 20 de Outubro de 2003.
- <sup>48</sup> Entrevista da CAVR a Jacinto Alves, Díli, 5 de Agosto de 2004. A incidência da tortura foi igualmente comunicada por Francisco Gonçalves. Entrevistas da CAVR a Francisco Gonçalves, Díli, 14 de Junho de 2003; António da Silva e Raquel da Silva, Díli, 10 de Junho de 2003; Domingos Maria Alves, Aileu, 15 de Outubro de 2003; Filomeno Paixão de Jesus, Díli, 17 de Junho de 2004; António Amado de Deus Ramos Guterres, Manatuto, 11 de Dezembro de 2003; Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.
- <sup>49</sup> Entrevista da CAVR a Eduardo de Deus Barreto, Gleno (Ermera), 12 de Agosto de 2003.
- <sup>50</sup> Entrevista da CAVR a Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004.
- <sup>51</sup> Entrevista da CAVR a António da Silva, Díli, 11 de Agosto de 2004.

---

<sup>52</sup> O documento emitido pelo Departamento da Orientação Política e Ideológica (DOPI) do Comité Central da Fretilin, intitulado “Movimento de Libertação Nacional, Imperialismo e Partidos-Fantoches,” aprovado na sessão do Conselho Supremo da Resistência realizada em Laline (Lacluta, Viqueque), a 20 de Maio de 1977. Este documento foi de novo publicado no ETNA, com o título “Independência Nacional não é apenas uma bandeira e um hino”, *East Timor News*, nº 36, 29 de Junho, 1978.

<sup>53</sup> Fretilin, *Manual e Programa Políticos Fretilin*, 1974, ponto 3.

<sup>54</sup> “Timorese Women ‘Are Fighting on All Fronts’”, *East Timor News*, nº 14, 25 de Agosto de 1977.

<sup>55</sup> *Ibid.*

<sup>56</sup> Fretilin, *Manual e Programa Políticos Fretilin*, Manual Político, ponto 6.

<sup>57</sup> *Ibid.*, ponto 9.

<sup>58</sup> *Ibid.*, ponto 10.

<sup>59</sup> Helen Hill, *Stirrings of Nationalism in East Timor: Fretilin 1974-1978: the origins, ideologies and strategies of a nationalist movement*. Oxford Press, Díli, 2000, pp. 104 e 107.

<sup>60</sup> *Manual e Programa Políticos Fretilin*, Manual Político, pontos 11 e 12.

<sup>61</sup> Helen Hill, *Stirrings of Nationalism in East Timor: Fretilin 1974-1978: the origins, ideologies and strategies of a nationalist movement*. Oxford Press, Díli, 2000, pp. 131-132 138.

<sup>62</sup> *Manual e Programa Políticos Fretilin*, Manual Político, ponto 13.

<sup>63</sup> Helen Hill, *Stirrings of Nationalism in East Timor: Fretilin 1974-1978: the origins, ideologies and strategies of a nationalist movement*. Oxford Press. 2002. p. 95.

<sup>64</sup> Mari Alkatiri, depoimento à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Conflito Político Interno 1974/76, 15-18 de Dezembro de 2003; Entrevista da CAVR a Mari Alkatiri, Díli, 25 de Junho de 2004.

<sup>65</sup> Jill Joliffe, *East Timor: Nationalism & Colonialism*, St. Lucia, Queensland, University of Queensland Press, 1978, p. 90; Entrevistas da CAVR a Mari Alkatiri, Díli, 25 de Junho de 2004 e Francisco Xavier do Amaral, Díli, 18 de Junho de 2004.

<sup>66</sup> Ver depoimentos de Mário Carrascalão, João Carrascalão e Francisco Xavier Amaral à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Conflito Político Interno 1974/76, 15 a 18 Dezembro. Ver também Helen Hill, *Stirrings of Nationalism in East Timor: Fretilin 1974-1978: the origins, ideologies and strategies of a nationalist movement*. Oxford Press, 2002, p. 126.

<sup>67</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Xavier do Amaral, Díli, 18 de Junho de 2004.

<sup>68</sup> Entrevistas da CAVR a Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004; Taur Matan Ruak, Díli, 9 de Junho de 2004; e com Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.

<sup>69</sup> Entrevistas da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004; Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004; Filomeno Paixão de Jesus, Díli, 17 de Junho de 2004; Taur Matan Ruak, Díli, 9 de Junho de 2004; e com Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004.

<sup>70</sup> Entrevista da CAVR a Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004.

<sup>71</sup> “Independência Nacional não é apenas uma Bandeira e um Hino”, *East Timor News*, nº 36, 29 de Junho de 1978, p. 2.

<sup>72</sup> Entrevista da CAVR a Marito Reis, Díli, 19 de Junho de 2003.

<sup>73</sup> Entrevistas da CAVR a Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004, Jacinto Alves, Díli, 11 de Maio de 2004; e com Albino da Costa, Soibada (Manatuto), Junho de 2003.

<sup>74</sup> Entrevista da CAVR a Taur Matan Ruak, Díli, 9 de Junho de 2004.

<sup>75</sup> Entrevistas da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004; e com Francisco Xavier do Amaral, Díli, 18 de Junho de 2004.

- 
- <sup>76</sup> Entrevista da CAVR a Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004.
- <sup>77</sup> *Ibid.*
- <sup>78</sup> Entrevistas da CAVR a Filomeno Paixão de Jesus, Díli, 17 de Junho de 2004; Jerónimo Albino, Díli, 10 de Setembro de 2003.
- <sup>79</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.
- <sup>80</sup> Entrevista da CAVR a António da Silva, Jacarta, 11 de Agosto de 2004.
- <sup>81</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.
- <sup>82</sup> Entrevista da CAVR a Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004.
- <sup>83</sup> Entrevista da CAVR a António da Silva, Jacarta, 11 de Agosto de 2004.
- <sup>84</sup> Lere Anan Timor, Arquivos do *Projecto de História Oral de Tuba Rai Metin*, Documentação colocada à disposição da CAVR, CD nº 18.
- <sup>85</sup> *Ibid.*
- <sup>86</sup> Xanana Gusmão, *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 34-35; Ernest Chamberlain, *The Struggle in Iliomar: Resistance in Rural East Timor*, Point Lonsdale, 2003, p. 16.
- <sup>87</sup> Xanana Gusmão, *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 27; ver também a Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.
- <sup>88</sup> *Ibid.*
- <sup>89</sup> Entrevista da CAVR a Jacinto Alves, Díli, 16 Maio 2005.
- <sup>90</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Xavier do Amaral (parte III), Díli, 18 de Junho de 2004.
- <sup>91</sup> Entrevistas da CAVR a Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004; e com Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.
- <sup>92</sup> Entrevista da CAVR a Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004.
- <sup>93</sup> Entrevistas da CAVR a Jacinto Alves, Díli, 11 de Maio de 2004; e com Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.
- <sup>94</sup> Entrevista da CAVR a Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004.
- <sup>95</sup> Entrevista da CAVR a Filomeno Paixão de Jesus, Díli, 17 de Junho de 2004.
- <sup>96</sup> Entrevistas da CAVR a Francisco Xavier do Amaral, 18 de Junho de 2004; Lucas da Costa, Díli, 21 de Junho de 2004; e com Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.
- <sup>97</sup> Entrevista da CAVR a Alexandrino de Jesus, Hatulia (Ermera), 20 de Outubro de 2003; Eduardo de Deus Barreto, Gleno, (Ermera), 12 de Agosto de 2003; e com Adriano João, Díli, 10 de Junho de 2003.
- <sup>98</sup> Entrevista da CAVR a Adriano João, Díli, 10 de Junho de 2003.
- <sup>99</sup> Entrevista da CAVR a Adriano Soares Lemos, Hatulia (Ermera), 12 de Agosto de 2003.
- <sup>100</sup> Entrevista da CAVR a Manuel Cárceres da Costa, Díli, Julho de 2003.
- <sup>101</sup> Entrevista da CAVR a Maria José da Costa, Manufahi, Fevereiro de 2003.
- <sup>102</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.
- <sup>103</sup> *Ibid.*
- <sup>104</sup> Entrevista da CAVR a Adriano João, Díli, 10 de Junho de 2003.
- <sup>105</sup> Entrevista da CAVR a Jacinto Alves, Díli, 5 de Agosto de 2004.

- 
- <sup>106</sup> Entrevistas da CAVR a Celestino de Carvalho Alves, Díli, 6 de Outubro de 2003; José da Silva Amaral, Díli, 18 de Setembro de 2003; José da Silva, Díli, 18 de Março de 2003; Francisco Gonçalves, Díli, 14 de Junho de 2003; e com Taur Matan Ruak, Díli, 14 de Junho de 2004.
- <sup>107</sup> Entrevista da CAVR a Benvinda G.D. Lopes, Díli, 16 de Setembro de 2003.
- <sup>108</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Xavier do Amaral, Díli, 18 de Junho de 2004.
- <sup>109</sup> “Memória Comandante Falintil Ida Kona Ba Nicolau Lobato,” (“Memória de um Comandante das Falintil, sobre Nicolau Lobato”), *Nacroman*, No. 2/VIII/2002, p. 3.
- <sup>110</sup> Chamberlain, *The Struggle in Iliomar*, p. 20.
- <sup>111</sup> Entrevista da CAVR a Eduardo de Deus Barreto, Gleno (Ermera), 12 de Agosto de 2003.
- <sup>112</sup> Entrevista de Tuba Rai Metin com Lere Anan Timor, *op. cit.*
- <sup>113</sup> “Reajustamento Estrutural da Resistência Nacional e Proposta de Paz,” *in* Xanana Gusmão, *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, Lisboa, Editora Colibri, Lisboa, 1994, p. 96.
- <sup>114</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, parte II, Díli, 10 de Agosto de 2004.
- <sup>115</sup> Xanana Gusmão, “Reajustamento Estrutural da Resistência e Proposta de Paz,” *in* Xanana Gusmão, *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 96; Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, parte II, Díli, 10 de Agosto de 2004.
- <sup>116</sup> Carmel Budiardjo e Liem Soei Liong, *The War Against East Timor*, Zed Books, London, 1984, p. 71.
- <sup>117</sup> *Ibid.*, p. 71.
- <sup>118</sup> Entrevista da CAVR a Eduardo de Jesus Barreto, Gleno (Ermera), 12 de Agosto de 2003.
- <sup>119</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Guterres (Lú-Olo), Díli, 26 de Março de 2003.
- <sup>120</sup> Entrevista da CAVR a José da Conceição, Díli, 20 de Outubro de 2004.
- <sup>121</sup> *Ibid.*
- <sup>122</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, parte II, Díli, 10 de Agosto de 2004.
- <sup>123</sup> Entrevista da CAVR a Taur Matan Ruak, Díli, 14 de Junho de 2004
- <sup>124</sup> Carmel Budiardjo e Liem Soei Liong, *The War Against East Timor*, pp. 72-73; Jill Jolliffe, *Timor, Terra Sangrenta*, Lisboa, O Jornal, 1989, hal. 137.
- <sup>125</sup> Agio Pereira, “The National Council of Maubere Resistance (CNRM), Overview of the History of the Struggle of East Timor,” comunicação apresentada num encontro de solidariedade realizado em Sydney, Agosto de 1994.
- <sup>126</sup> *Ibid.*
- <sup>127</sup> Helen Hill, *Stirrings of Nationalism in East Timor: Fretilin 1974-1978: the origins, ideologies and strategies of a nationalist movement*. Oxford Press, 2002, pp. 161-162.
- <sup>128</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, 10 de Agosto de 2004; com José da Conceição, Díli, 20 de Outubro de 2004; e *Projecto de História Oral de Tuba Rai Metin*, entrevista com Lere Anan Timor (CAVR, em formato de CD). Ver também Capítulo 3: História do Conflito.
- <sup>129</sup> Entrevista da CAVR a Cornélio Gama, Baucau, 9 de Abril de 2003; Lere Anan Timor, Arquivos do *Projecto de História Oral de Tuba Rai Metin*, Documentação colocada à disposição da CAVR, CD nº 18.
- <sup>130</sup> Agio Pereira, 1994.
- <sup>131</sup> “Reajustamento Estrutural da Resistência e Proposta de Paz,” *in* Xanana Gusmão, *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 96.

---

<sup>132</sup> Entrevistas da CAVR a Francisco Guterres (Lú-Olo), Díli, 26 de Março de 2003; e com Cornélio Gama (L-7), Baucau, 9 de Abril de 2003; e Lere Anan Timor, Arquivos do *Projecto de História Oral de Tuba Rai Metin*, Documentação colocada à disposição da CAVR, CD nº 18.

<sup>133</sup> Lere Anan Timor, Arquivos do *Projecto de História Oral de Tuba Rai Metin*, Documentação colocada à disposição da CAVR, CD nº 18; Xanana Gusmão, “Mensagem à Nação de S.E. o Presidente da República Kay Rala Xanana Gusmão por Ocasão da Comemoração do Dia das Falintil”, Uaimori (Viqueque), 20 de Agosto de 2003 in Kay Rala Xanana Gusmão, *A Construção da Nação Timorense – Desafios e Oportunidades*, Lidel, Lisboa, 2004, pp.232-238.

<sup>134</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, parte II, Díli, 10 de Agosto de 2004.

<sup>135</sup> Entrevistas da CAVR a Francisco Guterres (Lú-Olo), Díli, 26 de Março de 2003 e com Cornélio Gama, 9 de Abril de 2004; e Lere Anan Timor, Arquivos do *Projecto de História Oral de Tuba Rai Metin*, Documentação colocada à disposição da CAVR, CD nº 18.

<sup>136</sup> Entrevista da CAVR a Cornélio Gama, Baucau, 9 de Abril de 2003.

<sup>137</sup> Entrevista da CAVR a Taur Matan Ruak, Díli, 14 de Junho de 2004.

<sup>138</sup> Entrevista da CAVR a Aleixo Ximenes, Díli, 2 Fevereiro 2004.

<sup>139</sup> Entrevistas da CAVR a Cornélio Gama, Baucau, 9 de Abril de 2003; Taur Matan Ruak, Díli 14 de Junho de 2004; Francisco Guterres (Lú-Olo), Díli, 26 de Março de 2003; Lere Anan Timor, Arquivos do *Projecto de História Oral Tuba Rai Metin*, Documentação colocada à disposição da CAVR, CD nº 18.

<sup>140</sup> “Reajustamento Estrutural da Resistência e Proposta de Paz,” in Xanana Gusmão, *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, p. 98.

<sup>141</sup> Entrevista da CAVR a Taur Matan Ruak, Díli, 14 de Junho de 2004.

<sup>142</sup> Agio Pereira, 1994.

<sup>143</sup> Xanana Gusmão, “Mensagem à Nação”, Uaimori, (Viqueque), 20 de Agosto de 2003, in Kay Rala Xanana Gusmão, *A Construção da Nação Timorense – Desafios e Oportunidades*, Lidel, Lisboa, 2004, pp.232-238.

<sup>144</sup> Xanana Gusmão, “Message to the National Timorese Convention” in Xanana Gusmão, Sarah Niner (ed.), *To Resist is To Win! The autobiography of Xanana Gusmão with selected letters and speeches*, Aurora Books, Victoria, 2000, p. 214.

<sup>145</sup> Adelino Gomes, entrevista com Xanana Gusmão, Timor-Leste, 2-3 de Junho de 1991, publicada em *O Público*, 6 de Setembro de 1991, republicada em Sarah Niner (ed.), *To Resist is to Win!*, p. 149.

<sup>146</sup> “Reajustamento Estrutural da Resistência Nacional e Proposta de Paz,” in Xanana Gusmão, *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 99.

<sup>147</sup> Lere Anan Timor, Arquivos do *Projecto de História Oral de Tuba Rai Metin*, Documentação colocada à disposição da CAVR, CD nº 18.

<sup>148</sup> Agio Pereira, 1994; Chamberlain, p. 34.

<sup>149</sup> *Ibid.*

<sup>150</sup> *Ibid.*

<sup>151</sup> *Ibid.*; “Reajustamento Estrutural da Resistência,” in Xanana Gusmão, *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 102, nota nº 14.

<sup>152</sup> “Reajustamento Estrutural da Resistência,” in Xanana Gusmão, *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 102-103.

<sup>153</sup> Agio Pereira, 1994.

- 
- <sup>154</sup> Carla Baptista, “Timorese Summit Meeting,” *Diário de Notícias*, 16 de Março de 1995, republicado em <http://www.hamline.edu/apakabar/basisdata/1995/03/29/0009.html>.
- <sup>155</sup> Xanana Gusmão, “Message to the East Timor Talks Campaign” republicado em Sarah Niner (ed.), *To Resist is to Win*, p. 197.
- <sup>156</sup> Xanana Gusmão, “Message to the Timorese National Convention,” in Sarah Niner (ed.), *To Resist is to Win*, p. 214.
- <sup>157</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Guterres, “Lú-Olo”, 26 de Março de 2003.
- <sup>158</sup> *Ibid.*
- <sup>159</sup> CNRT – Conselho Nacional de Resistência Timorense (<http://www.labyrinth.net.au/~ftimor/cnrt.html>).
- <sup>160</sup> Fretilin, “Reajustamento Estrutural da Resistência e Proposta de Paz”, in Xanana Gusmão, *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 103.
- <sup>161</sup> Xanana Gusmão, “Mensagem à Nação”, Uaimori, (Viqueque), 20 de Agosto de 2003 in Kay Rala Xanana Gusmão, *A Construção da Nação Timorense – Desafios e Oportunidades*, Lidel, Lisboa, 2004, pp.232-238.
- <sup>162</sup> “Reajustamento Estrutural da Resistência e Proposta de Paz”, in Xanana Gusmão, *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, p. 102. Ver “Fretilin: Roots of Friction,” primeiro publicado em *Fitun* (London) nº 11, Setembro de 1993 e, depois, inserida em [reg.easttimor www.hamline.edu/apakabar/basisdata/1993/10/13/0006.html](http://www.hamline.edu/apakabar/basisdata/1993/10/13/0006.html).
- <sup>163</sup> A comunicação de Xanana Gusmão feita durante a cerimónia de transição das Falintil para as FDTL, Aileu, 1 de Fevereiro (versão inglesa, “Address to the Transition Ceremony of Falintil to the New East Timor Defense Force” disponível em <http://www.pcug.org.au/~wildwood/febzanana.htm>).
- <sup>164</sup> Citado por Chamberlain, p. 35.
- <sup>165</sup> Chamberlain, p. 36.
- <sup>166</sup> Chamberlain, p. 46; Xanana Gusmão, “Address to the Transition Ceremony of Falintil,” 1 de Fevereiro, 2001.
- <sup>167</sup> “Reajustamento Estrutural da Resistência e Proposta de Paz,” in Xanana Gusmão, *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, pp. 106-107.
- <sup>168</sup> Agio Pereira, “The National Council of Maubere Resistance”.
- <sup>169</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Guterres, “Lú-Olo”, Díli, 26 de Março de 2003.
- <sup>170</sup> Entrevista da CAVR a Taur Matan Ruak, Díli, 14 de Junho de 2004.
- <sup>171</sup> Entrevista da CAVR a Cornélio Gama (“L-7”), antigo comandante da Região 3, Díli, 9 de Abril de 2003.
- <sup>172</sup> Entrevistas da CAVR a António Tomás Amaral da Costa (Aitahan Matak), Díli, 28 de Abril de 2004; Henrique Belmiro da Costa, Díli, 25 de Maio de 2004; e com Vasco da Gama, Díli, 18 de Maio de 2004.
- <sup>173</sup> Entrevista da CAVR a Egas da Costa Freitas, Díli, 19 de Maio de 2004.
- <sup>174</sup> Entrevista da CAVR a Taur Matan Ruak, Díli, 14 de Junho de 2004.
- <sup>175</sup> Entrevista da CAVR a António Tomás Amaral da Costa (Aitahan Matak), Díli, 28 de Abril de 2004; e com Francisco Guterres “Lú-Olo,” Díli, 26 de Março de 2003; Constâncio Pinto e Matthew Jardine, *East Timor's Unfinished Struggle: Inside The Timorese Resistance*, South End Press, Boston, 1997, pp. 96-97.
- <sup>176</sup> Pinto e Jardine, *East Timor's Unfinished Struggle*, p. 3; Constâncio Pinto, “The Student Movement and The Independence Struggle in East Timor: An Interview,” in Richard Tanter, Mark Selden & Stephen R Shalom (Eds), *Bitter Flowers, Sweet Flowers, East Timor, Indonesia and The World Community*, London, Rowman & Littlefield Publishers Inc., p. 34.

- 
- <sup>177</sup> Entrevista da CAVR a Ricardo Ribeiro, Díli, 14 de Maio de 2004.
- <sup>178</sup> Entrevista da CAVR a Avelino Coelho da Silva, Díli, 17 de Julho de 2004.
- <sup>179</sup> Pinto e Jardine, *East Timor's Unfinished Struggle*, p. 124
- <sup>180</sup> Entrevista da CAVR a Avelino Coelho Silva, Díli, 17 de Julho de 2004.
- <sup>181</sup> *Ibid.*
- <sup>182</sup> Pinto e Jardine, *East Timor's Unfinished Struggle*, p. 123.
- <sup>183</sup> Entrevista da CAVR a Gregório Saldanha, Díli, 5 de Junho de 2004.
- <sup>184</sup> Entrevista da CAVR a António Tomás Amaral da Costa, (Aitahan Matak), Díli, 8 de Dezembro de 2003.
- <sup>185</sup> Entrevistas da CAVR a Gregório Saldanha, Díli, 5 de Junho de 2004; e com José Manuel Fernandes, Díli, 31 de Outubro de 2002.
- <sup>186</sup> Entrevista da CAVR com Gregório Saldanha, Díli, 5 de Junho de 2004.
- <sup>187</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Guterres (Lú-Olo), Díli, 26 de Março de 2003.
- <sup>188</sup> Entrevista da CAVR a Vasco da Gama, Díli, 18 de Maio de 2004.
- <sup>189</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Guterres (Lú-Olo), Díli, 26 de Março de 2003.
- <sup>190</sup> Agio Pereira, "Obituary for Konis Santana", *Timor Link*, nº 43, Junho 1998.
- <sup>191</sup> Entrevistas da CAVR a Vasco da Gama, Díli, 18 de Maio de 2004; e com António Tomás Amaral da Costa, (Aitahan Matak), Díli, 11 de Fevereiro de 2004.
- <sup>192</sup> Entrevistas da CAVR a Eduardo de Deus Barreto, Gleno (Ermera), 12 de Agosto de 2003; António Tomás Amaral da Costa, (Aitahan Matak), Díli, 11 de Fevereiro de 2004; e com José da Silva Amaral, Ossu, 27 de Fevereiro de 2003.
- <sup>193</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Guterres (Lú-Olo), Díli, 26 de Março de 2003.
- <sup>194</sup> Entrevista da CAVR a Vasco da Gama, Díli, 18 de Maio de 2004.
- <sup>195</sup> Entrevista da CAVR a António Tomás Amaral da Costa, (Aitahan Matak), Díli, 11 de Fevereiro de 2004.
- <sup>196</sup> Entrevistas da CAVR a Vasco da Gama, Díli, 18 de Maio de 2004; e com Marito Reis, Baucau, 17 de Novembro de 2002.
- <sup>197</sup> *Ibid.*